

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**KELI KRAUSE**

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE SURDA NO CAMPO  
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Uma Análise Comparativa Brasil- Argentina**

São Leopoldo – RS

2018

KELI KRAUSE

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE SURDA NO CAMPO  
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Uma Análise Comparativa Brasil- Argentina**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de pesquisa: Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania.

Professora orientadora Dra. Laura Cecilia López

São Leopoldo - RS

2018

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, nosso Pai, o guia dos nossos passos.

Aos meus amados pais, Ernani Ademir Krause e Telci Rusch Krause. Se há algo que faz diferença na formação da personalidade e na vida de uma pessoa é o amor que ela recebe. Vocês educaram-me com amor, dedicaram-se à minha educação como ser humano, deram-me amor. Vocês fizeram de mim a pessoa que hoje sou, e só tenho motivos para agradecer. Sou e serei eternamente grata por tudo que vocês dedicaram a mim. Eu tenho muito orgulho de ser filha de vocês e muita admiração pelos pais que tenho. Obrigada por tudo. Amo muito vocês!

À minha família Krause e Rusch, que são o alicerce da vida, que em todos momentos, bons ou ruins, sempre estão ao meu lado. Mesmo distantes, compreenderam a minha ausência. Vocês moram no meu coração.

## AGRADECIMENTO ESPECIAL

---

À minha orientadora, Prof. Dra. Laura Cecília López, pela dedicação de tempo e experiência, que fez com que minha formação fosse também um aprendizado de vida. Obrigada!

O ser humano nunca consegue aprender tudo, mas é através da aprendizagem que ele alcança seus objetivos. Na minha vida ainda tenho muitas metas para alcançar, mas sei que quando conquistar algumas delas, muito se deverá a você, querida professora.

Você ficará para sempre guardada no meu coração.

## AGRADECIMENTOS

---

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e em especial ao departamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por oportunizar-me a vida acadêmica.

À Secretaria de Ciências Sociais, agradeço à minha querida e especial Maristela Simon, que sempre organizou tudo com muito carinho, como a contratação de intérpretes/tradutores de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Agradeço também por receber a Bolsa do Programa CAPES pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Aos meus queridos mestres, Adriane Ferrarini, Aloísio Ruscheinsky, Carlos Gadea, José L. Bica de Mélo, José R. Lopes, Laura López, Miriam Vieira e Monika Dowbor, minha gratidão àqueles que fizeram do curso um ideal, mesclando a arte de ensinar com o dom da convivência, tornando-se amigos, transmitindo suas experiências que auxiliaram na minha formação.

À Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) pela compreensão e liberação para a minha qualificação.

Em especial à minha amiga, Estephania Molina Manica de Buenos Aires, na Argentina, pelo apoio, informações e tradução da Língua Argentina de Sinais (LSA) para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

À artista Gabriela Bianco da TV pública e às diferentes instituições de Buenos Aires (Asociación de Sordomudos de Ayuda Mutua, FUNDASOR), muito obrigada pelas suas contribuições.

Agradeço também aos professores Dr. José Luiz Bica de Mélo da UNISINOS e Dra. Janaina Pereira Claudio da PUC-RS, membros da banca de qualificação de dissertação, pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento do projeto.

À produtora executiva Marcela Bertolletti e aos apresentadores surdos Aulio Nóbrega e Clarissa Guerreta da TV INES, muito obrigada pela receptividade, disposição e contribuição na minha pesquisa.

Às minhas queridas intérpretes/tradutoras de LIBRAS, Celeste Ritt, Juliane Neves, Karina Sperb, Juliana Bépler, Quetlin Araujo, Mayssa Rodrigues, Clara Leite, Evelyn

Paula, que com suas mãos, no lugar do som da voz, transmitiram o amoroso gesto das mãos falam e interpretam. Obrigada de coração!

Em especial à minha amiga e colega Bruna Todeschini, agradeço sua disponibilidade e boa vontade quando solicitada. Muito obrigada de coração!

"A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo como que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilíngues. Ofereço-lhes minha diferença. Meu coração não é surdo a nada neste duplo mundo..."

O vôo da gaivota, Emmanuelle Laborrit

## RESUMO

A presente pesquisa de mestrado descreve e propõe uma análise comparativa entre as políticas orientadas às pessoas surdas, direitos humanos e comunicação acessível no Brasil e na Argentina. São recentes as políticas públicas e culturais, os fenômenos dos movimentos sociais surdos e as leis e decretos que garantem a acessibilidade dessa parcela da população, que se mostram essenciais para exercício da plena cidadania e tornam-se importantes instrumentos para efetivar a acessibilidade e inclusão social em diferentes ambientes ao difundir a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Argentina de Sinais (LSA). O foco especial será nas iniciativas de transmissões televisivas para surdos no campo dos meios de comunicação, tanto do ponto de vista da produção dos programas quanto da recepção do público surdo. No Brasil, será abordada a programação do canal TV INES, que funciona através da *internet*. No caso da Argentina, a pesquisa focará na programação para crianças produzida pelo canal Paka Paka, pertencente à televisão pública. Serão apresentados resultados de pesquisa documental e bibliográfica sobre marcos normativos e as ações implementadas na mídia de ambos os países que visem garantir a cidadania surda. Interessa à pesquisa discutir os efeitos das políticas públicas na vida das pessoas, compreendendo também como essas transmissões televisivas são recepcionadas pela comunidade surda.

Palavras-chave: Políticas públicas, comunicação acessível, política cultural, surdos.

## **ABSTRACT**

The present Master's Degree research describes and proposes a comparative analysis between the oriented policies to deaf people, human rights and accessible communication in Brazil and Argentina. The public and cultural policies are recent, the phenomena of deaf social movements, the laws and decrees which guarantee the accessibility for this part of the population, who are essential for the full exercise of citizenship, have become important tools to implement accessibility and social inclusion in different environments, disseminating the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and the Argentine Sign Language (LSA). The special focus is going to be in the initiatives of television broadcasts for deaf people in the means of communication, not only from the point of view of programs but also in the reception of the deaf public. In Brazil, the programming on TV INES channel is going to be addressed, this channel is broadcast via internet. In Argentina, the programming for children produced by the channel Paka Paka for the public television that will be addressed. This dissertation is going to present the results of the documental and bibliographical research about the normative framework and the actions implemented in the media in both countries which aim at guaranteeing the deaf citizenship. This research is interested in discussing the effect of public policies in people's lives, understanding how these television broadcasts are received by the deaf community.

**Keywords:** Public policies, accessible communication, cultural policy, deaf.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1:</i> A foto do José Antônio Terry .....	27
Figura 2: Associação de Surdos de Ajuda Mutua - ASAM.....	27
Figura 3: Museu da ASAM.....	28
Figura 4: O prédio de Confederação Argentina de Surdos.....	29
Figura 5: A hierarquia de CAS. ....	30
Figura 6: Logomarca de FUNDASOR.....	31
Figura 7: A equipe de FUNDASOR .....	34
Figura 8: Abaixo figura das representantes do projeto .....	40
Figura 9: Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda.....	50
Figura 10: O momento da manifestação.....	50
Figura 11: Prof. Dra. surda Patrícia suas mãos que falam .....	51
Figura 12: A imagem do evento “Feminismo e Empoderamento Surdo”. ....	54
Figura 13: Logo do evento “Negro surdo”.....	55
Figura 14: Símbolo da Acessibilidade.....	86
Figura 15: A imagem da empresa Rybená Web .....	87
Figura 16: Celular específico para as pessoas surdas. ....	89
Figura 17: Celular para acessibilidade.....	89
Figura 18: Mesas acessíveis .....	90
Figura 19: um exemplo da imagem pela novela com a legenda.....	91
Figura 20: Tabela da legenda oculta da ABERT.....	95
Figura 21: Imagem retirada da internet na TCE na TV. ....	96
Figura 22: Imagem retirada da internet pelo BBC News nos Estados Unidos .....	97
Figura 23: Youtube na franpage do facebook do Programa TV – Pampa News. ....	97
Figura 24: O programa de TV Record .....	98
Figura 25: No facebook de PZG. ....	100
Figura 26: A logomarca de Deaf Owl Productions .....	111
Figura 27: Deaf Owl Productions .....	112
Figura 28: A equipe de Deaf Owl Productions. ....	113

Figura 29: O programa " Hands On".....	118
Figura 30: Tempo de previsão do Hands On.....	118
Figura 31: Os programas de surdos nos países diferentes .....	119
Figura 32: A imagem do Jornal Visual .....	120
Figura 33: Programa " TV Brasil- EBC".....	121
Figura 34: Youtube sobre a propaganda "empresa Havaiana".....	121
Figura 35: Youtube sobre empresa Vivo.....	122
Figura 36: Youtube da empresa Banco do Brasil. ....	123
Figura 37: Youtube da empresa Banco Caixa Federal Econômica. ....	123
Figura 38: Youtube da empresa Asseptyc.....	124
Figura 39: Youtube da empresa VICK.....	124
Figura 40: Youtube da empresa Volkswagen .....	125
Figura 42: Vídeo de Café com Pimenta na TV Ines.....	142
Figura 43: As duas janelas da tela de Café com Pimenta na TV Ines .....	143
Figura 44: Panorama Visual na TV Ines. ....	144
Figura 45: Café com Pimenta na TV Ines.....	144
Figura 46: Jornal Visual na TV Ines.....	145
Figura 47: As duas janelas do jornal Visual na TV INES.....	146
Figura 48: As duas janelas do Brasil Eleitor na TV Ines.....	147
Figura 49: Programa Super Ação na TV Ines.....	148
Figura 50: Programa Interesse Público na TV Ines.....	148
Figura 51: A logomarca do canal Paka Paka.....	149
Figura 52: Apresentadora Gabriela Bianco do programa Enseñas para Aprender.....	151
Figura 53: Dia de trabalho no canal Paka Paka.....	152
Figura 54: A equipe do programa Enseñas para Aprender.....	155

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População surda do País.....	59
Quadro 2: Oficialização da Língua de Sinais.....	61
Quadro 3: Educação para surdos.....	62
Quadro 4: Os surdos matriculados da educação básica.....	65
Quadro 5: Os surdos matriculados do Ensino Superior.....	66
Quadro 6: Intérprete/tradutor de Língua de Sinais.....	67
Quadro 7: Mercado de trabalho para surdos.....	71
Quadro 8: TIC´S para surdos.....	74
Quadro 9: Associações de Surdos.....	77
Quadro 10: Transportes.....	78
Quadro 11: Lei do Dia do Surdo.....	81
Quadro 12: Introdução de teoria da imagem.....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação de TV brasileira.....	108
Tabela 2: Quem paga controla na televisão .....	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado  
ABBCOM – Associação Brasileira de Canais Comunitários  
ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas  
ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária  
ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto  
ADAS – Asociación de Artes y Señas  
ASAM – Asociación de Sordomudos de Ayuda Mutua  
ASL – American Sign Language  
AUSLAN – Australian Sign Language  
BBC - British Broadcasting Corporation  
BSL – British Sign Language  
CAS – Confederación Argentina de SordosMudos  
CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações  
CBDS – Confederação Brasileira de Desporto de Surdos  
CC – Closed Caption  
CCTV - China Central TV  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
DTN – Deaf TV Network  
DTV - Deaf TV Network  
EBC – Emissora Brasileira de Comunicação  
eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônica  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
EUA – Estados Unidos  
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos  
FSL – French Sign Language

FUNDASOR – Fundación de Padres y Familiares de Personas Sordas para su Integración  
FWD – Federation World Deaf  
IES – Instituição de Ensino Superior  
INALSA - Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina  
INELESA - Pseudo-Instituto Nacional de Lengua de Senãs Argentina  
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
ISL – Irish Sign Language  
LBI – Lei Brasileira de Inclusão  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
LIS – Língua Italiana dos Sinais  
LSA – Lengua de Señas Argentina  
MAS – Movimento Surdo de Argentina  
MEC – Ministério de Educação e Cultura  
NDTV – National Deaf TV  
NEEs – Necessidades Educacionais Especiais  
NEMTC – North East Media Training Center  
NUPPES - Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONG – Organização não-governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
RTÉ – Raidio Teilifis Eireann  
SAP - Programa Secundário de Áudio  
SBS – Special Broadcasting Service  
TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UNESCO – Organização das Nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1. Notas metodológicas .....	19
<b>2. MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS E AS LUTAS PELO RECONECIMENTO .....</b>	<b>22</b>
2.1 Organizações e movimentos surdos na Argentina e no Brasil .....	25
2.1.1. Argentina .....	26
2.1.2 Brasil .....	40
2.1.3 Brasil - Argentina: boas perspectivas sobre os movimentos surdos.....	56
<b>3. POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA SURDA.....</b>	<b>58</b>
3.1 Políticas orientadas á comunidade surda.....	59
<b>4. CIDADANIA COMUNICATIVA SURDA E ACESSIBILIDADE NA MÍDIA.....</b>	<b>84</b>
4.1 Os recursos midiáticos para surdos e acessibilidade .....	92
4.1.1 Legendas (Closed Caption) na televisão.....	92
4.1.2 Janelas LIBRAS .....	96
4.1.3 Estudos sobre televisão e as iniciativas de transmissões televisivas para surdos	103
4.1.4 Os programas de Surds na televisão em outros países .....	119
4.1.5 Os programas e propagandas para surdos no Brasil .....	120
<b>5. A TELEVISÃO PARA SURDOS: ANÁLISE COMPARATIVA BRASIL - ARGENTINA.....</b>	<b>126</b>
5.1 A TV INES no Brasil.....	126
5.2 O Programa EnSeñas para Aprender na Argentina.....	151
5.3 Uma análise da produção do discurso midiático em ambos os programas.....	156
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>165</b>
<b>7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>167</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os surdos utilizam uma comunicação preponderantemente visual. As mídias sociais como a televisão e os filmes de curta metragem exibidos na internet trazem notícias, informações, instruções, educação e manuais de operação necessários à vida de todos os dias.

Vivemos num país onde a língua majoritária é a língua portuguesa. Sendo assim, para os surdos o português é a segunda língua, uma vez que esses possuem, em sua maioria, uma língua com a qual se comunicam na comunidade surda que é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que constitui sua primeira língua. Dessa forma, a língua portuguesa também deve ser ensinada aos surdos com metodologia própria de segunda língua, tendo em vista ainda a diferença de modalidades entre o português e a língua de sinais, já que aquela é de modalidade oral-auditiva quanto este é de modalidade espaço-visual. Os surdos necessitam aprender o português na modalidade escrita como segunda língua, para se comunicar e ter acesso ao conhecimento e à cultura local. O papel da LIBRAS na instrução do português escrito é primordial, porque possibilita o conhecimento de mundo e de língua, com base no qual as pessoas surdas poderão atribuir sentido ao que leem e escrevem. Ao mesmo tempo, sem a língua de sinais, os surdos não sobrevivem na sociedade majoritária, sendo que através dela lhes é garantida a construção de conhecimento do mundo e a constituição e reconhecimento de identidade cultural surda (PERLIN, 1988; SKLIAR, 1997).

As leis e os decretos que garantem a acessibilidade aos surdos para exercício da plena cidadania são recentes no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015).

A inclusão social de pessoas com deficiências, em especial com relação aos sujeitos surdos, requer a realização de uma série de políticas públicas inclusivas capazes de promover a inserção social, nas suas mais variadas dimensões, de indivíduos que por algum motivo são excluídos ou ficam à margem do processo de socialização e de construção da cidadania. A acessibilidade na comunicação é fator muito importante para o pleno exercício de cidadania dos surdos assim como também contribui para uma melhor integração e inclusão dos mesmos, nos distintos espaços sociais.

O tema da acessibilidade e das políticas públicas destinadas à comunidade surda é uma inquietação que já vem da minha experiência pessoal como mulher surda. Minha primeira língua é a LIBRAS, que adquiri a partir dos três anos de idade e em toda a trajetória educacional de ensino básico. Minha trajetória profissional e acadêmica esteve sempre vinculada ao ensino da LIBRAS, sendo que na atualidade meu vínculo de trabalho é de Professora de Magistério Superior de LIBRAS na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Percebendo a carência de informações sobre os surdos, tanto na vida acadêmica quanto na mídia, senti-se a necessidade de realizar essa pesquisa direcionada para analisar o que é oferecido e o que pode ser melhorado nesse sentido. Sabemos que as línguas de sinais são as línguas naturais dos surdos.

Pretende-se fazer uma abordagem da política pública destinada à comunidade surda e refletir sobre de que maneira a cidadania comunicativa surda entra nas discussões sobre diversidade cultural. Tem-se o intuito de contribuir para que os sujeitos surdos tenham mais oportunidades de chegar ao conhecimento em geral, com a sua língua de sinais enriquecida.

A comunicação por meios eletrônicos está em constante evolução técnica, sendo cada vez é mais disseminada na população e mais acessível e necessária a qualquer cidadão. É importante a acessibilidade e inclusão social em diferentes ambientes, para informações relevantes e difusão da LIBRAS.

A comunicação está contida no nosso ambiente social, compondo a forma pela qual as pessoas relacionam-se, dividindo e trocando experiências, ideias, sentimentos, informações, modificando mutuamente a sociedade onde estão inseridas. Segundo Oliveira (2007), as telecomunicações são importantes para as pessoas, sendo que o mundo globalizado se desenvolveu com base nos padrões definidos pelos sistemas de telecomunicações ao transmitir textos, imagens gráficas, sons e informações de vídeo. Portanto, há um grande avanço tecnológico e científico na atualidade.

A internet é uma das mais promissoras tecnologias de suporte aos programas, uma vez que facilita a comunicação e disponibiliza diversas opções de interatividade. Trata-se da maior rede de computadores do mundo, uma sólida rede de comunicações eletrônicas de empresas, pessoas, escolas, agências governamentais, entre outros. A internet traz

novas interpretações e usos para a língua de sinais, e motiva a criação de nova tecnologia para as pessoas surdas.

Segundo Hall (1997), os discursos midiáticos são produzidos a partir da atuação dos indivíduos na produção de significados e de relações sociais, construindo, além disso, valores, crenças que emergem do individual, do modo de pensar e de agir sobre o mundo. Nesse sentido, a produção de discursos midiáticos orientados para a comunidade surda deveria captar as expressões visuais afetivas e gramático-discursivas na LIBRAS.

Percebe-se que em todo o Brasil não existem programas de televisão para os surdos, excetuando a TV INES, que transmite no formato WebTV, no estado do Rio de Janeiro que utiliza a LIBRAS como forma de comunicação. Os surdos brasileiros, de maneira geral, precisam ler a legenda em português para poder ter acesso à televisão, sendo que muitos apresentam dificuldade de compreender na íntegra a matéria dos programas televisivos, o que se mostra compreensível ao ter-se em mente que o português é a segunda língua para a maioria dos surdos brasileiros (sendo a primeira língua a LIBRAS). Considerando também a importância da televisão como forma de comunicação e de acesso à informação na sociedade contemporânea, surge o questionamento sobre os caminhos de acessibilidade da população surda aos meios de comunicação, principalmente à televisão, ressalta-se essa discussão como de alta relevância para o modo de se pensar a televisão pública no Brasil, que teria como mote promover cidadania, inclusão e a visibilização da diversidade cultural, conforme aponta Torves (2007).

Indagaremos como a TV INES produz um discurso midiático acessível para a comunidade surda brasileira e como é recepção do conteúdo pelo público surdo. Pretende-se fazer uma abordagem das políticas públicas brasileiras orientadas à comunidade surda, principalmente as que se referem à acessibilidade nos meios de comunicação. Buscaremos comparar o caso brasileiro com outros países que vem implementando políticas de acessibilidade para a comunidade surda nos meios de comunicação, principalmente com a experiência da Argentina, que recentemente teve um programa da televisão pública *EnSeñas para Aprender*<sup>1</sup>, vinculado a um canal infantil. Indagaremos se o fato de ser uma transmissão de um canal da televisão pública e

---

<sup>1</sup>No título do programa, a palavra “EnSeñas” com S maiúsculo no meio faz alusão a ensinar através da língua de sinais (sendo que a palavra “señas” em espanhol significa sinais).

orientado para as crianças produziu efeitos diferentes (como, por exemplo, maior acesso) do que o canal brasileiro, orientado para um público surdo diverso, mas transmitido via internet.

### 1.1. Notas metodológicas

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que usou diferentes estratégias metodológicas para abordar a problemática proposta de uma maneira complexa. O delineamento da pesquisa é o de estudo de caso. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em contexto de vida real, para analisar fenômenos que englobam importantes condições contextuais/conjunturais. Para captar essa complexidade, precisa-se de múltiplas abordagens e técnicas de produção de dados.

Como foi mencionado, abordarei dois casos de programas televisivos direcionados à comunidade surda de maneira comparativa. A comparação nas ciências sociais é abordada de maneiras diferentes. No nosso estudo, será direcionada a entender processos e contextos diferenciados, que nos permitam interpretar como foram geradas diversas formas sociais (BARTH, 2000).

A presente pesquisa realiza uma análise documental e bibliográfica, referentes a legislações, políticas e outros, tendo por objetivo comparar o campo da política pública e da garantia dos direitos humanos da comunidade surda no Brasil e na Argentina, verificando os recursos midiáticos existentes para surdos no que tange à acessibilidade através da política pública para a comunidade surda.

Os dois casos explorados são a programação da TV INES no Brasil, que transmite pela internet, e o programa *EnSeñas para aprender*, que era transmitido na TV pública da Argentina, mas que cessou a transmissão devido a decisões políticas de ajuste de gastos públicos. Esses casos são entendidos no contexto das políticas públicas e das garantias de direitos para a comunidade surda no Brasil e na Argentina.

Para reconstituir o contexto das políticas públicas, a presente pesquisa contou com uma análise documental e bibliográfica, referentes a legislações, políticas e outros, tendo por objetivo comparar o campo da política pública e da garantia dos direitos humanos da comunidade surda no Brasil e na Argentina, verificando os recursos midiáticos existentes

para surdos, no que tange a acessibilidade através da política pública para a comunidade surda. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Uma das estratégias é visual, sendo fundamental criar um corpus de dados de imagem, tanto das transmissões online da TV INES, quanto do programa *EnSeñas para Aprender*, que se encontra disponível na plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*, como parte da análise da produção de discurso midiático.

Outras dimensões do discurso midiático foram abordadas em pesquisa de campo. Para conhecer tanto a história quanto o funcionamento e processo de produção dos canais/programas, foi realizada pesquisa de campo através de visita aos canais e entrevistas com apresentadores, produtores e outros profissionais relacionados. Também foram realizadas entrevistas com pessoas surdas de associações, tanto argentinas quanto brasileiras, para indagar acerca da recepção desses programas.

Foi realizada uma viagem a Buenos Aires em fevereiro de 2017, na qual se buscava contatar crianças que assistiam ao programa “EnSeñas para Aprender”, transmitido por canal de televisão pública. Como grande parcela das crianças foco do estudo estavam em período de férias escolares, a entrevista foi realizada em diversas instituições, como a Associação de Surdos de Ajuda Mutua – ASAM, a Fundação de Pais e Familiares de Pessoas Surdas para sua Integração – FUNDASOR, a Confederação Argentina de Surdos – CAS, e também entrevistou-se Gabriela Bianco, que foi a apresentadora do programa *EnSeñas para Aprender* no canal Institucional *Paka Paka*. Essa pesquisa de campo teve como objetivo buscar conhecimentos e informações acerca dos movimentos políticos, sociais e dos direitos humanos para a comunidade surda argentina, bem como averiguar a importância destes canais acessíveis para a comunidade surda argentina.

Foi realizada também uma visita para conhecer o programa TV INES no Rio de Janeiro, para realizar questionamentos à produtora executiva, sobre parcerias com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto e o processo de produção do programa. Também foram entrevistados os apresentadores surdos da TV INES, sobre temas como: a viabilização da mídia valorizando a Libras como língua materna, e da cultura surda para a sociedade brasileira nesse programa.

A pesquisa documental foi realizada em fontes de trabalhos em diversas áreas da Argentina, como materiais escritos, materiais estatísticos e elementos iconográficos. Também são objeto de pesquisa serão pessoas de pessoas naturalidade argentina, com o intuito de que elas possam repassar as fontes naturais de informações, sendo posteriormente tais entrevistas traduzidas para o português escrito. Os documentos analisados no Brasil consistem em análises de materiais de naturezas diversas, divididos em dois modos: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, além da introdução já apresentada e às considerações finais.

O **primeiro capítulo** apresenta aportes teóricos de Honneth, de Melucci e de Touraine e o que eles nos servem para entender as organizações e os movimentos sociais surdos e as lutas pelo reconhecimento na Argentina e no Brasil, com objetivo da construção de cidadão surdo numa retrospectiva histórica da comunidade surda.

No **segundo capítulo**, tomando por base pesquisas bibliográficas e de legislações, apresenta-se uma análise comparativa da garantia dos direitos humanos nas políticas públicas contextualizadas com as diversas áreas da comunidade surda brasileira e argentina, e de como a apropriação da cidadania surda, portanto, garante o acesso à informação e comunicação, ao trabalho, a saúde, a educação, ao transporte, à cultura e entre outros.

No **terceiro capítulo** apresenta-se a definição de acessibilidade e desenho universal, para entender a discussão da cidadania comunicativa surda no campo midiático. Também se demonstrarão informações sobre os recursos midiáticos para surdos no mundo e no Brasil, como a janela de língua de sinais, *closed caption*, programas de surdos na televisão, propagandas audiovisuais para surdos e outros, realizando uma comparação entre o Brasil e outros países.

O **quarto capítulo** apresenta uma análise comparativa em dois programas de WebTV INES (Brasil) e de *EnSenãs para Aprender* (Argentina). A partir de entrevistas realizadas com apresentadores e produtores dos programas em ambos os países, abordam-se a trajetória histórica, como funcionam e como são produzidos esses programas. Será apresentada também uma análise da produção de discurso midiático.

## 2. MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS E AS LUTAS PELO RECONHECIMENTO

Neste capítulo, apresento uma retrospectiva histórica das relações dos movimentos sociais, as lutas e conquistas dos cidadãos surdos argentinos e brasileiros e a visão histórico-cultural da fronteira de ambos países nos rumos da América Latina.

Inspiro-me na teoria de Axel Honneth<sup>2</sup> para pensar o sujeito surdo na luta por reconhecimento, na construção do ser cidadão e bem-estar na vida social, com igualdade de direitos, com inclusão social. O autor ajuda-nos a pensar como são estabelecidas institucional e culturalmente as “formas ampliadas de reconhecimento recíproco” nas sociedades ocidentais (HONNETH, 2017, p. 156).

Honneth aponta três possibilidades do reconhecimento, retomadas da teoria hegeliana: de autoconfiança, de autorrespeito e de autoestima. Elas nos servem para pensar o que faz de nós surdos cidadãos para construir o conteúdo dado do amor, do direito e da solidariedade na importância social da LIBRAS na sociedade, em uma visão interacionista, humanística e jurídica, assim como sua cultura (Novaes, 2014).

As crianças surdas crescem e aprendem sua língua materna como a LIBRAS na educação bilíngue e na família. Após, adquirem o modelo adulto surdo. Segundo Honneth (2017, p. 194), a criança adquire a confiança para manifestar espontaneamente suas carências mediante a experiência contínua da dedicação materna. Já o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos, e outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico. Nesse sentido, é construída sua identidade e cultura surda, por isso sua autoconfiança de ser surdo inato, após ação coletiva de um grupo surdo com objetivo de alcançar mudanças sociais por meio do embate político e a importância para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação.

Nós surdos temos experiências do cuidar do outro através da luta pelo direito à igualdade da comunidade surda, no sentido do reconhecimento de sua língua, de sua identidade, de sua cultura e meio de comunicação específico: a Língua Brasileira de

---

<sup>2</sup>Axel Honneth é um filósofo e sociólogo alemão, que estudou o campo da filosofia social e prática na tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt através de uma teoria do reconhecimento recíproco.

Sinais. Por isso temos possibilidade de fortalecimento da autoestima na construção da cidadania surda e na dignidade humana como reconhecimento.

O censo do IBGE 2010 apresenta 45 milhões de brasileiros com deficiência, sendo sujeitos portadores de deficiência auditiva 9,8 milhões de pessoas, que significam 5,2% da população brasileira. Desses, 2,6 milhões são surdos. Nesse sentido, percebemos a necessidade de uma série de políticas públicas inclusivas capazes de promover a inserção social, com vistas a uma melhor socialização e a construção da cidadania surda.

Por isso, Paixão (2018) relata sobre a luta do movimento surdo de 16 anos para a oficialização da LIBRAS:

No decorrer desse processo de luta por reconhecimento social como também pela oficialização da LIBRAS, a comunidade surda envolvida no processo foi ganhando expertise na argumentação e escolha de estratégias, ao entrar em contato com intelectuais, políticos, linguistas e pesquisadores interessados na língua e na cultura surda (PAIXÃO, 2018, p. 45).

Destaca-se a importância do reconhecimento da identidade cultural surda relacionada com a defesa de língua de sinais pelos movimentos sociais surdos. Strobel (2008) ressalta que quando se fala em cultura surda estão em jogo comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e preenchem as comunidades surdas. É fundamental olharmos para a identidade cultural surda dentro de um contexto multicultural. Afirma Strobel:

[...] as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas, face à presença do poder ouvintista que lhes impõem regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo.

Conforme Honneth (2017), devemos compreender o respeito social e valor de um indivíduo, na medida em que esse se mede intersubjetivamente como forma de reconhecimento da comunidade de valores. Nesse sentido, nossa comunidade surda sempre está procurando viabilizar nossos direitos políticos e sociais, lutando para ter direito à acessibilidade como inclusão social do surdo e status jurídico de cidadão, obtido por luta social frente a instituições privadas e públicas (Novaes, 2014).

Honneth (2017) ressalta que na sociedade moderna, partindo de um ponto de vista de uma ampliação das normas jurídicas relacionadas com as diferenças sociais de classe,

deu-se um processo gerido de ampliação de direitos individuais, fundamentais nos direitos políticos de participação e nos direitos sociais de bem-estar de seus cidadãos. Esses direitos são uma forma de coletividade política e de alcance social do status de uma pessoa de direito como “reconhecimento jurídico se encontra com a conquista do autorrespeito” (p.195).

As relações jurídicas geram autorrespeito: “consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2017, p. 195). Nesse sentido, os dois mundos (o dos surdos e o dos ouvintes) trocam seus respeitos e interações sociais e culturais em principalmente três pautas de amor, eticidade e solidariedade. Por exemplo, cita-se o movimento social dos surdos “Setembro Azul”, que é uma mobilização realizada anualmente no mês de setembro, e foi criada para celebrar as inúmeras conquistas da Comunidade Surda no Brasil, direitos adquiridos através de muita luta e mobilização, e que contou com o apoio da comunidade ouvinte, que por muitos anos sensibiliza-se e apoia a comunidade surda, que através de atividades promovidas pelas associações e instituições que desenvolvem algum tipo de trabalho com os surdos com o objetivo de levantar uma reflexão sobre o lugar social que os surdos possuem e como garantir do Estado uma cidadania digna e plena.

É de conhecimento geral que infelizmente ocorrem desigualdades relacionadas às inúmeras diversidades culturais, no âmbito social e político, mas a diversidade busca do Estado Democrático de Direito um novo paradigma jurídico, cujo olhar encontra-se na garantia da dignidade da pessoa humana para promover a igualdade de oportunidades e do enaltecimento das minorias, como reconhecimento da diferença e principalmente a eticidade na relação, como a teoria hegeliana relata:

[...] o direito moderno representa um médium de reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos de maneira diferenciadora, aquela segunda forma de reconhecimento requer um médium social que deve expressar as diferenças de propriedade entre sujeitos humanos universais, isto é, intersubjetivamente vinculante (HONNETH, 2017, p. 199).

Novaes (2014) ressalta a necessidade de convencer e converter a sociedade, bem como as autoridades, requerendo muito mais que decretos, normas e leis produzidas, muitas vezes, em gabinetes totalmente alheios a uma dura realidade enfrentada por cidadãos brindados pela natureza com uma linguagem especial, tal como as pessoas surdas.

A seguir refletirei sobre como se deram essas lutas pelo reconhecimento dos movimentos surdos na Argentina e no Brasil.

## 2.1 Organizações e movimentos surdos na Argentina e no Brasil

A comunidade surda caracteriza a construção de uma identidade coletiva dos movimentos como os atores sociais surdos, sendo que, segundo Szwako e Dowbor (2017, p. 4), “o caráter cultural-identitário é o traço caro aos Novos Movimentos Sociais”. Essas não são realidades internamente homogêneas ou pacíficas, sendo assim, resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos. Uma relação de luta comum desenha-se no dia-a-dia: a luta pelo reconhecimento da surdez como diferença e o valor da comunicação para as pessoas surdas na vida social dos cidadãos. Por isso essa identidade coletiva de surdos que deu significado às ações coletivas do movimento.

“A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante” (SKLIAR, 2005, p. 6).

Realizou-se uma comparação sobre a retrospectiva dos movimentos sociais surdos da Argentina e do Brasil nas lutas pelo reconhecimento, com objetivo de gerar mudanças sociais por meio do embate político, dentro da sociedade contemporânea e seus ideais de luta por direitos dos surdos. Segundo Perlin:

Para o movimento surdo, contam as instâncias que afirmam a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem estar social (1998, p. 71).

Utilizaram-se os autores Touraine<sup>3</sup> e Melucci<sup>4</sup>, na perspectiva de analisar alguns aspectos dos movimentos sociais da comunidade surda, as manifestações que

---

<sup>3</sup>Alain Touraine é um sociólogo francês e seu estudo de movimentos sociais na França, do trabalho e da consciência dos trabalhadores na América Latina.

<sup>4</sup>Alberto Melucci é um sociólogo italiano e seu estudo sobre novos movimentos sociais, suas teóricas sobre ação coletiva e conflito social.

aconteceram em prol de melhorias e demandas para que o surdo exerça sua cidadania de forma digna.

### 2.1.1 Argentina

A primeira escola privada para surdos em Buenos Aires, foi fundada pelo mestre alemão Carlos Keil em 1857. Essa escola foi a segunda, de um país da América do Sul, cuja primeira foi criada no Brasil um ano antes (Duval, 1990). Em 1871 a escola de surdos fechou, devido ao falecimento do professor Keil em decorrência de febre amarela, com isso não houve mais registros dessa história.

Em 1881 foi fundada a Escola Bartolomé Ayrolo, por um médico que tinha uma filha surda e resolveu ir à Europa afim de conhecer as metodologias referentes à Educação de Surdos. Ao retornar para Argentina, aplicou o método com sua filha, obtendo êxito. Nessa mesma escola, que era voltada somente para meninos surdos, atuou como diretor. Mais tarde, em 1897, criou a Escola Osvaldo Magnasco para meninas surdas.

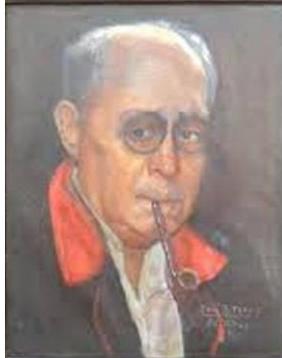
Em 1878 nasceu José Antonio Terry, oriundo de uma família italiana de três filhos, surdo, nascido em Buenos Aires. Seu pai era um político argentino, que foi deputado, senador do parlamento nacional e ministro das finanças e dos negócios estrangeiros.

Terry viajou para Europa (Inglaterra, Espanha e a Itália) a fim de completar sua formação de pintor, período em que visitou museus e círculos de artes por cerca de sete anos. Em 1911, Terry retornou à Argentina, trazendo a Língua Italiana de Sinais – LIS juntamente com outras experiências da Itália.

Em 30 de junho de 1912 foi fundada a primeira Associação de Surdos de Ajuda Mútua, acontecimento em que Terry teve um papel importante. Essa foi a primeira associação da América Latina com objetivo de defesa dos direitos da Comunidade Surda, dirigida exclusivamente por surdos como indicado na Constituição com Entidade Pública Benefício Nº 89. Em articulação com seu pai, foi formulada uma proposta ao governo argentino que ocasionou no oferecimento um prédio para a associação.

Essa associação serviu de modelo para implementação de outras associações em outros países da América Latina (Uruguai, Paraguai e Brasil), sendo que atualmente o Brasil apresenta um envolvimento maior devido a questões políticas, sociais e culturais.

Figura 1:A foto do José Antônio Terry



Fonte :VIDAS INTERESANTES: JOSE ANTONIO TERRY, 2011<sup>5</sup>

Em visita realizada em Buenos Aires à *Asociación de Sordomudos de Ayuda Mutua* – ASAM, em diálogo com o presidente surdo Jorge Furcunni, obtive algumas informações acerca da associação.

Figura 2: Associação de Surdos de Ajuda Mutua – ASAM



Fonte: KRAUSE, 2017

Desde o início da associação até hoje, tiveram aproximadamente 4.100 associados surdos argentinos de todas as faixas etárias desde crianças a idosos, por ser a única associação de Surdos da Argentina, sendo um ambiente de difusão de Língua Argentina de Sinais.

<sup>5</sup> VIDAS INTERESANTES: JOSE ANTONIO TERRY. Disponível em: <<http://todosobrelasordera.blogspot.com.br/2011/01/vidas-interesantes-jose-antonio-terry.html>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

Após a Primeira Guerra Mundial, muitos imigrantes italianos surdos retornaram para a Argentina, a fim de difundir a origem da Língua de Sinais Argentina, que possui, portanto, forte influência da Língua Italiana dos Sinais – LIS.

A associação em Buenos Aires foi a grande responsável pela oficialização da Língua Argentina de Sinais – LSA, e isso repercutiu no restante das províncias argentinas, conforme relata Jorge Furcunni.

Há muitos registros históricos como: troféus, medalhas e fotos compilados em um museu da *Asociación de Sordomudos de Ayuda Mutua – ASAM* conforme figura abaixo:

Figura 3: Museu da ASAM



Fonte: KRAUSE, 2017.

Em uma perceptiva comparativa entre os museus da Argentina e Brasil, a Argentina apresenta um conteúdo de registro muito maior em relação ao Brasil.

No período de 1912 a 1974, houve uma expansão na criação das escolas e das associações de surdos. As escolas eram separadas conforme a sua metodologia de ensino como: língua de sinais, o oralismo e o bilinguismo nas regiões da Argentina.

Em 1957, foi criada a Confederação Argentina de Surdos (CAS) que é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção e defesa dos direitos

humanos de pessoas surdas que vivem na Argentina. Abrange os seguintes aspectos: Educação, Saúde, Legislação, Língua de Sinais entre outros.

Segundo Lavalle et al (2017), com relação a institucionalização afirmam que, “é a transformação em instituições de valores, interesses, demandas e recursos de atuação de MSs e OSCs atuando em nome de grupos marginalizados [...]”. Desta forma a CAS tem o papel de institucionalização das demandas da comunidade surda na luta pelos seus direitos.

Atualmente a confederação conta 23 províncias com associações existentes no território argentino, sendo que somente 18 dessas são filiadas. O objetivo é garantir os direitos da pessoa surda no país permitindo o acesso às informações através da Federação Mundial de Surdos, que foi fundada em Roma, e atualmente encontra-se situada em Helsinque (Finlândia), que recentemente teve a adesão da UNESCO, OIT e OMS em seu plantel de filiações.

Figura 4: O prédio de Confederação Argentina de Surdos

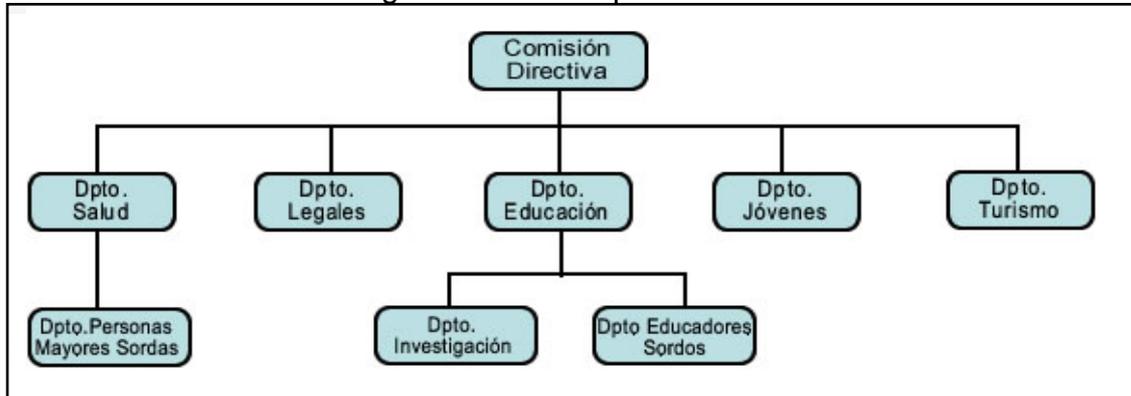


Fonte: KRAUSE, 2017.

Abaixo se apresenta a estrutura hierárquica da Confederação Argentina de Surdos bem como seus departamentos: saúde, educação, legislativo, jovens e turismo. Essa confederação exerce um papel de controle nas associações das diversas cidades da

Argentina e auxilia na resolução de problemas na esfera das políticas públicas para a comunidade surda argentina.

Figura 5: A hierarquia de CAS.



Fonte: CONFERERACIÓN ARGENTINA DE SORDOMUDOS<sup>6</sup>

Dando prosseguimento, a comunidade surda argentina organizou uma proposta sobre a remoção de barreiras de comunicação, para dar acesso igualitário e oportunidades para as pessoas surdas, conforme lei nº 11.695, aprovada em 1995 em Buenos Aires.

Segundo Martinez et al (2017), na década de 1990 a luta da comunidade surda argentina pela implementação de políticas lingüísticas de reconhecimento da LSA no território cresceu, quando um grupo de líderes surdos começou a conceber-se como sujeitos políticos, capazes de lutar por seus direitos. Esses líderes surdos formaram o que ficou conhecido como Grupo Seis, um movimento político sem história dentro da comunidade surda argentina.

Em 1998, um grupo formado por líderes surdos de várias províncias construíram uma proposta de reforma, cujo objetivo era a melhoria da qualidade de vida e defesa de seus direitos. Nesse mesmo ano, foi aprovada em Córdoba a Lei 8.690 ("Igualdade de Oportunidades, Deficiência Auditiva").

Aponta Melucci (2001) que às reivindicações organizacionais, às tensões institucionais e aos movimentos sociais é preciso acrescentar os protestos modernizadores. Deve ser introduzido o propósito da mudança social e discutir a noção de modernização. Mas deve intervir também no interior de um tipo societário pois, se uns

<sup>6</sup> CONFEREDAÇÃO ARGENTINA DE SORDOMUDOS. Disponível em: < <http://cas.org.ar/old/quienes-somos.html>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

movimentos tendem a passar do presente ao futuro em nome da modernização, outros se definem pela luta em nome do presente contra o passado. Percebeu-se que a comunidade surda despertou e deu-se conta de quanto estavam sendo prejudicados. Foram em busca de direitos para ter uma vida com princípios básicos que não tinham.

No ano de 2000 foi aprovada a lei nº 402 em Buenos Aires, e três anos depois a lei nº 7412 foi aprovada no Estado de San Juan, sendo que ambas reconhecem a LSA quanto língua falada e como forma de comunicação da comunidade surda.

De acordo com Martinez et al (2017), nesse contexto, em 2002, organizou-se o Primeiro Congresso Nacional de Surdos, que teve como tema "O surdo no novo milênio". No ano seguinte, eles organizaram o Segundo Congresso Nacional dos Surdos com o tema "The Deaf Today". Esses eventos foram o prelúdio da Cúpula de 2007 e a luta pelos direitos lingüísticos e culturais da comunidade.

O grupo de CAS trabalhou para fazer um projeto de lei sobre o reconhecimento da LSA como patrocínio lingüístico e cultural da comunidade surda argentina e enviou um documento, mas o que aconteceu foi que o projeto foi apresentado no Congresso nacional, mas não foi levado em consideração pelos deputados (MARTINEZ ET AL, 2017).

O grupo de Surdos percebeu a ausência de uma legislação no que tange a respeito à nomeação de intérpretes de LSA para atendimento da comunidade surda.

Em 2003, foi criada a Fundação de Pais e Familiares de Pessoas Surdas para sua Integração – FUNDASOR, que era uma organização da sociedade civil que se comprometia a conseguir uma comunicação acessível, com igualdade de oportunidades para todas as famílias com membros surdos.

Figura 6: Logomarca de FUNDASOR



Fonte: <http://www.sordassinviolencia.com/img/fundasor.png>

No período de 2003 a 2007, Anahi Alesso, fundadora da Fundasor, participou da Confederação Argentina de Surdos (CAS), como membro do conselho de administração.

A Fundasor identificou que por volta de noventa por cento das famílias de pais ouvintes com filhos surdos apresentavam dificuldades de comunicação com seus filhos através da LSA em atividades simples, e que não havia um lugar específico para atender essas famílias.

Em meados de 2008, foram à Espanha com o objetivo de vislumbrar o funcionamento das Instituições com o tema relacionado a família de surdos, visitaram a CNSE (Confederacion Estatal de Personas Sordas) e as FIAPAS (Confederación Española de Familias de Pessoas Surdas) que traduzidas para o português são a (Confederação Estadual de Pessoas Surdas) e (Confederação Espanhola de Família de Pessoas Surdas).

O propósito era coletar informações em relação à surdez, cultura surda, língua de sinais, educação, família, comunicação e direitos de conversação em todos os ambientes frequentados pela comunidade surda, bem como elaborar livros, DVDs e outros materiais de forma gratuita para doação às famílias.

Ao retornarem, no mesmo ano, destinaram um prédio próprio com cinco profissionais voluntários, entre eles a presidente Anahi Alesso, a secretária Cristina Alesso, a Tesoureira Jimena Martinez, o vocal Patrício Cabezas e a surda Mariana Reuter, com o objetivo de atender as famílias.

Em janeiro de 2017, conheci e entrevistei a equipe FUNDASOR, contando com o acompanhamento da surda Estephania<sup>7</sup> que auxiliou na tradução da LSA para LIBRAS e vice versa. Abaixo, seguem os questionamentos:

Quem patrocina a Fundasor?

A Fundasor é uma instituição sem fins lucrativos. A sociedade não está habituada aos pleitos da comunidade surda. Construimos um projeto que nos repassa verbas da iniciativa privada que compõem parte do nosso orçamento. A outra parte das verbas são

---

<sup>7</sup> A surda Estephania Molina Manica nasceu em Porto Alegre, no Brasil. Ela tinha 18 anos de idade, mudou para Buenos Aires, na Argentina, porque está cursando em Restauração de Bens Culturais na Universidade Nacional de Artes – UNA. Mora lá aos 18 anos, conhecendo a comunidade surda argentina e contato com a LSA – Lengua de Señas de Argentina. Seu conhecimento completo em português e espanhol na modalidade de escrita e oralidade, LIBRAS e LSA são médios, e inglês oralizado básico. Atualmente está aprendendo ASL- American Sign Language.

oriundas de bolsas. O governo não compreende o intuito de fazer projetos voltados a cultura surda pois desconhecem o assunto, comenta Cabezas.

□ Quantas crianças surdas há na Argentina? E em Buenos Aires?

Não sabemos ao certo a quantidade de crianças surdas argentinas, não temos dados do censo específico para verificação. O governo apresenta os dados gerais das pessoas com deficiência.

□ Quantas escolas públicas e privadas há para surdos? Elas são bilíngues e inclusivas?

Há algumas escolas inclusivas para alunos surdos que são: A Ayolo, a Magnosco e Hoseolo, mas são poucos os professores que sabem a LSA.

□ A educação inclusiva conta com a presença do intérprete da LSA na sala de aula? Quem paga esses profissionais?

Não há intérpretes na educação inclusiva, o governo nacional não paga os intérpretes, comenta Alesso. Em complemento à fala de Alesso, Mariana Reuter exemplifica, que para ir à universidade privada ela tem que arcar com os custos da mensalidade do curso superior e também do intérprete. Ela utiliza da verba que recebe de um plano de saúde para pagar parte dos estudos. Na universidade de Buenos Aires – UBA há poucos intérpretes, devido à falta de curso de capacitação, e os que tem apresentam a formação básica.

□ O que você gostaria de mudar na política da comunidade surda?

Segundo Alesso, a comunidade surda deve posicionar-se no que tange a respeito da falta de comunicação. A parcela jovem surda deve unificar-se com surdos mais velhos a fim de conquistar a mudança tão sonhada ao acesso comunicacional. A união de todos é fator dominante para que a luta efetive-se e obtenha-se êxito, pois o caminho é longo.

Reuter complementa dizendo que os surdos mais velhos responsabilizam os ouvintes pela dificuldade de acesso as informações, entretanto, os jovens surdos pensam de maneira diferente, acreditam na união de todos para ocupar seu devido espaço na sociedade.

A seguir a imagem da entrevista realizada na FUNDASOR com uma surda e dois ouvintes: Mariana Reuter, Cristina Alesso e o Patrício Cabezas em Buenos Aires na Argentina:

*Figura 7: A equipe de FUNDASOR*



Fonte: KRAUSE, 2017.

Em 2005, na província de Mendoza, foi aprovada a Lei 7.393 que explicita acerca da igualdade de oportunidades para pessoas surdas, os direitos de uso da LSA, educação bilíngue bicultural, os serviços de interpretação, entre outros.

De acordo com a lei, os surdos argentinos desfrutam de todos os seus direitos políticos e não se limitam ao exercício de sua vida social em qualquer aspecto (WFD & SNAD 2008: 51). No entanto, os canais deficientes de acesso à informação limitam severamente os surdos argentinos para o exercício de seus direitos de cidadania (WFD & SNAD 2008: 52).

Em 2012, o Movimento Argentino dos Surdos – M.A.S foi criado por iniciativa dos líderes surdos da Argentina, a fim de equidade de direitos e da participação dos surdos no cenário político atual. Segue a citação da fanpage<sup>8</sup> do M.A.S:

“Fundamental a emancipação de pessoas surdas transformadas em assuntos políticos. Reparaphrase Peter Sloterdijk (2001 - "O desprezo das massas"), o MAS faz parte da consideração de que os surdos podem acessar o status de uma subjetividade política, de sua própria soberania. Os privilégios de senhorio, vontade, conhecimento e alma, como Sloterdijk diz, invadiram a nossa comunidade de surdos e nos conferem as exigências de dignidade ignoradas pela sociedade auditiva em geral. Essa repetida noção de deficiência que tão nos aborrece da sociedade é transformada hoje com nossas ações em uma soberania livre, emancipada e digna. Porque somos todos iguais por natureza”.

---

<sup>8</sup> Acesso ao link da fanpage: [https://www.facebook.com/pg/MovimientoArgentinoSordos/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/MovimientoArgentinoSordos/about/?ref=page_internal)

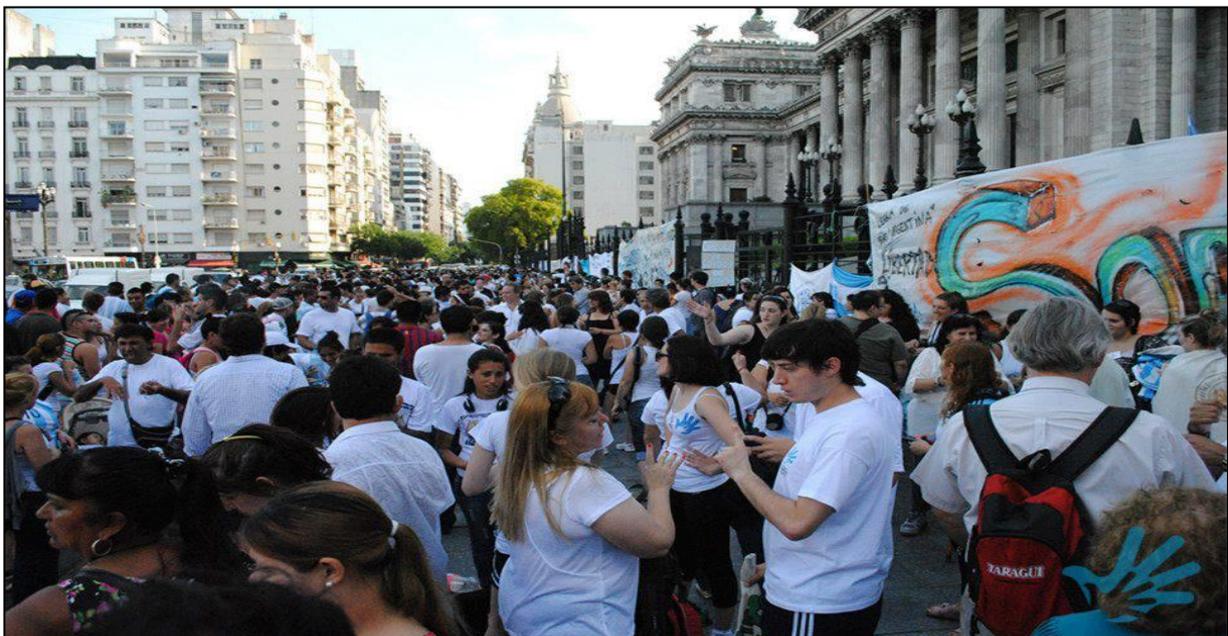
No dia 21 de novembro de 2012, o projeto de Lei de Reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina* – LSA para que seja oficializada como Língua e Patrimônio Linguístico e Cultural da Comunidade surda foi levado ao Congresso nacional. Segundo Martinez at, al. (2017), nos últimos 20 anos houve na Argentina uma luta pela implementação de políticas linguísticas em torno da Língua Argentina de Sinais.

Este foi o primeiro movimento surdo e contou com a participação de três mil pessoas (surdos, intérpretes, familiares, amigos, colegas nas várias cidades de Argentina). Nesse sentido, “um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica [...], a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (Melucci, 2001, p. 35).

Segundo Melucci (2001), a respeito da mobilização coletiva e reconhecimento da língua:

“Aspecto relevante dessas lutas é a defesa e a reivindicação de uma autonomia cultural. A reafirmação de patrimônio cultural feito de língua, costumes, tradições, próprias do grupo étnico, foi o instrumento com o qual as minorias se opuseram ao monopólio cultural e linguístico dos grupos dominantes, à integração forçada nos códigos simbólicos impostos pelo centro. (Melucci, 2001, p. 110).

Abaixo imagem da comunidade surda Argentina protestando em Buenos Aires.



Fonte: <https://www.facebook.com/MovimientoArgentinoSordos/>

Em 03 de março de 2013, a comunidade surda recebeu com muita tristeza a notícia da não aprovação da Lei de Reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina – LSA*. Mas não abdicaram da luta por seus direitos, organizaram um segundo protesto em frente ao Congresso nacional. Não houve uma justificativa plausível sobre o motivo da não aprovação. Abaixo imagem do segundo protesto em frente ao Congresso Nacional:



Fonte: <https://www.facebook.com/MovimientoArgentinoSordos/>

Em 24 de setembro de 2013, ocorreu a primeira audiência pública na Câmara dos Deputados da Nação sobre o projeto de lei da *Lengua de Senãs Argentina – LSA* e a criação da INALSA<sup>9</sup> (Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina), elaboração feita pela Confederação Argentina de Surdos – CAS. A comunidade surda e ouvinte juntamente com várias instituições estiveram presentes na audiência pública apoiando este projeto, tais como: Assembleia Permanente dos Direitos Humanos, APDH, COPIDIS - Comissão para a Plena Participação e Inclusão das Pessoas com Deficiência do Governo da cidade de Buenos Aires, ISPEE - Instituto Superior dos Professores em

---

<sup>9</sup> É um projeto de lei elaborado por representantes da comunidade surda argentina após a análise e reflexão da situação que esta comunidade está passando em todas as áreas sociais, cujo problema fundamental é a sua origem na falta de reconhecimento da LSA como IDIOMA e, conseqüentemente, na falta de políticas linguísticas relacionadas a esta linguagem a nível nacional. Essas deficiências têm um forte impacto no acesso a áreas-chave para o desenvolvimento de pessoas, como educação, trabalho ou saúde. Em suma, impede o cumprimento dos direitos fundamentais do ser humano, como o direito à linguagem e à cultura, estabelecidos pela Constituição Nacional, leis nacionais e regulamentos internacionais.

Educação Especial, Supervisão de educação especial, Escola de surdos e hipoacúsicos nº 28 "Bartolomeu Ayrolo", Escola de surdos e hipoacúsicos nº 29 "Osvaldo Magnasco", INCA - Instituto Nacional de cinema e artes audiovisuais, CONICET - Conselho Nacional de investigações científicas e técnicas, Técnicos de intérpretes Isa-Espanhol, Universidade Nacional de *Entre Ríos*, Universidade Nacional de *Misiones*, Universidade Nacional de *Tucumán*, Universidade Nacional de *Cujo*, Universidade Nacional de *Quilmes*, Laboratório de Línguas da Faculdade de Filosofia e Letras – UBA e Comissão de Deficiência da Faculdade de Filosofia e Letras, UBA.

Conforme Martinez et al (2017, p. 269), nesse dia os líderes surdos, bem como antropólogos, lingüistas e sociólogos, explicaram em profundidade os diferentes aspectos do projeto de lei apresentado pelo CAS, [...] a Câmara de Deputados tratou da terceira versão do projeto apresentada pelo CAS, bem como o projeto alternativo mencionado, alcançando o mesmo resultado obtido nos debates dos diferentes comitês: Opinião minoritária para alternativa.

Abaixo imagem da audiência pública na Câmara dos Deputados da Nação



Fonte: <https://www.facebook.com/MovimientoArgentinoSordos/>

Os deputados tiveram dificuldades para organizar a discussão, pois foram apresentadas duas propostas; uma por parte da *INALSA (Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina)* e a segunda foi elaborada pela *INELESA (Pseudo-Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina)* juntamente com os surdos propõem a inclusão social de surdos oralizados e sinalizantes, com deficiência auditiva e implantandos coclear, na dimensão linguística e cultural da comunidade surda Argentina.

De acordo com Martinez et al (2017, p. 261-262) sobre a demanda de políticas linguísticas de reconhecimento de sua língua de sinais afirma:

No caso particular das diferentes comunidades surdas do mundo, observa-se, especialmente nos últimos 25 anos, que as comunidades surdas pertencentes a um grande número de países têm sido protagonistas de iniciativas de reconhecimento legal de suas próprias línguas de sinais [...] De facto, um dos principais objectivos da FWD é obter o reconhecimento, respeito e promoção das línguas dos senãs como parte da diversidade humana e, para isso, considerar essencial melhorar o estatuto legal das línguas de sinais naturais (WFD, 2016).

Martínez et al (2017) analisam as disputas ideológicas e estratégia do discurso dominante que diferenciaram as propostas dos dois Institutos mencionados.

O que diferenciou os projetos de INALSA e INELESA, segundo Martinez et al (2017, p. 270), é que o projeto apresentado pelo INELESA, que obteve a opinião majoritária:

[...] foi elaborado por atores não relacionados à comunidade surda de nosso país. Em princípio, observa-se que se denomina Língua de Sinais Argentina (LSA) à língua que é objeto de reconhecimento. Ao contrário de outros casos, como os mencionados por Wilcox, Krauseneker e Armstrong (2012), nesse projeto eles levam o mesmo nome convencionalmente usado pela comunidade surda de nosso país: Língua de Sinais Argentina (LSA). No entanto, em nenhum artigo do projeto é explicitamente definido o que é o LSA, o que é surpreendente, uma vez que é o objeto a ser legalmente reconhecido.

Ao contrário, [a proposta do INALSA] que obteve uma opinião minoritária, que foi elaborada pelo órgão máximo da comunidade surda argentina, o CAS, conforme explicado na subseção anterior. Neste, o mesmo nome é observado para a língua (língua argentina de sinais) e, diferentemente da opinião da maioria, uma definição da LSA é proposta como uma linguagem natural que é transmitida na modalidade visual-espacial e que tem a mesma características que qualquer outra linguagem (oral ou visual) Esta definição está claramente inscrita no paradigma sócio-antropológico e leva categorizações da disciplina lingüística.

Então, com relação aos objetivos perseguidos no reconhecimento da língua, observam-se diferenças nas seleções lexicais e nas ações propostas em ambos os projetos. De um lado, na opinião da maioria [...], há dois agrupamentos lexicais: um, relacionado a uma perspectiva sócio-antropológica; outro, relacionado a uma perpetração médica. No primeiro grupo lexical, os nominais são observados como "surdos", "intérpretes de LSA" ou "Associações da comunidade surda", enquanto no segundo grupo de nominais como "deficientes auditivos" ou "incapacidade". Essa coexistência de nominais que pertencem a paradigmas conflitantes gera uma grande ambiguidade em relação ao quadro ideológico em que este projeto é sustentado.

Ainda não foram aprovadas as propostas na Camara de Deputados devido divergências, e o material ainda está em estudo. Conforme citação do site<sup>10</sup> de Confederação Nacional de Surdos – CAS :

---

<sup>10</sup> Citação do site seguinte informação sobre o projeto de INALSA: <http://inalsa.cas.org.ar/>

“Em 28 de maio daquele ano, antes do Anexo do Congresso Nacional, a Comunidade de Surdos retorna para reivindicar os direitos de sua Língua Argentina de Sinais - LSA, em apoio do Projeto de Lei LSA / INALSA preparado pelo CAS. Esta convocação maciça obedece às reivindicações diante do medo de que os Deputados aprovem o Projeto INALESA, contrariamente aos interesses da comunidade de surdos”.

Em 2015, foi criado um programa com o apoio da deputada Virginia González Gass de Buenos Aires para atender as mulheres surdas.

Em 2017, a surda argentina Mariana Reuter assume a liderança do movimento feminista surdo, em amparo às mulheres vítimas de violência. Esse projeto foi utilizado do recurso comunicativo por vídeo procurando motivar as mulheres surdas argentinas.

Figura 8: Abaixo figura das representantes do projeto



Fonte: <https://www.pagina12.com.ar/32275-crear-senas-contra-la-sordera-patriarcal>

Foi criado um programa “*Sordas Sin Violencia*” traduzido em português: “Surdas Sem Violência”, na sede de FUNDASOR, em parceria com outra ONG, em que foi criado o serviço de acompanhamento para mulheres surdas que sofreram de diversos tipos de violências. Essa equipe contava com dezoito funcionários<sup>11</sup>.

A imagem abaixo foi retirada do facebook de Mariana Reuter, com mais duas representantes Ester Mancera e Ana Jaunalia de “*Sordas Sin Violencia*” retratando a

<sup>11</sup> Essa instituição foi um sucesso na Argentina, para mais informações acesse o link: <http://sordassinviolencia.com/index.html>

participando no Fórum da ONU realizado em março de 2018 em New York, nos Estados Unidos. É imprescindível exemplo de lutas contra a violência de mulheres surdas em outros países da América e outros continentes.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10214265543206360&set=t.1427844166&type=3&theater>

Um movimento social só existe quando o conflito coloca-se no nível do modelo cultural, que é central na sociedade considerada. Dessa forma a cultura da sociedade surda argentina, em conflito com a perda de informações, na cultura e na sociedade em geral, com apoio de políticos, foi em busca de suas reivindicações.

Percebe-se que há poucos materiais e informações sobre o movimento social surdo da Argentina no que tange à surdez, mas está sendo desenvolvida uma campanha ativa para o congresso do país para reconhecer a LSA – *Lengua de Señas Argentina* como manifestação linguístico-cultural.

### 2.1.2 Brasil

O processo de educação de Surdos no Brasil iniciou-se através do professor francês Edward Huet, que veio ao Brasil em 1855, a convite do imperador Dom Pedro II. Em seguida foi fundada a primeira escola de surdos, chamada de Instituto Imperial de Surdos-Mudos, por meio da Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857. Atendendo somente meninos inicialmente, o atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) localiza-se no Rio de Janeiro. Huet trouxe sua metodologia e o ensino aos surdos era realizado através da Língua Francesa de Sinais – FSL.

Strobel (2008) relata que o professor surdo Ernest Huet, teve enormes dificuldades para lecionar no INES, visto que as famílias brasileiras não reconheciam Huet como cidadão e não confiavam no seu trabalho pedagógico. Ele tinha poucos alunos. Muito diferente do professor surdo Laurent Clerc que foi aos Estados Unidos, que também era surdo e que fazia o mesmo trabalho numa escola para surdos e, como Huet, também era francês.

De acordo com Strobel (2008), por motivos pessoais, o pedagogo pioneiro da educação de surdos no Brasil, Ernest Huet, após cinco anos na direção do Instituto, afastou-se dos seus trabalhos e viajou para o México em 1861, deixando que diretores ouvintes assumissem a direção do Instituto.

No ano de 1880, aconteceu o Congresso Internacional de educadores de surdos em Milão, na Itália, onde entre outros assuntos tratados, foi debatido sobre a metodologia de ensino aos surdos. Na ocasião, uma proposta levantada em apoio a oralização e decidiu-se então pela proibição do uso da língua de sinais em todo o mundo.

Segundo Touraine (1978) toda ação coletiva supõe a existência de um ator, outros atores portadores de interesses diferentes dos seus e de um campo social onde se colocam suas relações. Os elementos no nível organizacional, onde os membros que formulam reivindicações se definem a si próprios de duas maneiras: do interior e do exterior da organização. De um lado, consideram que dando certa contribuição devem receber uma retribuição justa, isto é, concedida no nível relativo de sua contribuição. Por outro lado, a organização é apenas um meio social particular no qual o ator só parcialmente se empenha. Ele age, em função de seus outros papéis e do conjunto de seus outros papéis e do conjunto de seus interesses pessoais.

Em relação ao indivíduo surdo, quem tomava decisões em relação à educação de surdos e sua vida social, profissional, são pessoas ouvintes que muitas vezes não tem conhecimento sobre o indivíduo surdo. Com o passar do tempo, o surdo foi reivindicando as suas necessidades, e assim fazendo parte da tomada de decisões. Com isso, prevalece a participação do mesmo.

No Brasil, esta metodologia começou a ser implementada na educação de surdos no ano de 1911. Este modelo educacional expandiu-se rapidamente para todo o país, o que ocasionou em uma grande tensão na comunidade surda brasileira, pois estava

havendo um retrocesso bem significativo já que os surdos não poderiam mais usar a língua de sinais como primeira língua.

A imposição do método oral em todo Brasil criou uma atmosfera conflituosa entre os adeptos ao oralismo e os defensores da língua de sinais. Desta forma, em 1913, os surdos e os educadores ouvintes organizaram-se para fundar a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos (ABSM), com vistas ao fortalecimento do uso da língua de sinais brasileira na educação dos surdos. Alguns anos depois, houve uma expansão da criação de associações de surdos nas várias regiões do Brasil, para fortificação desses movimentos a nível nacional. Nesse sentido, houve uma movimentação social da comunidade surda brasileira bem significativa.

Um embate do movimento surdo foi constituído historicamente com os médicos da área de otorrinolaringologia. Seguindo Touraine (1978), esse movimento social apresenta-se como uma combinação de um princípio de oposição, já que durante muitos anos os surdos foram vistos do ponto de vista clínico-terapêutico, modelo focado na incapacidade, e percebendo a surdez como uma doença nas orelhas, ou seja, um defeito a ser corrigido. Sendo marcado como um defeito da fala, o treinamento através da leitura labial seria muito necessário entre outros. O surdo não era visto pelo espectro da diferença cultural e de identidade. Devido a isso, a comunidade surda pensa diferente e suas lutas sociais baseiam-se em valorizar e defender a língua de sinais, que é a língua natural dos surdos. A participação das lideranças surdas neste contexto é de suma importância, pois destaca o comprometimento e busca da garantia dos direitos linguísticos e culturais.

Até os dias de hoje, os médicos têm influências sobre o implante coclear para as pessoas surdas e há desvalorização de língua de sinais. Portanto, os filhos surdos de pais ouvintes acreditam nos médicos, e os surdos realizam audiometria<sup>12</sup>, por exemplo, nos concursos públicos, no ENEM, no passe-livre entre outros que exigem para comprovação da surdez, com um exame de audiometria, no prazo de 90 dias, após essa data deve-se fazer nova audiometria, o sujeito surdo não tem como curar a surdez, são regras burocráticas que norteiam as leis sem embasamento.

Percebe-se que é um problema sério, com gastos desnecessários. O movimento social surdo continua com suas lutas sociais. Em defesa de língua de sinais, da cultura e

---

<sup>12</sup> É um exame que avalia a capacidade do paciente para ouvir sons.

da identidade surda. Por isso são opostas as propostas de clinico-terapêutico e otorrinolaringologia.

Houve a evolução de quatro metodologias de ensino para os surdos do Brasil, sendo: língua de sinais (1857 a 1910), oralismo (1911 a 1969), comunicação total (1970 a 1980) e bilinguismo (1980 até hoje). O povo surdo do mundo sofreu consideravelmente no período de 1880 a 1970, devido a proibição do uso da língua de sinais por mais de 100 anos. Esse acontecimento permaneceu latente nas mentes até o ano 1971, porém no Congresso Mundial de Surdos em Paris, a Língua de Sinais passou a ser valorizada e aceita.

Segundo Rafaela Carvalho<sup>13</sup>, “em meados dos anos de 1980, “nas igrejas protestantes, surgiram os primeiros intérpretes (atividades voluntárias, exercidas por parentes, amigos e a comunidade religiosa) e intelectuais dispostos a estudar a língua de sinais”. Em trabalhos religiosos, com objetivo de preocupação com a comunidade surda, pois “as investigações sobre a língua de sinais, bilinguismos e sobre o próprio sujeito surdo e suas possibilidades de aprendizagem por meio desta língua, a pessoa do intérprete se destaca neste cenário político e social” (SCHUBERT, 2015, p. 117). Os surdos começaram a conquistar a sua cidadania e suas discussões sociais e o reconhecimento da língua de sinais.

“Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país”. (QUADROS, 2008, p.153).

De acordo com Sabanai (2007), em 1980 a Universidade Federal de Pernambuco iniciou os Estudos Linguísticos sobre a Língua de Sinais, sendo elaborado o primeiro boletim intitulado: Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez (GELES). Nesse período de 1980 a 1986, chega ao Brasil o Bilinguismo e o início de pesquisas sistematizadas sobre a Língua de Sinais. Após, a linguista brasileira Lucinda Ferreira Brito

---

<sup>13</sup> Ela escreveu sobre Profissão de Intérprete de LIBRAS surgiu nas igrejas cristãs no acesso ao link: <<http://www.usp.br/agen/?p=41158>>

inicia seus importantes estudos linguísticos sobre a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor da floresta amazônica brasileira.

Em 1986, a Língua de Sinais passou também a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Gallaudet University<sup>14</sup>, que utiliza a Língua Americana de Sinais (ASL).

Em 1983, um grupo de surdos organizou uma Comissão de Luta pelos Direitos no Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho importante nessa área. O grupo ganhou força e legitimidade ao reivindicar em 1987, com o objetivo de fortalecer a luta pelos direitos dos Surdos no Rio de Janeiro, a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, tendo por primeira presidenta a surda Ana Regina Campello. Nesse caso entende-se a FENEIS como uma forma de institucionalização das demandas da comunidade surda na luta pelos seus direitos, sendo que os valores societários surdos passam a ser reconhecidos pela coletividade como um todo.

Segundo Schubert (2015), a Feneis teve participação significativa na profissionalização e formação de intérpretes ao longo dos anos, conforme cita Leite (2005):

O intérprete no Brasil surge com respaldo da Feneis, a partir da luta da comunidade surda contra as barreiras comunicativas; preparados e cursos livres de curta duração, organizados e promovidos por ela mesma. O próprio INES passa a utilizar dos serviços de intérpretes capacitados pela Feneis, a partir do final da década de 90. (p.41).

A ação coletiva iniciada pela FENEIS é um marco para a Comunidade surda na história do Brasil e para os movimentos sociais surdos, que repercute até os dias atuais nas mais diversas áreas como a educação, a saúde, o transporte, o direito humano, o mercado de trabalho e outros.

Dessa forma, cada vez mais percebe-se a importância da institucionalização, para assim facilitar o acesso das reivindicações com as instituições públicas. A Feneis, aliada

---

<sup>14</sup> É a única universidade do mundo cujos programas são desenvolvidos para pessoas surdas. Está localizada em Washington, D.C., a capital dos Estados Unidos. É uma instituição privada, que conta com o apoio direto do Congresso desse país. A primeira língua oficial de Gallaudet é a *American Sign Language - ASL*, a língua de sinais dos Estados Unidos. Nessa língua comunicam-se entre si empregados, estudantes e professores, e ditam-se a maioria dos cursos. Ainda que se conceda prioridade aos estudantes surdos, a universidade admite, também, um pequeno número de pessoas ouvintes a cada semestre. A essa exige-se o domínio da ASL como requisito para permanecer na instituição.

com as entidades e filiadas propõe a garantia dos “direitos culturais, sociais e linguísticos [da população surda] em todos os continentes e com a qual a Feneis mantém intercâmbio constante, recebendo as informações científicas de todas as áreas envolvidas”. (FENEIS, 1999, p. 5).

No Brasil, os surdos contam com seis Administrações Regionais da FENEIS nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Ceará. Possui relevância com sua atuação na sociedade. Suas atividades foram reconhecidas como sendo de utilidade pública tanto no âmbito federal, estadual, como municipal.

Em 1991, a LIBRAS é reconhecida oficialmente pelo Governo do Estado de Minas Gerais na lei 10.397, de 10 de janeiro. Foi essa a primeira lei em todo o Brasil, alguns anos depois, espalha-se para outros estados brasileiros com leis municipais e estaduais. De acordo com João Vitor Borges<sup>15</sup>, “a luta pelo reconhecimento da língua, no entanto, não parou. Em 1993, uma nova batalha começou, com um projeto de lei que buscava regulamentar o idioma no país. Quase dez anos depois, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil”.

Segundo Quadros (2006, p.142), o movimento surdo protagonizou essas ações de reconhecimento:

Os movimentos sociais alavancados pelos surdos estabeleceram como uma de suas prioridades o reconhecimento da língua de sinais [...]. Foram várias as estratégias adotadas para tornar a Pública a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Entre elas, citamos os projetos – lei encaminhados em diferentes instancias governamentais [...]. Instaurou-se em várias unidades da Federação a discussão sobre a “língua de Sinais dos surdos”, determinando o reconhecimento, por meio da legislação, dessa língua como meio de comunicação legítimo dos surdos. Esse movimento foi bastante eficiente, pois gerou uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua de sinais brasileira, culminada na lei federal 10.436, 24/04/2002, que a reconhece no país.

As relações dos movimentos sociais surdos apresentam que o corte histórico de alguma identidade, como aponta Touraine (2003, p. 345), apresenta a definição do ator por ele mesmo, em um primeiro momento, que o movimento social deve escolher uma identidade, dizendo quem é que representa, em nome de quem fala, quais são os interesses que protege ou defende.

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre isso acessar o link: <http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/>

Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais/Libras foi reconhecida, por meio da Lei nº 10.436, como a Língua das comunidades surdas brasileiras. Esse diploma legislativo contribuiu para a inclusão social do surdo por meio de comunicação, que ocasionou uma miríade de oportunidades novas para a comunidade surda. Tivemos o crescimento de universitários surdos nas instituições de ensino superior e em todos os níveis de ensino, contando com a presença intérprete de língua de sinais, acesso a novas informações sobre cidadania, política, saúde, educação, acessibilidade e outros aspectos sociais em geral.

Antes da oficialização da Libras, pode-se destacar algumas ações de afirmação surda no âmbito da academia, como em 1997, quando um grupo de pesquisadores surdos e ouvintes criaram um Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação para os estudantes dos cursos de mestrado e do doutorado, com objetivo de pesquisar e construir suas dissertações e teses na área da educação de surdos. Após inúmeras publicações e elevado número de produções e estudos surdos, espalhou-se para outras instituições de ensino no Brasil, tornando NUPPES um exemplo.

Em 1998, a gaúcha surda Gládis Perlin conquistou o título de doutora no Brasil, e concluiu em seus estudos na área do conceito de identidades que a escrita do “Surdo”, essa letra S maiúsculo significa sujeito surdo, mas não há termo identidade própria. Ela propôs a criação de identidade surda, pois o espaço social chamado de cultura, criou historicamente um estereótipo de incapacidade, de deficiência e outros.

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada (Perlin, 1998, p. 54).

Ela mostrou que a constante necessidade da comunidade surda em afirmar sua identidade é fundamental olharmos para a identidade cultural surda dentro de um contexto multicultural.

A autora surda Perlin se tornou bastante conceituada, porque rapidamente propagaram-se seus importantes materiais sobre a construção das identidades surdas que incluem com os movimentos, conhecimento das leis, políticas de inclusão e da ética.

Mais tarde, a autora Perlin e o pesquisador Skliar realizaram uma pesquisa aprofundada sobre as diferentes identidades nos diversos eixos como lutas sociais, a educação de surdos. Portanto, não podem ser considerados como um grupo de identidade homogênea.

Existem muitas leis municipais e estaduais de Libras em quase todo o Brasil, as autoras Thoma e Klein (2010) afirmam:

[...] A oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), primeiramente em alguns municípios e Estados, serviu de estratégia para o fortalecimento do movimento surdo no sentido de chegar ao Congresso Nacional, no ano de 2002, para a promulgação da Lei de Oficialização da Libras em todo o território nacional. (Thoma e Klein, p. 25, 2010).

Como principais conquistas no âmbito legal, existem com quatro leis importantes sancionadas nos últimos 17 anos. As Leis e o Decreto são fortes aliados dos surdos, tais como: a Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000, a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a libras como língua, e o Decreto nº 5.626/2005 que a regulamenta; e a Lei de profissão de tradutor e intérprete de Libras nº 12.319/2010.

Em 2005, uma equipe de pesquisadores e o Ministério de Educação (MEC) perceberam que havia falta de avaliação dos profissionais na área de surdez e da LIBRAS em todo o Brasil, o que motivou a criar um exame estabelecido pelo Decreto nº 5.626/2005, para ser realizado no prazo de dez anos após a publicação do Decreto, de 2006 a 2016.

Então foi criado o Programa Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa – PROLIBRAS.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é a responsável pela organização do Prolibras, sendo credenciada pelo Inep e parceira do MEC nos anos de 2006 a 2010. A partir do ano 2011, a realização passou a se dar pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em Rio de Janeiro, órgão vinculado ao Ministério da Educação.

Abaixo, demonstra-se a quantidade de certificações que ocorreram pela Secretaria da Educação Especial do MEC entre 2006 a 2008:

[...] o programa certificou 4.104 pessoas. Deste conjunto, 1.938 profissionais têm certificado para o ensino da Libras e 2.167, para tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais. (MEC, Brasil).

Em 2006, houve a criação do curso de graduação a distância em Letras/LIBRAS de forma pioneira na América Latina, com o objetivo de formar professores de Língua de Sinais. Ofereceu-se na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) esse curso, em parceria com outras nove instituições de ensino superior. Segundo Strobel (2008, p. 75):

A coordenadora responsável pelo projeto de criação e oferecimento do curso em âmbito nacional é a professora da UFSC, Ronice Muller de Quadros. Ronice explica a importância dessa licenciatura: “A nova lei criou uma demanda grande por profissionais com essa graduação. Há vários anos, o MEC vem oferecendo capacitação para pessoas preferencialmente surdas que atuam como instrutores da Língua de Sinais sem a licenciatura. O objetivo do projeto é formar professores com essa graduação”. O número de surdos também é um fator relevante. Existem cerca de 170 mil surdos no Brasil, de acordo com o último censo realizado, no ano de 2007.

Sobra essa relação entre as legislações e o decreto na área de Libras, por causa de curso, Sarturi e Dall’Alba (2014, p.3) explicam que

Com o Decreto nº 5.626/2005 fica instituída a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua de Sinais nos currículos dos Cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia. No entanto, para inserir a Língua de Sinais no currículo é necessário formar os profissionais com profundo conhecimento da cultura surda e da gramática da Língua de Sinais, além de outros elementos que constituem o cotidiano das comunidades surdas. Nesse contexto, podemos afirmar que esse foi um dos motivos da criação do curso de Letras/Libras. O 4º artigo da lei nº 10.436/2002 detalha que os sistemas educacionais Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médios e superiores, do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme legislação vigente.

Em 2008, houve a criação de mais um curso de bacharelado em Letras/LIBRAS para tradutores/intérpretes, que contava com quinze polos nas instituições federais de ensino superior em estados brasileiros, sendo simultâneos os cursos (Licenciatura e Bacharelado).

Alguns anos depois, mais de vinte cidades do Brasil criaram cursos de Letras/Libras, e instituições de ensino particulares organizaram seus próprios cursos, sem parceria com a UFSC, mas somente vinculados ao Ministério de Educação (MEC).

Em 2010, alguns delegados surdos do Brasil e os representantes da FENEIS participaram da Conferência Nacional da Educação (CONAE), que discutiu relativamente sobre as políticas educacionais e serviu de base para elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE). Tal conferência foi marcada pela mobilização de surdos revoltos, que perceberam que muitas pautas da educação para surdos haviam sido suprimidas, e queriam incluir a educação inclusiva e os surdos reclamaram dessa proposta.

A votação das pautas combinadas acabou sendo conturbada, sendo que a edição 40 da Revista da Feneis, de junho a agosto de 2010, apresentou que o CONAE rejeitou a proposta que apoia a escola de surdos. Conforme a jornalista Regiane Lucas:

Na opinião dos surdos usuários da Língua de Sinais sobre a conferência, a regra da maioria não se mostrou a mais democrática. Das onze propostas defendidas pelos representantes da comunidade surda, apenas três foram aprovadas. [...] Em geral, as propostas defendidas pelos representantes da comunidade surda visavam a manutenção e criação de escolas bilíngues para surdos. Segundo o delegado Neivaldo Zovico, houve um forte lobby das entidades favoráveis à escola inclusiva, perspectiva também apoiada pelo governo. Ele explica que a conferência foi dividida em seis subtemas e que as propostas sobre os surdos entraram no eixo seis “Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”. “Durante a fase de discussão interna ao eixo seis fizemos um acordo de que todos votaríamos a favor das propostas apresentadas pelos diferentes grupos – negros, quilombolas, Movimento dos Sem Terra, dentre outros. Partimos do princípio de que ninguém conhece melhor a realidade do que aqueles que a vivenciam”, relata o delegado, que também é professor. No momento da votação, sete propostas foram totalmente rejeitadas, três aprovadas com 50% e uma obteve 30%. Neivaldo argumenta que os dirigentes governistas manipularam o grupo. “Nas nossas costas, depois de sairmos da plenária, os participantes do eixo seis foram chamados para uma reunião com representantes do Governo Federal e de ONGs conveniadas ao Ministério da Educação (MEC). Eles os convenceram a votar contra as propostas destacadas pelo grupo de surdos, acusando nossas ideias de segregacionistas. Os únicos movimentos que nos apoiaram até o fim foram a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Educação do Campo”, explica Neivaldo (LUCAS, 2010, p. 22-23).

Nos dias 19 e 20 de maio de 2011, houve uma grande mobilização em Brasília convocada pela comunidade surda, evento que reuniu representantes de várias cidades do Brasil em frente ao prédio do MEC. A manifestação foi organizada pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) sobre Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda, com objetivo de defesa da educação bilíngue para surdos e contra o fechamento das escolas especiais.

Figura 9: Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda.



Fonte: <http://www.jb.com.br/media/fotos/2011/05/20/900x510both/20Surdos1.jpg>

Figura 10: O momento da manifestação



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-KkOa1inPdbA/TeKhX8U7wPI/AAAAAAAAAII/Fwa28gwg4Gg/s1600/15.jpg>

Esta foto mostra o momento da manifestação em defesa da educação e da Cultura Surda, passeata realizada em 20/05/2011, saindo do Museu Nacional e chegando em frente ao Senado Federal.

Figura 11: Prof. Dra. surda Patrícia suas mãos que falam



Fonte: <http://anapaulajung.blogspot.com.br/2011/05/movimento-em-favor-de-educacao-e-da.html>

Esta foto é da prof. Dra. Surda Patrícia Luiza Rezende, Diretora do Departamento de Políticas Educacionais da FENEIS, trazendo as denúncias e reivindicações da Comunidade Surda Brasileira, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, na manhã de 19/05/2011, a escrita por Ana Paula Jung (2011).

Em 2012, a Câmara Distrital de Brasília aprovou o projeto de Lei 725/2012, que referiu sobre a criação de uma Escola Bilíngue para Surdos, com a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua.

A escola bilíngue para surdos como é organizada:

Educação Bilíngue para surdos contempla crianças surdas nas séries iniciais do Ensino Fundamental tem como objetivo conhecer o bilinguismo como proposta educacional, constituindo a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda.

Em 2013, a Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Palhoça, inaugurou o primeiro campus bilíngue libras-português da América Latina, em que foram ofertados dois cursos: Multimídia e Educação Bilingue, com capacidade para atender 800 alunos em sala e mais 1.200 à distância.

Em 2017, o povo surdo celebra uma nova conquista com o lançamento do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM em Libras. Cerca de seis mil alunos surdos e com deficiência auditiva utilizaram esse recurso e realizaram o exame através de uma vídeo-prova. Nos últimos 19 anos, a equipe de correção das redações do ENEM não contava com profissionais da área de Letras que corrigissem as redações levando em conta a estrutura do português como segunda língua, e a acessibilidade aos surdos era pensada apenas através da presença de um intérprete de Libras na hora da prova.

Mais uma comemoração para o povo surdo foi o tema da redação, sobre os desafios para a formação educacional dos surdos, onde com isso, o MEC alega buscar a ampliação da acessibilidade e políticas afirmativas para os surdos.

Os candidatos surdos tiveram a oportunidade de realizar a prova do ENEM na sua própria língua, e isso é muito importante para desenvolvimento educacional dos surdos a nível nacional, pois desta forma haverá um crescimento dos surdos matriculados no Ensino Superior e nos demais níveis de ensino. Iniciativas desta magnitude são de extrema relevância nesta área, tendo em vista que, na Argentina, há apenas cerca de 2% de surdos universitários e não há especialistas, mestres ou doutores surdos. Portanto, através da elevação da escolaridade dos surdos, a qualidade de vida das pessoas surdas brasileiras pode melhorar e há o reforço de suas lutas por igualdade social.

Cada ano, o movimento social surdo organizado realiza, no que já se tonou tradição, passeatas em várias cidades do Brasil, em um movimento conhecido como Setembro Azul, sendo marcado por diversos eventos da comunidade surda, com objetivo de conscientizar sobre a acessibilidade e a comemoração das conquistas.

Por que setembro? Esse mês tem datas importantes para a comunidade surda, sejam elas lembranças das perdas do passado ou celebrações das conquistas:

- **6/09 e 11/09:** lembram o Congresso de Milão de 1880, no qual foi proibido o uso das Línguas de Sinais na educação dos surdos. Esse marco fez com que os surdos tivessem que se adaptar às línguas orais até que as línguas de sinais fossem novamente aceitas.
- **10/09:** Dia Mundial das Línguas de Sinais. No Brasil, a data estimula a discussão acerca da falta de acessibilidade em Libras nos ambientes físicos.
- **23/09:** ONU declarou comemorado o Dia Internacional de Língua de Sinais.

- **26/09:** Dia Nacional do Surdo. O dia foi escolhido por ser a data de fundação do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), a primeira escola para surdos do Brasil.
- **30/09:** Dia Internacional do Surdo.
- **30/09:** Celebra o Dia do Tradutor, no qual são feitas várias homenagens aos Intérpretes de Libras.

A autora Gonçalves (2016) explica sobre o porquê da cor e fita azul:

A cor Azul representa para a Comunidade Surda dois momentos históricos, o primeiro momento é o período da Segunda Guerra Mundial em que os Nazistas identificavam as Pessoas com Deficiência através de uma faixa de cor azul fixada no braço. O segundo momento é o atual. O azul simboliza a opressão enfrentada pelos surdos ao longo da história, mas mais que isso, mostra o orgulho de ser surdo, de englobar uma história, uma língua e um povo.

Por que Fita Azul?

Em 1999, no XIII Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos, na Austrália, aconteceu a Cerimônia da Fita Azul (*Blue Ribbon Ceremony*), em lembrança dos surdos que foram vítimas da opressão. Neste evento, o Dr. Paddy Ladd (surdo), usou pela primeira vez a fita de cor azul como símbolo do movimento<sup>16</sup>.

Podemos mencionar a interface entre o movimento surdo e o movimento de mulheres, sendo destacado o movimento feminista surdo. A pedagoga surda Shirley Vilhava, do Mato Grosso do Sul, refletiu sobre o histórico do dia de mulher, explica o porquê dessa data comemorativa, participando das políticas para as mulheres desenvolvidas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Ela entrou em contato com outras surdas brasileiras para propor um evento que teve como nome de I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas, que foi realizado em Belo Horizonte em 2004. Esse encontro foi organizado pela gaúcha Dra. Gládis Perlin, educadora e militante surda, e lá foram discutidas as lutas e movimentos das mulheres surdas, para quebrar o paradigma de a esposa ser submissa ao marido, e reforçar a ideia de igualdade entre homens e mulheres.

Esse encontro teve como objetivo constituir movimentos em prol das mulheres surdas nos países latino-americanos, através de debates sobre a realidade social das mulheres surdas na América Latina nos aspectos referentes a saúde, violência, educação, sexualidade, política, direitos, cidadania.

---

<sup>16</sup> <http://www.maosemmovimento.com.br/setembro-azul/>

Em 2015, ocorreu o primeiro encontro sobre Violência contra Mulheres Surdas, sendo esse evento realizado na Escola Pública Municipal Helen Keller, em São Paulo.

Em 2016, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional: Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro, com objetivo de criar o programa de Política de Mulheres Surdas, com foco na mulher surda carente de informações que nunca foram debatidas, como: Violência doméstica, Lei Maria da Penha, machismo, sexismo, objetivação do corpo da mulher e a relação entre desigualdade de gênero.

Figura 12: A imagem do evento “Feminismo e Empoderamento Surdo”.



Fonte: <http://blog.feneis.org.br/wp-content/uploads/2016/11/capapalestra-01-1040x446.png>

As duas surdas brasileiras Gládis Perlin e Schirley Vilhava são representantes da FENEIS e participaram da Consulta Nacional para as Mulheres com Deficiência e Mulheres Ciganas, que aconteceu nos dias 11 a 13 de março de 2016 em Brasília. Tendo a FENEIS como norteadora da temática da mulher surda. PERLIN E VILHAVA (2016, p.3) apresentam que “tendo em vista a existência da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Brasil e a necessidade de conscientizar a mulher surda referente aos problemas constantes, acreditamos ser pertinente trazer a público a temática com o olhar relevante ao aspecto crescente do problema presente e redundante da mulher surda”.

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma

pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin e Vilhava, 2016, p.6).

As autoras acima citadas fizeram propostas sobre políticas referentes a diversas áreas, com apelo à Secretaria Nacional de Políticas Nacional de Políticas para as Mulheres, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para que atentem aos anseios da comunidade surda, a fim de encorajar políticas para as mulheres surdas, sejam políticas específicas ou conjuntas às de mulheres ouvintes.

Outra interface interessante de destacar é entre o movimento surdo e o movimento negro. Exemplo disso foi a proposta que Sandro dos Santos Pereira, um surdo negro, fez à Associação de Surdos de São Paulo – ASSP, de organizar um evento que foi chamado I Conferência da Inclusão Social do Negro Surdo, em 2008. O evento já teve cinco edições em várias cidades do Brasil, e realizou o sexto congresso em Florianópolis, em 2017, com objetivo do “empoderamento de lideranças dentro da comunidade surda, afim de lutar pela legitimação dos direitos sociais, perpassando temas transversais que envolve o arcabouço histórico da comunidade negra e surda” (CNISNS<sup>17</sup>, 2017). Abaixo o logo do evento que vem sendo utilizado desde 2008.

Figura 13: Logo do evento “Negro surdo”.



Fonte: <https://culturasurda.files.wordpress.com/2013/08/negro-surdo.jpg?w=682>

Antes de 2010 não há registros documentais sobre consciência negra relacionados à surdez, sendo que somente em meados de 2010 começou a organizar-se o Encontro da Consciência Negra para Surdos nos vários escritórios regionais da FENEIS, com o apoio de diferentes instituições de ensino, através de eventos, e divulgação através da imprensa local.

---

<sup>17</sup> Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro em Florianópolis desde 2017.

Atualmente, a negra surda baiana Priscilla Leonnor é uma mulher muito conhecida, empoderada. Engajada nessa luta, expandiu o Movimento de Negros Surdos em todo o Brasil.

### 2.1.3. Brasil-Argentina: boas perspectivas sobre os movimentos surdos

Frente ao exposto, com relação a ambos os países, concluo que os movimentos sociais foram e continuam sendo relevantes no processo de institucionalização na demanda por direitos para a comunidade surda.

E tal fenômeno é claramente perceptível na comunidade surda, pois os movimentos sociais emergidos dessa comunidade foram e são de grande valor para o avanço e o acesso aos bens e serviços governamentais a nível nacional. Através deste processo houve o surgimento de lideranças surdas atuantes e envolvidas nas discussões e articulações nos espaços políticos, ocupando um lugar como cidadãos de direito.

O Brasil teve grandes avanços, conquistas e evoluções na luta pelos direitos para a comunidade surda. Conforme ensina a história, houve muitas regras impostas pela comunidade ouvinte, especialmente no tocante à educação, de modo que por muito tempo o surdo foi visto como incapaz de aprender, de adquirir conhecimentos, pois era obrigado a aprender a falar e muitas vezes não tinha real conhecimento do que se tratava.

Aos poucos, os que enxergavam o surdo como um ser humano capaz de aprender, acreditaram e batalharam por uma maior integração e reconhecimento da diversidade. Assim, muitos avanços foram surgindo, e o cidadão surdo foi conquistando seu espaço e buscando informações, tanto na vida acadêmica quanto no profissional e na vida social.

Na Argentina, é diferente o movimento, pois há uma clara disputa entre as instituições, o que faz com que o número de pessoas seja pequeno na participação dos movimentos. Não há um movimento que englobe a totalidade da comunidade, o que permitiria mais força nas reivindicações, sendo que cada instituição na Argentina apresentam reivindicações diversas.

Foram apontadas problemáticas de articulação de diferentes segmentos da população surda, como é o caso das dificuldades de nuclear diferentes gerações dentro das associações. Porém, notam-se novas iniciativas que congregam identidades diversas antes não reconhecidas dentro do movimento, como é o caso das mulheres surdas.

Vemos que, nos dois países, a luta pelo reconhecimento surdo tem como eixo principal a língua de sinais. No Brasil, após de uma árdua luta do movimento chegou a ser oficializada em 2002. Na Argentina, existem maiores dificuldades na articulação do movimento surdo com os representantes legislativos, o que impediu tal avanço.

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA SURDA

Neste capítulo, apresento uma análise comparativa entre as políticas direcionadas à comunidade surda no Brasil e na Argentina. As leis e os decretos que garantem a acessibilidade aos surdos para exercício da plena cidadania são recentes nesses dois países, tornando-se importantes instrumentos para efetivar a acessibilidade e inclusão social em diferentes ambientes ao difundir a língua de sinais.

Nesse sentido, também problematizamos nesse capítulo como é viabilizada uma cidadania surda, sendo que essa se dá através da participação e acesso aos direitos civis, políticos e sociais no espaço de inclusão social.

Segundo Penteado e Fortunato (2015, p. 130):

O Estado tem o papel de agente promotor e é responsável pela criação, desenvolvimento e implantação das políticas públicas, contudo, é permeável as influências internas (dos seus agentes, da burocracia, das normas institucionais, da acomodação de interesses políticos), e externas (movimentos populares, grupos de interesses, mídia). A atividade de governar e de formular Políticas Públicas é complexa, pois, além das influências (internas e externas), ela também é afetada pelos fatores estruturais, pela cultura política e até mesmo pela conjuntura política (interna e internacional).

As políticas públicas abrangem áreas como a educação, saúde, arte, cultura, direitos humanos, moradia, segurança, transporte e meio ambiente. Essas áreas são trabalhadas através dos agentes políticos que representam a população, tanto na esfera do governo como do Estado.

Citando como exemplo, todos os cidadãos são agentes ou atores sociais, que possuem suas demandas enquanto sociedade constituída. Eles possuem seus representantes na esfera municipal, estadual e federal, que cuidam principalmente dos interesses populacionais, direito e cidadania dos vários grupos da sociedade. Nesse sentido, o Estado é responsável pela proteção dos cidadãos e pela regulação de relações econômicas e sociais. Por isso, dentro das políticas públicas, são tratados também sobre os direitos dos cidadãos com o objetivo de ampliar e efetivar direitos de cidadania que são conquistados através das lutas sociais, pelas demandas dos setores da sociedade considerados como mais vulneráveis, e regular conflitos de interesses de classes e grupos. Cabe ao formulador de políticas públicas conseguir, perceber, compreender e selecionar as diversas demandas. (SOUZA, 2006; SKCOPOL, 1985).

Os atores sociais surdos são representantes da sociedade civil e também se relacionam com as instituições, sendo membros de grupos sociais, que integram o sistema político e também manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais de forma articulada, geralmente expressos através de formas perceptíveis e legítimas, seja através de uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa ou até mesmo de uma denúncia.

Em todos os procedimentos relacionados as políticas públicas, sejam provenientes do Governo ou do Estado, as ações e articulações dependem de atores estatais e societais, dependendo de sua autonomia e de suas capacidades, pode determinar os resultados das políticas (EVANS, 1993; SKOCPOL, 1985).

Toda pessoa surda deve ter a garantia de seus direitos civis, políticos, socioeconômicos e culturais. O cidadão surdo tem todo direito da participação da vida social. Entretanto, muitas vezes isso não acontece na concretude, sendo necessária a intervenção da comunidade para efetivar os direitos humanos.

### 3.1 Políticas orientadas à comunidade surda

Apresento um breve histórico sobre a origem da língua de sinais em ambos os países para entender os movimentos sociais (já tratados no capítulo anterior), como as políticas destinadas à comunidade surda. Antes disso, apresento os dados existentes sobre o número de pessoas surdas em ambos os países.

Brasil	Argentina
<p>- Segundo IBGE 2000 apresenta que 4,6 milhões possuem deficiência auditiva e 1,1 milhão são surdas, totalizando aproximadamente 5,7 milhões de pessoas. Esse censo apresenta dados relacionados à dificuldade permanente de ouvir: 860.889, alguma dificuldade permanente de ouvir: 4.713.854.</p> <p>- IBGE 2010 apresenta que a deficiência auditiva atinge 9,7 milhões de brasileiros; isso significa 5,2% da população brasileira, desses, 2,6 milhões, são surdos. Esse censo demonstra que não consegue ouvir de modo algum -347.481, grande dificuldade em ouvir - 1.799.885 e alguma dificuldade em ouvir - 7.574.797.</p>	<p>- Segundo a I Encuesta Nacional de Personas con Discapacidad 2002-2003 do INDEC, 2.176.123 pessoas possuem uma deficiência, sendo que 12% dessa população apresenta deficiência auditiva.</p> <p>- INDEC 2010: 12% da população argentina apresenta “dificuldade ou limitação permanente”, sendo 5.114.190 pessoas. Desse grupo, 8,3% apresentam dificuldades auditivas.</p>

Quadro 1: População surda do País.

Os dados do censo são importantes para os surdos. É importante para dimensionar a população surda do país, pois serve como base para a criação de políticas públicas em diversas áreas.

No caso do Brasil, dados oficiais sobre deficiência são coletados desde 2000, o primeiro censo em que o IBGE está contabilizou dados como deficiência. Segundo o Censo de 2000 e de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e conforme mostrado no glossário da pesquisa, a deficiência auditiva - Incapacidade auditiva (mesmo com o uso de aparelho auditivo, se a pessoa usá-lo) foi dividida em: Incapaz de ouvir (pessoa se declara totalmente surda), Grande dificuldade permanente de ouvir (pessoa declara ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo) ou alguma dificuldade permanente de ouvir (pessoa declara ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo).

Nesse sentido, é área dos médicos como Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, como conhecida CIF, desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que complementada a Classificação Internacional de Doenças e de Problemas relacionados á saúde (CID).

No entanto, remanesceram dúvidas no questionário usado pelo IBGE, porque ele não esclareceu detalhes sobre a deficiência auditiva e não fez a distinção, por exemplo, dos surdos que utilizavam implante coclear ou aparelhos auditivos, de deficientes auditivos oralizados e que utilizam a LIBRAS, dos bilingues, entre outros.

Na Argentina, a primeira vez que se coletou informação sobre pessoas com deficiência foi na I *Encuesta Nacional de Personas con Discapacidad 2002-2003*, realizada pelo *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INDEC*, para complementar o censo 2001 e expandir as informações sobre pessoas com deficiência, já estando prevista a realização da II edição no ano de 2018.

No censo argentino de 2010, foi coletada informação através da seguinte questão: se pessoa apresentava dificuldade ou limitação permanente, se sim, qual o tipo de dificuldade ou limitação. Esses dados foram cruzados com indicadores sociais para mostrar situações de igualdade/desigualdade de direitos.

Ao olharmos comparativamente a oficialização da Língua de Sinais em um e outro país, percebem-se certas diferenças:

Brasil	Argentina
<p><b>Na lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002</b> - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.</p> <p>Reconheceu a LIBRAS como a Língua das comunidades surdas brasileiras.</p>	<p><b>Não há a lei nacional</b></p> <p>Lengua de Señas Argentina - LSA é reconhecido apenas por algumas leis provinciais; não é ainda no país.</p> <p>Mas a convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiências – CDPD e sua ratificação pela Lei nº 26.378, é um ponto de referência legal para o tratamento de aspectos específicos de pessoas surdas, a linguagem gestual e sua cultura.</p> <p>Seguir essa lei mesma do Artigo 2: a linguagem será entendida tanto a linguagem oral como a Linguagem de Sinais e outras formas de comunicação não-verbal; Artigo 30 com o parágrafo 4: as pessoas com deficiência devem ter o direito, em igualdade de condições com os outros, ao reconhecimento e apoio de sua identidade cultural e linguística específica, incluindo a linguagem gestual e a cultura dos surdos.</p>
<p>Existem leis estaduais da Libras nos 26 estados brasileiros.</p>	<p>Existem leis estaduais da LSA em cinco províncias argentinas como: Mendoza (nº 7.393/2005), Tucumán (nº 6.941/99), Chaco (nº 5.168/2003), Córdoba (nº8.690/1998) e San Juan (nº7.412/2003).</p>
<p>Existem leis municipais de Libras em todo o Brasil.</p>	<p>Nenhuma</p>

Quadro 2: Oficialização da Língua de Sinais

No Brasil existem leis municipais, estaduais e Federal, nas quais a LIBRAS é reconhecida como língua oficial brasileira, através da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Esse diploma significa a representação da conquista por políticas públicas das lideranças do movimento social dos surdos em várias cidades do Brasil.

Na Argentina, existem vinte e três províncias, mas somente existem cinco leis provinciais de LSA. Não há lei nacional, mas já houve várias mobilizações referentes a projetos de Lei para o Reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina – LSA*, mas não foram aprovados, como referimos no capítulo anterior.

Na tabela a seguir, mostro dados referentes à educação para surdos.

Brasil	Argentina
<p><b>No decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005</b> - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Com objetivo de formas institucionais para o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, visando o acesso das pessoas surdas à educação.</li> <li>- A inclusão da Libras como disciplina curricular;</li> <li>- A formação de professores de Libras e instrutores de Libras;</li> <li>- O uso e a difusão da língua de sinais e da língua portuguesa para acesso das pessoas surdas à educação;</li> <li>- A formação do tradutor/intérprete de Libras/Língua portuguesa;</li> <li>- A garantia e o direito à educação das pessoas surdas;</li> <li>- A garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.</li> </ul>	<p>A convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiências – CDPD relaciona com a Língua de Sinais na Educação.</p> <p>Artigo 24: 3. (...) Os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas, incluindo:</p> <p>B) Facilitar a aprendizagem da linguagem gestual e a promoção da identidade linguística dos surdos;</p> <p>(C) Certifique-se de que a educação de indivíduos, particularmente crianças cegas, surdas ou surdo cegos, é fornecida nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados a cada pessoa e em ambientes que lhes permitam alcançar sua maior conquista acadêmica e social.</p> <p>4. A fim de contribuir para a realização deste direito, os Estados Partes tomarão as medidas adequadas para empregar professores, incluindo professores com deficiência, que sejam qualificados em linguagem gestual ou em Braille e para treinar profissionais e funcionários que trabalhem em todas as línguas.</p>
<p><b>Decreto 6.253 de 13 de novembro de 2007</b> <b>Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011</b></p> <p>Atendimento educacional especializado – AEE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O surdo estuda o conteúdo curricular regular, mas no AEE ele terá reforço no ensino do português, mais aulas de Libras, além da que ele tem na escola, enfim, habilidades que o auxiliarão no ensino básico.</li> </ul>	

<p>Decreto 3.298/99, art. 27 e 29 - Decreto 5.626, art. 3º, 16, 22 e 23 - CF/88, art. 208 - ECA, art. 59 - LDB, art. 4</p> <p>Com o objetivo de garantir ao surdo o direito ao atendimento em escola de ouvinte, previsto em lei, o Decreto 5.626/05 regulamenta que a inclusão dos alunos surdos deve ser feita como o apoio de professores bilíngues na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental, e tradutores ou intérpretes de LIBRAS, nos últimos anos do ensino fundamental e ensino médio.</p>	
---	--

Quadro 3: Educação para surdos

No Brasil, o decreto da Lei de LIBRAS nº 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, apresenta que o surdo tem direito à educação básica e de qualidade, segundo as leis, as portarias e os decretos, como: a acessibilidade, a inclusão com os alunos surdos, a língua bilíngue como a LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua, o tradutor/intérprete de Libras educacional e vários outros assuntos.

Essa forma de política pública da educação foca a base no sistema de inclusão das escolas públicas e privadas, sendo a inclusão inserida nas escolas, no sentido de que devem ser respeitadas as diferenças do aluno com necessidades especiais como é o caso da surdez e da deficiência auditiva. As escolas são obrigadas a manter um intérprete tradutor/intérprete nas salas de aulas para os alunos surdos e deficiências auditivos. Segundo Pereira (2008), o intérprete de Língua de Sinais é a pessoa que, além de proficiência em LIBRAS e em Língua Portuguesa no seguinte Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares.

Percebe-se que há várias cidades do Brasil, onde o aluno surdo não conta com a presença de intérprete de Libras na educação básica, isso é um grande problema e torna mais difícil o processo para ensino-aprendizagem, pois a falta de formação nas regiões para esses profissionais, e a não contratação de TILS (Tradutores/intérpretes de Língua de Sinais), depende da secretaria municipal e estadual de educação, que por muitas vezes não conhece o funcionamento para contratação de TILS, para os matriculados surdos na educação.

As políticas educacionais criam estratégias para criar um atendimento educacional especializado (AEE) oferecido aos alunos com deficiência, visando a complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular.

Segue a definição de AEE:

é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

Nas salas de recursos multifuncionais o atendimento é realizado em turno oposto ao frequentado nas turmas comuns, possibilitando ao professor rever suas práticas à luz das novas referências pedagógicas da inclusão (DUTRA<sup>18</sup>, 2007). O AEE é destinado ao aluno surdo com objetivo de explicar em Libras e em diferentes conteúdos curriculares no ensino de Libras (favorecer o conhecimento e a aquisição de termos científicos) e no ensino de Língua Portuguesa (trabalhar as especificidades da língua).

Dando como exemplo, algumas prefeituras municipais não deveriam lançar concursos para intérprete/tradutor de Libras na educação básica, pois isso é da alçada de profissional de AEE, o que em muito prejudica os alunos surdos. Como outra situação, refere-se que há uma sala de AEE dentro das escolas, as crianças surdas incluem na sala de aula regular, mas não há intérprete/tradutor de Libras (TILS). Por isso a ineficácia dessa lei na realidade prática das políticas públicas e na qualidade da educação inclusiva para os alunos surdos e com deficiências auditivas na sala de aula.

Na Argentina, não há a lei específica na área de educação de surdos, mas somente a CDPD<sup>19</sup>, que diz que os profissionais trabalharão com os alunos com deficiências, mas não regula se eles devem conhecer a LSA para trabalhar com os alunos com deficiência auditiva e surdos, não há essa obrigatoriedade na educação inclusiva, sendo situação bem diferente à brasileira.

Portanto, o censo INDEC 2010 demonstra que as pessoas com deficiências ou limitação permanente de 3 anos ou mais, que frequentam algum estabelecimento de ensino, registram 90,2% de frequência na escola regular e de 9,8% na escola especial.

---

<sup>18</sup> Secretária de Educação Especial: Cláudia Pereira Dutra explicou sobre AEE e acesso ao link: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf)

<sup>19</sup> CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências.

A seguir, apresento dados sobre os surdos matriculados da educação básica.

Brasil	Argentina
<p>Com o passar dos anos as escolas na maior parte do Brasil estão adequando-se para receber os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), e o que se nota a partir do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) do ano de 2012 é que o número de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) dobrou, a partir do número abaixo podemos observar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Surdos matriculados na Educação Básica (74.547);</li> <li>- Surdos matriculados na Educação Infantil (4.485);</li> <li>- Surdos matriculados no Ensino Fundamental (51.330);</li> <li>- Surdos matriculados no Ensino Médio (8.751);</li> <li>- Surdos matriculados no EJA (9.611).</li> </ul>	<p>Em 2013, o Sistema Regional de Informação Educacional para Estudantes com Deficiência (SIRIED) da Unesco realizou um levantamento da situação na Argentina e concluiu que do total de 141.627 alunos com deficiência matriculados, cerca de 61.552 estavam matriculados em escolas regulares / comuns e que 80.075 estavam em escolas especiais; isto é, uma porcentagem de 56% não foi incluída no sistema regular.</p>

Quadro 4: Os surdos matriculados da educação básica.

No Brasil, o censo escolar é o mais importante levantamento estatístico educacional, e é relevante para saber quantos alunos surdos estão matriculados na educação básica, e contribui para ampliar as possibilidades da educação para surdos.

Infelizmente, percebe-se que os dados do censo escolar da educação básica após ano de 2013 não são animadores, porque apresentam somente “os alunos com deficiências”, não especificando quantos tipos de deficiências e não demonstrando o número de matriculados surdos, em todos os níveis de ensino.

Há a necessidade de viabilizar a perspectiva de educação e de ensino de língua bilingue em nosso país, fortalecendo a formação dos profissionais da rede de apoio entre alunos surdos, dos professores, gestores escolares e familiares.

Na Argentina, os resultados de uma pesquisa realizada em 2013 pela UNESCO para avaliar a inclusão escolar apontaram que 56% das crianças com deficiência

matriculadas não são integradas, mas não aponta os tipos de deficiências, sendo essa informação dada pelo site clarin.com<sup>20</sup>. Percebe-se que o censo INDEC e SIRIED demonstram duas fontes com dados dicotômicos, essa incoerência pode revelar uma falha em algum dos processos de pesquisa.

A seguir, apresento dados sobre os surdos matriculados no Ensino Superior

Brasil	Argentina
<p>A Portaria nº 1.679, de 2 de novembro de 1999, que exige intérprete de Libras na Educação, principalmente nos cursos superiores. Segue o número de universitários surdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O ano do 2003, MEC/INEP apresenta que 665 passa para 4.660 em 2009.</li> <li>- O censo de 2013, este ano apresenta que 1.488 universitários surdos.</li> <li>- Existem especialistas, mestres e doutorados surdos brasileiros.</li> </ul>	<p>Não há legislação sobre a presença de intérprete de LSA nas instituições de Ensino Superior.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrevista com as pessoas argentinas dizem que a cerca de 0,2% de universitários surdos.</li> <li>- Não há especialistas, mestres e doutorados surdos argentinos</li> </ul>

Quadro 5: Os surdos matriculados do Ensino Superior

No Brasil, a comunidade surda lutou para ingressar no ensino superior, conseguindo a aprovação da portaria nº 1.679/99, que dispõe sobre a exigência da presença de intérprete de Libras. Desde então, percebeu-se que já no ano de 2009 os números elevaram significativamente, passando para 4.660 estudantes surdos matriculados no ensino superior, havendo clara influência da lei de Libras para com a acessibilidade nas instituições de ensino superior.

O crescimento dos universitários surdos em diferente cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, relaciona-se com o crescimento do número de profissionais nas áreas odontologia, bancário, professor, administrador, psicólogo, empresário entre outras. Atualmente, há aproximadamente trinta doutores surdos no Brasil, algo bastante recente, o que representa avanços nas conquistas da comunidade surda brasileira.

<sup>20</sup> Clarin.com é este link do site: [https://www.clarin.com/sociedad/argentina-56-chicos-discapacidad-va-escuela-especial\\_0\\_HJWNeMoKZ.html](https://www.clarin.com/sociedad/argentina-56-chicos-discapacidad-va-escuela-especial_0_HJWNeMoKZ.html)

Na Argentina, cerca de 0,2% de universitários são surdos, e não existem especialistas, mestres ou doutores surdos, porque faltam políticas públicas que organizem e ofereçam contratação de intérprete de LSA nas instituições privadas e públicas. Muitos surdos argentinos não têm dinheiro para pagar a mensalidade do curso superior particular, nem há incentivo das instituições de ensino públicas para a contratação de intérpretes de LSA.

Ao olharmos comparativamente os intérpretes de língua de sinais em um e outro país, percebem-se certas diferenças:

<b>Brasil</b>	<b>Argentina</b>
<p>Desde 2006, a certificação de proficiência em Libras: Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa – PROLIBRAS.</p> <p>A portaria MEC no 2010 apresenta que 2.725 profissionais habilitados para os serviços de tradução e interpretação.</p>	<p>Nenhuma formação</p>
<p><u>LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010</u> - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.</p>	<p>Nenhuma lei</p>
<p>Tem dez associações de Tradutores e Intérpretes de Língua de sinais nos estados brasileiros tais como: AGILS – Rio Grande do Sul, ACATILS – Santa Catarina, APTILS – Paraná, APISBESP – São Paulo, APILSEMG – Minas Gerais, APILCE – Ceará, ASTILEAC – Acre e outros.</p>	<p>Tem uma Associação Argentina de Tradutores e Intérpretes (Asociación Argentina de Traductores y Intérpretes – AATI).</p>

<p><b>A formação de TILS deve ser:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação de TILS pela FENEIS (1990 até hoje) e Ensino Médio;</li> <li>- PROLIBRAS pelo MEC (2006 até hoje), Ensino Médio e Ensino Superior;</li> <li>- Bacharelado em Letras/LIBRAS pela UFSC (2008 até hoje) e Ensino Superior;</li> <li>- Instituições privadas e públicas (2009 até hoje) e curso de extensão universitária;</li> <li>- Pós-Graduação em TILS (2008 até hoje) e especialização.</li> </ul>	<p>Somente o curso básico de Lengua de Señas Argentina – LSA nas Associações de Surdos, mas não há a formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais.</p>
<p>Os surdos brasileiros têm direitos a presença TILS nas escolas, nas universidades, nas conferências, nos órgãos públicos e outros. Por exemplo, na universidade privada, o universitário surdo paga a mensalidade do curso e o responsável da universidade procura contratar a TILS.</p>	<p>Os surdos argentinos têm direitos a presença TILS, mas não é obrigatório, portanto não existe a lei certa. Por exemplo, a universidade privada não paga para a intérprete de LSA, só o universitário surdo procura e paga particular. Tenta encontrar, ganhar dinheiro pelo plano de saúde e dividir pagando a mensalidade para TILS.</p>

Quadro 6: Intérprete/tradutor de Língua de Sinais

No Brasil, na década de 1980, não havia cursos de formação para intérprete de língua de sinais, porque a presença de intérprete de língua de sinais era vista em poucos espaços, como por exemplo, em trabalhos religiosos na Igreja Protestante. Alguns anos depois, eram as pessoas mais próximas aos surdos (vizinhos, amigos, filhos, religiosos e outros) que acabavam como responsáveis por intermediar a comunicação para eles, ainda como voluntários, utilizando como comunicação a mediação da língua de sinais. Ao longo dos anos, grupos de intérpretes e demais pessoas dedicaram-se aos estudos sobre a ética do profissional intérprete, e organizou-se o primeiro Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais coordenado pela FENEIS desde 1988.

No ano de 1990, a FENEIS ofereceu um curso de capacitação de Tradução e Interpretação de Libras com o objetivo de qualificar e avaliar os profissionais em nível de Ensino Médio com certificação oficial, que foi um sucesso. A partir do ano 2006, criaram o

Prolibras<sup>21</sup> para ouvintes fluentes em LIBRAS que já haviam concluído o ensino superior e o ensino médio. Houve crescimento de formação de prolibras em todo o Brasil, porque os editais dos concursos para TILS exigiam a formação “Prolibras” e mais curso de área diferente.

Dentro desse contexto ocorreram diversos movimentos para a criação de Leis que viessem regulamentar a profissão dos TILS (Tradutores Interpretes de Libras) em nosso país, como por exemplo, em 2004 a proposta do projeto de lei (PL 4673/04) para regulamentar a profissão de TILS elaborada pela deputada gaúcha Maria do Rosário conforme:

Essa lei significa um avanço no conceito de comunicação inclusiva e do reconhecimento da Libras como uma língua oficial, da qual muitas pessoas dependem. Ao reconhecer a profissão de tradutor e intérprete de Libras, a lei contempla o direito de diversos cidadãos se expressarem, compreenderem a realidade e terem acesso a oportunidades, como a concursos públicos”, afirma Maria do Rosário no site de Câmara dos Deputados<sup>22</sup>.

Mas houve demora para a realização do processo, até sua finalmente aprovação pela Câmara em 2009, na forma de um substitutivo elaborado pela relatora, deputada Maria Helena (PSB-RR). No ano de 2010, publicou-se oficialmente a lei 12.319/10, de 1º de setembro que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

A importância do intérprete de Libras é essencial em diversos espaços da nossa sociedade, pois esse profissional que deve dominar a língua de sinais e a falada do país é o qualificado para desempenhar tal função. Sendo semelhante a outros profissionais de idiomas como: alemão, italiano, inglês, espanhol e outros. Infelizmente, sabemos que acontecem muitas vezes que as empresas e instituições de ensino contratam TILS, porém, registram na carteira de trabalho como serviço geral ou auxílio administrativo, ou seja, não fazem o registro adequado no intuito de pagamento de salários menores.

Os grupos de TILS se mobilizaram e resolveram criar uma Associação de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, especificado abaixo, o que motivou essa criação

---

<sup>21</sup> Prolibras - Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para certificação de proficiência na tradução e interpretação da libras-português-libras.

<sup>22</sup> Acesso ao link do site de Câmara de Deputados: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/150282-SANCIONADA-LEI-QUE-REGULAMENTA-PROFISSAO-DE-TRADUTOR-DE-LIBRAS.html>

conforme objetivos e finalidades da Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais (AGILS):

- Defender os direitos e deveres dos Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Guias/Intérpretes (TILS/GI);
- Promover, incentivar e apoiar a realização de cursos, congressos, fóruns, debates, eventos em geral, em sua área de atuação, visando o aperfeiçoamento profissional dos associados;
- Garantir o acesso à formação dos profissionais TILS, através de estudos acadêmicos relativos aos estudos da tradução, às ciências culturais e sociais, à Linguística e todos aqueles, que de alguma maneira, venham a promover;
- Promover ainda, atividades culturais e sociais de seus sócios com o objetivo de contato e integração;
- Promover intercâmbio com entidades e instituições afins, visando o aprimoramento dos sócios e aquisição de novos conhecimentos;
- Criar Departamentos de TILS/GI, TILS/SI (Sinais Internacionais), TILS/Surdos;
- Mediar o acesso da pessoa surda à informação e a sua formação pelo intermédio da presença de um TILS/GI;
- Firmar parcerias com as Associações, Instituições, Entidades, Federações e Confederações de TILS/GI, Surdos e demais organizações governamentais e não governamentais, estaduais, nacionais e internacionais. Para consecução de seus objetivos a AGILS poderá sugerir, promover, colaborar, contratar.

A partir do ano 2006 até os dias de hoje, houve um elevado aumento no número de diferentes cursos, como a graduação, especialização e pós-graduação na área de tradução e interpretação de LIBRAS, em instituições públicas e privadas em todo o Brasil. Esse é um marco muito importante para a história dessa profissão, pois, elevou o número de pessoas formadas nessa área em várias cidades do Brasil, podendo assim colaborar com a mediação da comunicação entre o surdo e ouvinte nos órgãos e instituições públicas.

Na Argentina, não há a formação específica de LSA, pois ainda não há legislações específicas para isso, há somente cursos básicos de LSA nas associações de surdos.

Alguns surdos argentinos relatam que quando há janelas de LSA na televisão pública, são de péssima qualidade e ocorrem muitas reclamações, tendo em vista a contratação de qualquer intérprete sem exigência de formação específica. Portanto, há um grande problema sobre isso. Há também na Argentina uma *Asociación Argentina de Traductores y Intérpretes – AATI* que capacita os intérpretes para atuarem em órgãos públicos.

A tabela a seguir, apresenta dados referentes a empregados surdos.

BRASIL	ARGENTINA
<p style="text-align: center;"><b>Lei nº 8.213/91</b></p> <p>A cota depende do número geral de empregados que a empresa tem no seu quadro, na seguinte proporção, conforme estabelece o art. 93 da Lei nº 8.213/91:</p> <p>I - de 100 a 200 empregados ..... 2%  II - de 201 a 500 .....3%  III - de 501 a 1.000 .....4%  IV - de 1.001 em diante .....5%</p> <p><b>OBS:</b> Conforme a Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é crime punível com reclusão e multa negar, sem justa causa, emprego ou trabalho a alguém por motivo derivado de sua deficiência.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Lei nº 25.687/98</b></p> <p>Estabelece um percentual de, no mínimo, 4% para a contratação de servidores públicos. Estendem-se, ademais, alguns incentivos para que as empresas privadas também contratem pessoas com deficiência.</p> <p style="text-align: center;"><b>Mas não mostra os surdos e somente os tipos de deficiências.</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</b></p> <p>No Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados fornecendo-as quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução Nº 426/1998</b></p> <p>No Ministério do Trabalho e Segurança Social - Suspende a aplicação de benefícios extinções de pensão para pessoas com deficiência para inserir profissionalmente, na medida em que essas atividades cumprir determinadas características (relativamente atividades simples, mínima responsabilidade com poucas oportunidades de mobilidade e promoção, com o temporeduzido e / ou remuneração não constituem um meio de subsistência ponderável), e o "Registo Nacional de empregadores das Pessoas com Deficiência", no qual os empregadores devem apresentar uma declaração para a inclusão neste é criado compatibilidade do sistema.</p>
<p><b>Reservas de Vagas em Concursos Públicos</b></p> <p>Conforme a Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e a Lei Federal 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fica assegurada à pessoa com deficiência a reserva de 5% das vagas em concursos públicos da União, para cargos cujas</p>	

atribuições sejam compatíveis com a deficiência.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A maioria dos empregados brasileiros surdos recebe benefício do governo.</li> <li>- A maioria dos surdos inserem no mercado de trabalho nas várias indústrias, empresas e outros.</li> <li>- O salário mínimo é de 937 reais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A maioria dos surdos argentinos ganham benefício do governo e poucos trabalhadores.</li> <li>- Alguns surdos argentinos são autônomos da empresa.</li> <li>- O Salário mínimo é de 3.700 pesos e converte moeda brasileira é de 730 reais.</li> </ul>

Quadro 7: Mercado de trabalho para surdos

No Brasil, em meados de 1991, alguns poucos surdos trabalhavam, sendo ou em indústrias ou como autônomos com seus pais ou parentes. Com a criação da Lei: 8.213/91, que regulamenta a lei de cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência, e que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências, como a contratação de portadores de necessidades especiais, conforme observamos no quadro acima, verificamos que a porcentagem de vagas previstas por empresa, é de acordo com o número de funcionários. Em 2009, houve a complementação e a regulamentação pelo Decreto 3.298/99 que tratou de situações em que, caso alguma empresa viesse a não cumprir com a legislação e contratação das pessoas com deficiências no contingente correto de cota, após fiscalização, esse não cumprimento culminaria na geração de multas para as empresas. Segue a informação sobre o valor de multa no portal de deficientes online<sup>23</sup> que afirma:

O valor da multa varia de acordo com o número de deficientes não contratados. Uma pessoa deficiente não contratada resulta no **valor de R\$1.925,81, por mês**. Se à empresa caberia contratar 10 deficientes, a multa para não contratação de Deficientes / Pessoas Deficiência sobe para R\$19.251,00.

**A partir de janeiro de 2017** os novos valores de **multas** pelo descumprimento da lei de cotas para PCD varia de **R\$ 2.284,05 a R\$ 228.402,57** segundo a Portaria Interministerial MPS/MF N° 15, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11/01/2017.

O crescimento dos empregos para pessoas com deficiências e surdos são importantes, pois reconhece que como qualquer outra pessoa dentro da força de trabalho,

<sup>23</sup> Este portal informativo sobre multa para empresas que não contratam deficientes na Cota: [http://www.deficienteonline.com.br/multa-para-empresas-que-nao-contratam-deficientes-na-cota\\_news\\_294.html](http://www.deficienteonline.com.br/multa-para-empresas-que-nao-contratam-deficientes-na-cota_news_294.html)

surdos têm habilidades, talentos e experiências que podem melhorar a produção em níveis consideráveis, o trabalho também representa uma forma de inclusão social, é muito importante para todos no ambiente de trabalho.

Em 1993, a lei nº 8.666/93 diz que é necessário gerar estatísticas sobre os empregos para pessoas com deficiências, porque é imprescindível conhecer os dados informativos sobre o trabalho qualificado e como funciona a contratação desses sujeitos no mercado de trabalho, apresentando aspectos negativos e positivos para os sindicatos e para as entidades.

Às pessoas com deficiências, é reservada a porcentagem de 5% das vagas em concursos públicos, ao contrário de outras correntes de pensamento, não concordamos que essa política pública seja superficial, porque ela tem se tornado um diferencial para conquista de pessoas com deficiência dentro da competição por uma vaga de trabalho e cargos. Porém acreditamos que essa política não tem sido tão eficiente para os surdos, como quanto para as pessoas com deficiências em um modo geral. Verificamos que, por exemplo, que nos concursos públicos não há acessibilidade nas provas, respeitando a primeira língua dos surdos, a Libras. Por exemplo, as provas poderiam ser realizadas também em vídeo Libras, u contar com a presença de um tradutor intérprete de língua de sinais.

Na Argentina, a lei nº 25.687/98 apresenta que no mínimo 4% da contratação de servidores públicos deve ser reservada para pessoas com deficiências. Sabemos que isso certamente contribuiu para que alguns surdos possam trabalhar no setor público. Mas nos dias de hoje, e com a situação governamental da Argentina enfrentando dificuldades, percebemos que pouquíssimas pessoas com deficiências estão empregadas em empresas privadas, dependendo, na maioria das vezes, de benefícios do governo, e apresentam dificuldade para garantir uma qualidade de vida considerável boa, tendo em vista o baixo valor desses benefícios, que é de cerca de 3.700 pesos o que convertida para a moeda brasileira é de R\$730,00 reais. Constatamos que essa relação é diferente entre os dois países, pois a qualidade de vida das pessoas surdas brasileiras, que recebem esse tipo de benefício é melhor do que a da Argentina, podendo garantir uma qualidade de vida melhor e até aquisição de bens como casa, apartamento, carro e etc.

No campo da mídia nos meios de comunicação e acesso à informação

<b>Brasil</b>	<b>Argentina</b>
<p>Resolução TSE Nº 14.550 de 01 de setembro de 1994 - Deficiente Auditiva - Propaganda Eleitoral Gratuita na TV com utilização de intérpretes de LIBRAS.</p> <p>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/2003 Tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – na programação da TV Assembleia e dá outras providências.</p> <p>LEI Nº 4.304 DE 07 DE ABRIL DE 2004.</p> <p>Dispõe sobre a utilização de recursos visuais destinados às pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial.</p> <p>A NBR 15.290/2005 obriga que programas políticos, jornalísticos, educativos e informativos façam uso da janela intérprete de Libras.</p> <p>Portaria nº - 310, de 27 de junho de 2006 alterada pela PORTARIA Nº 188 DE 2010 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.</p>	<p>Na Argentina, o artigo 66 da Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual, promulgada em outubro de 2009, fornece acessibilidade através Argentina língua de sinais (LSA) e legendagem para surdos (SPPS).</p> <p>Nesse sentido, analisar as disposições do artigo 66 da Lei 26.522 e sua Regulamento (Decreto 1225/2010):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar a acessibilidade aos serviços de comunicação audiovisuais por parte do / os usuários / as línguas gestuais através de estudo e reflexão, tradução, especialmente enquadrada mídia.</li> <li>- Técnicas de Ações, ferramentas e conhecimento do equipamento de interpretação LSA Espanhol sobre a especificidade da interpretação nos meios de comunicação a língua de sinais audiovisuais.</li> <li>- Promover o trabalho coletivo de equipes interdisciplinares em todo o país.</li> </ul> <p>- Incentivar campos de estudo da Lei de Sociedades em relação ao grupo que usa-lo e a avaliação da linguagem como uma minoria.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Resolução Nº 3104/2003</b></p> <p>Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais - tem Caption (Legenda) para o vídeo inteiro filme de produção nacional editado</p>

<p>As várias emissoras da televisão têm a legenda (Closed caption) como Globo, Bandeirantes, Record, SBT, TVE Brasil, TV Cultura e outros.</p>  <p>A legenda é embaixo na tela da televisão.</p>	<p>Os poucos canais da televisão têm a legenda (Closed caption).</p>  <p>A legenda é em cima na tela da televisão.</p>
<p>Poucas janelas de Libras nos programas de televisão.</p>	<p>Pouquíssimas janelas de LSA nos programas de televisão.</p>
<p><b>Decreto Nº 2.592 de 15 de maio de 1998</b>          - Art.6º a partir de 31 de dezembro de 1999. A concessionária deverá assegurar condições de acesso ao serviço telefônico para deficientes auditivos e da fala: tornar disponível centro de atendimento para intermediação da comunicação (1402).          - No Brasil desfaz TDD – telefone para surdos, porque a empresa Telecom cortou a central de atendimento de intérprete de língua de sinais nos estados brasileiros, somente o estado de Goiás ainda tem.</p>	<p>Na Argentina ainda utilização de TDD.</p>
<p>Não há programa infantil para surdos na televisão.</p>	<p>Há um programa infantil para as crianças surdas e ouvintes chama-se Enseñas para Aprender no canal Paka Paka desde 2010 a 2014.</p>
<p>Há um programa WEB TV em Libras chama-se TV INES no Rio de Janeiro.</p>	<p>Não há um programa WEB TV para a comunidade surda argentina.</p>
<p>Está crescendo o número de pessoas surdas que utilizam o implante coclear e o uso de Libras.</p>	<p>Maior número de pessoas surdas utilizam a implante coclear e o uso de oralismo.</p>

Tem muitos surdos que utilizam Viável Brasil	
<p style="text-align: center;"><b>Prioridade de atendimento</b></p> <p>Conforme as Leis Federais 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentadas pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, as Leis Estaduais 5.179, de 28 de dezembro de 2007, e 5.187, de 14 de janeiro de 2008.</p> <p>- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestados por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas habilitadas neste tipo de atendimento.</p>	

Quadro 8: TIC'S para surdos.

A Argentina apresenta somente uma lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, a lei 26.522/2009, na qual as informações são detalhas em seu artigo 66º sobre a acessibilidade através de LSA e legendagem para surdos (SSPS). Após o ano de 2010, essa lei foi complementada com o decreto nº 1225 sobre a comunicação audiovisual, conforme demonstra tabela acima.

No Brasil, percebe-se que diferentes legislações existem, pois se implementaram novas resoluções e novas portarias em diferentes anos o que acarretou em uma evolução do processo de comunicação nos diferentes paradigmas, como por exemplo a criação da janela de libras, a legenda oculta entre outros, em várias emissoras da televisão brasileira e na internet, tornando-se cada vez melhor, portanto acreditamos que os surdos têm sim direito e acesso à comunicação e informação no Brasil.

Em 1998, o decreto Nº 2.592 de 15 de maio de 1998 diz que o governo federal ofereceu telefone para surdos chamado TDD e também instalou uma central de atendimento para intermediação da comunicação (1402) para deficientes auditivos e surdos em lugares públicos tais como: rodoviárias, escolas, aeroportos, ruas e outros. Pouco tempo depois, isso acabou se desfazendo, pois, a empresa Telecom<sup>24</sup>, extinguiu a central de atendimento de intérpretes de língua de sinais nos estados brasileiros,

<sup>24</sup> Telecom foi uma empresa de telecomunicações do Brasil, originada da privatização da Telebrás.

passando a contar somente com uma central no estado de Goiás. A qualidade do atendimento caiu muito e as pessoas surdas não suportaram mais, porque ao ligar para central de atendimento estava rotineiramente ocupado e demorava muito, não sendo mais algo prático para as pessoas que necessitavam. Em uma perceptiva comparativa entre TDD da Argentina e do Brasil, percebemos que o serviço na Argentina continua utilizando ainda o TDD, tendo em vista que lá esse serviço funciona com qualidade, diferentemente do Brasil.

Os surdos brasileiros preferem utilizar celular, pois é uma comunicação móvel, rápida e fácil. Aproximadamente no ano 2012, iniciou-se a importação de VPAD (aparelho do equipamento de vídeo conferência para surdos) aparelho americano que instalou em nosso país a empresa Viável Brasil oferecendo um serviço de intermediação por vídeo (SIV) funcionando em todo o Brasil, que envia oralmente para pessoas ouvintes, e sinalizado para surdos, podendo ser usados pelos Surdos e pessoas com deficiência auditiva e da fala. A Viável Brasil é um sucesso, porque tem disponíveis para ligações em todos os dispositivos tais como: computador ou notebook, celular, tablet e VPDA.

A seguir, apresento informativa sobre a Associações de Surdos:

BRASIL	ARGENTINA
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 24 de maio de 1913, surge a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, o controle dessa associação pelos ouvintes.</li> <li>- Em 16 de maio de 1953, outra associação denominada "Associação Alvorada de Surdos" surgiu no Rio de Janeiro. Era uma organização especial para um grupo de surdos oralizados da classe alta, da qual os surdos pobres e sinalizantes não podiam participar.</li> <li>- Em 19 de março de 1954, a Associação de Surdos de São Paulo passou a ter como meta criar novas associações, nos mesmos moldes, em outros Estados do país. Dessa forma, em janeiro de 1955, foi fundada a Associação dos Surdos do Rio de Janeiro e, em 30 de abril de 1956, a Associação dos Surdos de Minas Gerais.</li> <li>- <b>Espalharam-se várias associações de surdos por todo o Brasil até hoje.</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 30 de junho de 1912, surgiu a primeira Asociación dos Sordosmudos Ayuda Mutua em Buenos Aires. Essa associação fundada na América Latina, originou-se nas comunidades surdas da Itália.</li> <li>- Em 1941, foi fundada a Associação de Surdos de La Plata.</li> <li>- Em 1957, criou-se uma Associação Nacional, a Confederación Argentina de Surdos – CAS.</li> <li>- Em 1970, criou-se uma Associação de Surdos Orais.</li> </ul>
No Brasil há 120 associações de Surdos.	No Brasil há 120 associações de Surdos.

Quadro 9: Associações de Surdos.

Na Argentina, em 1912, surge a primeira associação de surdos da América Latina que se espalhou para outros países latinos americanos. Um ano depois, foi fundada a associação de surdos no Brasil. Mais tarde, espalharam-se várias associações em ambos os países.

A importância de uma associação de surdos é a representação da comunidade surda em sua cidade, localidade, regional e país, com objetivo de lutar por seus direitos e principalmente na construção de uma comunidade linguística e identidade cultural própria Surda. Não somente com o objetivo de promover esporte e lazer, mas também sua visão na sociedade como atores da política apresentando a demanda existente no Brasil que contava com cerca de 120 associações enquanto a Argentina com 28 associações.

A seguir, nota informativa sobre os transportes:

Brasil	Argentina
<p><b>Conselho Nacional de Trânsito – Contran</b> Resolução nº734/1989 Art.54 o candidato à obtenção de carteira nacional de habilitação, portador de deficiência auditiva igual ou superior a 40 decibais, considerado apto no exame otoneurólogicos, só poderá dirigir veículo automotor das categorias A ou B.</p>	<p><b>Lei Nº 24.449 da Lei Nacional de Trânsito do dia 23 de dezembro de 1994</b> A emenda 26.363, preve que os surdos podem dirigir, mas surgiu nova lei na Agência Nacional de Segurança Rodoviária estabelecido pela 207/09 disposição, inter alia as escalas, que é a tabela de requisitos para lidar com diferentes tipos de licenças. Não é evidente que as pessoas com anacusia (surda) ou perda de audição Severa, são impróprias para dirigir.</p>
<p>Portaria Nº 294, de 05 de junho de 2014 - O Diretor Geral Adjunto do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul-DETRAN/RS - Cadastramento de profissionais TILS para CFC – Detran-RS. <b>OBS:</b> Cada estado brasileiro tem portaria própria.</p>	

<p><b>Passe Livre – Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um salário mínimo;</li> <li>- Ônibus convencional e semidireto</li> <li>- Barco</li> <li>- Trem</li> <li>- Incluindo o transporte interestadual semi-urbano ou intermunicipal dentro do mesmo estado.</li> <li>- Nem para viagens em ônibus executivo e leito.</li> </ul> <p><b>Passe Livre Municipal</b> – As cidades têm algumas leis municipais do Estado do RS.</p> <p><b>Passe Livre Intermunicipal</b> - A Lei Estadual n.º 13.320 (artigos 94 a 98), de 21 de dezembro de 2009, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul.</p>	<p><b>Lei Nº 25.635, de 01 de agosto de 2002</b></p> <p>Cada uma das empresas de transportes públicos terra para fornecer transporte gratuito para pessoas com deficiência.</p> <p><b>Decreto Nº 38/2004, de 09 de janeiro de 2004.</b></p> <p>Ele estabelece que o certificado de deficiência dada pela Lei No. 22.431 e suas alterações documento válido para acessar o direito de viajar gratuitamente em diferentes tipos de transportes públicos terra.</p>
<p><b>Transporte aéreo</b> - A Resolução 009, de 5 de junho de 2007, da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, que aprovou a Norma Operacional da Aviação Civil (NOAC), estabelece os procedimentos necessários para que as pessoas com deficiência tenham o acesso adequado ao transporte aéreo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As informações para os passageiros com deficiência auditiva devem ser prestadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).</li> </ul>	

Quadro 10: Transportes

No Brasil, em 1989, os surdos puderam passar a dirigir veículos, de acordo com a seguinte resolução nº734/1989 de Conselho Nacional de Trânsito – Contran, com foco do artigo 54 que afirma que o laudo médico que apresentar o mínimo de 40 decibéis de grau de surdez, só poderá dirigir veículo categorias A ou B. Na Argentina, a partir do ano de 1994, a Lei Nº 24.449, diferenciou-se do Brasil ao não mais habilitar pessoas com perda de audição do tipo severa.

Os candidatos surdos têm direito a fazer carteira nacional de habilitação (CNH), também as aulas teóricas e aulas em simulador que devem ser acompanhadas por intérprete de LIBRAS nos centros de formações de condutores - CFCs suas cidades

próprias, quando realizarem a prova oficialmente e deve vir intérprete de Porto Alegre, polo central do DETRAN-RS. Essas normas para cadastramento de profissionais intérpretes de Libras para CFC no Estado do Rio Grande do Sul, seguem a informação detalhada na portaria nº 294, de 05 de junho de 2014 – Detran RS e pode ser acessada no link: <http://www.detran.rs.gov.br/conteudo/25505/245/termosbusca=valor>. Esse é um marco importante, pois os funcionários de CFCs quando recebem candidatos surdos, podem procurar no sistema de cadastramento, a lista de nomes de intérpretes de Libras nos municípios.

Em 2015, o Detran inovou o exame de CNH para os candidatos surdos na cidade de Sorocaba. Neste município foi realizada o primeiro teste de uma prova a distância, conduzida por um intérprete. É também relevante mais este exemplo do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran) que lançou o simulado das provas traduzidas simultaneamente, com vídeos gravados de 120 questões do exame teórico em Libras no ano do 2018.

Importante conhecer os códigos ou as letras da observação na carteira de habilitação especial, presencialmente surdo (X – outras restrições), isto é, significa condutor surdo e deficiente auditivo (B – obrigatório o uso de prótese auditiva).

O PASSE LIVRE foi criado pela lei nº 8899, de 29 de junho de 1994, para as pessoas com deficiências no sistema de transporte coletivo interestadual, nos rodoviário e ferroviário, mais tarde, incluído com aquaviário (2001) e a aviação civil (2014) por isso foram criados novos decretos, portarias e normas nos anos diferentes.

As pessoas surdas precisam comprovante de renda familiar per capita inferior a 2 salários mínimos sendo que existem três tipos de passe livre: municipal (por exemplo idosos, pessoas com deficiências e a carteira de estudante numa cidade própria), intermunicipal (dentro dos municípios do Estado do RS, as empresas de ônibus oferecem só dois assentos de viagens gratuitas nos modais comum e semidireto, não podendo usar direto, executivo e leito. Mas, dependendo da empresa de ôniibu, pode-se usar o direto, porque não existe comum e semidireto) e interestadual (do mesmo modo que o intermunicipal). Percebe-se que os horários de ônibus não favorecem, porque há somente em um ou dois horários por dia ônibus comum e semidireto.

Passe livre para deficientes carentes e idosos em voos nacionais, somente em situação de urgência, por exemplo, problemas de saúde e tratamento médico disponibilizam-se dois assentos em voos de quaisquer empresas.

O portal da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) evidencia que a empresa aérea deverá sempre ser notificada sobre o tipo de assistência especial de que necessita (como ajudas técnicas, recursos de comunicação, acompanhante), essa empresa aérea é responsável pela acessibilidade no aeroporto, por exemplo, serviço sobre libras e atender aos passageiros surdos para fazer check-in e também algumas aeromoças deverão conhecer e comunicar a Libras dentro do avião.

Ao olharmos comparativamente o Dia do Surdo em um e outro país, percebem-se certas diferenças:

Brasil	Argentina
<p><b>Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008</b></p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Em <b>04 de dezembro de 1958</b> o governo argentino aprovou o Nacional <b>Decreto nº 10.901</b>, através do qual fica oficialmente instituído o dia 19 de setembro como dia do Surdo Mudo.</p> <p><b>OBS:</b> Já havia duas leis, a lei 1.662 de 19 de setembro de 1885 e a lei de número nacional decreto 10.901 datada de 04 de dezembro de 1958, a Escola Dr. José Facio.</p>

<p style="text-align: center;"><b>Dia Estadual dos Surdos</b> - Minas Gerais</p> <p>Lei Nº 16.500 de 21 de dezembro de 2006</p> <p style="text-align: center;">- Paraná</p> <p>Lei Nº 14.220 de 12 de novembro de 2003</p> <p style="text-align: center;">- Rio de Janeiro</p> <p>Lei Nº 4.920 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Nº 5.645 de 6 de janeiro de 2010</p> <p style="text-align: center;">- Rio Grande do Sul</p> <p>Lei Nº 12.758 de 20 de julho de 2007</p> <p style="text-align: center;">- Santa Catarina</p> <p>Lei Nº 12.882 de 22 de janeiro de 2004</p>	<p><b>Não há a lei estadual que determina o dia Estadual dos Surdos</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>Dia Municipal do Surdo</b></p> <p>As várias cidades têm as leis do dia municipal do surdo todo o Brasil.</p>	<p><b>Não há a Lei sobre Dia Municipal dos Surdos</b></p>

Quadro 11: Lei do Dia do Surdo

Comparando as políticas orientadas para garantir a cidadania da comunidade surda da Argentina e Brasil, percebe-se que o Brasil tem muito mais leis, lutas, movimentos sociais e políticas. No Brasil, os surdos se unem e lutam juntos, com muito mais força para buscar e conquistar seus direitos. Isso em todos os âmbitos como: na saúde, educação, na sociedade e outros.

Já na Argentina, há dificuldade de união da própria comunidade surda, para lutar pelas políticas, há divergências entre os próprios surdos para organizar movimentos para lutar por leis que favoreçam os mesmos.

Aprender juntos, rir juntos, caminhar juntos, decidir juntos, chorar juntos, compartilhar, não se anular para viver a vida do outro, e sim de uma comunidade. Este é o segredo da felicidade. Mesmo com todas as dificuldades de justiça que vivenciamos cada dia, é preciso amar o próximo, mesmo pelas derrotas que vierem, mas sem jamais deixar de continuar a caminhada.

Foram realizadas entrevistas com pessoas surdas argentinas de instituições diversas, que sinalizam a LSA e traduzi da língua de sinais para escrita em português.

- O presidente surdo Jorge Finucci da Associação de Surdos de Ayuda Mutua disse que, atualmente, está muito difícil, porque as instituições, a comunidade e a família estão

muito separadas, sempre competiram na política, mas não lutam junto, só um padrão de política. Também a sociedade e o sistema político não apoiam a comunidade surda argentina.

- A artista Gabriela Bianca disse que a comunidade surda é separada e suas propostas enviadas para o governo nacional não foram aceitas, porque as propostas diferentes, portanto é um grande problema.

- A surda Mariana Reuter explicou que é bem complicado, por causa das condições de vida e das poucas conquistas, a perda da qualidade dos seus direitos, a evolução de movimentos sociais surdos foram bem diferentes, porque o grupo de jovens, de idosos, de instituições públicas e privadas como oralização, bilíngue e língua de sinais são contestadas.

Esta pesquisa busca compreender o sentido da ação social e política, envolvido na construção e circulação da informação política, visando reconhecer sob a ótica dos direitos humanos e cidadania através das políticas públicas para surdos brasileiros e argentinos.

#### 4. CIDADANIA COMUNICATIVA SURDA E ACESSIBILIDADE NA MÍDIA

Neste capítulo, discutiremos o caminho da cidadania através da comunicação e o acesso à informação e direitos dos cidadãos surdos no campo midiático. Esta discussão se torna relevante na medida em que o interesse que guiou nossa pesquisa é entender como se acontecem as transmissões televisivas para surdos no Brasil e na Argentina. A presente reflexão estará principalmente focada no caso brasileiro, trazendo casos de outros países a efeitos de ampliar o foco.

A importância de estudar o campo midiático já é apontada pelas teorias da comunicação, que apresentam vários paradigmas dos estudos comunicacionais, propondo estudos da comunicação social em todos os seus aspectos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, e abarcando o papel da mídia e suas mudanças de acordo com sua evolução tecnológica na sociedade. Verón (2004) afirma que a passagem das sociedades midiáticas para a midiática expressa, na realidade, a adaptação das instituições das democracias industriais às mídias, tornando-se estas últimas as intermediárias incontornáveis da gestão social.

Nesse cenário contemporâneo, para pensar a cidadania surda, dois focos são importantes: a cidadania comunicativa e a acessibilidade. Sobre a primeira, diversos autores escrevem:

A cidadania comunicativa é um direito básico (o acesso à internet, por exemplo, deveria ser possível a todas as camadas do estrato social). De acordo com Mata et al. (2005), a cidadania comunicativa pode ser entendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda, no âmbito da comunicação pública, e no exercício desse direito (FOLETTTO, 2016, p.5).

A cidadania comunicativa abarca a participação dos sujeitos na democracia, viabilizada através do acesso às tecnologias. Constitui-se num “forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional” (BONITO, 2015, P. 165). Dentro desse conceito, proponho pensar uma cidadania comunicativa acessível às pessoas surdas.

Nessa perspectiva, a autora surda Claudio (2016) sobre a cidadania comunicativa surda, ressalta que existe pouca problematização sobre essa noção, sendo que ela está relacionada “com consciência e prática, com os processos de conhecer seus direitos,

desenvolver suas práticas sociais e propor seu processo de democracia da sociedade, pois a “democracia é um valor ético” (p. 109).

Concordo com Claudio, porque a dimensão da comunicação visual é importante, a estratégia comunicacional pelos sujeitos surdos com meios de comunicação apresenta o reconhecimento da língua de sinais nos espaços de cidadania no campo midiático. É contribuir na circulação das informações e das experiências vividas numa comunidade surda politizada, por exemplo, suas mãos representam a voz na política.

Propõe-se um olhar para as maneiras como as pessoas surdas e com deficiências auditivas alcançam informações, como estabelecem processos de comunicação apresentados pelas mídias e interligados à teoria de cidadania comunicativa “que trata das apropriações dos sujeitos a partir de práticas comunicacionais” (FAXINA, 2012).

O acesso à cidadania comunicativa das pessoas surdas em relação à televisão brasileira e argentina na midiatização das sociedades, “nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas”. (MALDONADO, 2002, p.6). Usuários/telespectadores surdos na perspectiva da acessibilidade para sua cidadania comunicativa tem como objetivo a contextualização sociopolítica, através de tecnologias da informação à comunicação.

O autor Queiroz (2005) mostra que o termo acessibilidade surgiu na França com a necessidade de transposição dos obstáculos arquitetônicos que impediam o acesso de pessoas com deficiências a lugares de uso comum e público.

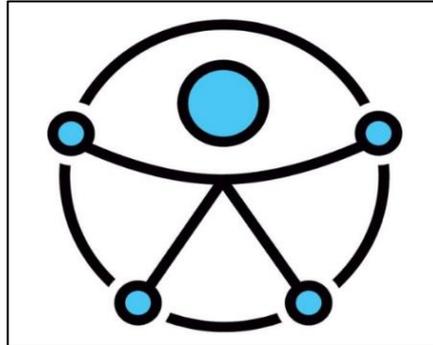
No Brasil, a lei de acessibilidade, nº 10.098 no artigo 2 de 19 de dezembro 2000, estabelece normas gerais para a acessibilidade e apresenta o conceito de acessibilidade:

“Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O novo símbolo da acessibilidade é anunciando pela ONU (Organização Nações- Unidas) desde 2015, foi desenhado pela Unidade de Desenho Gráfico do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, em Nova York, a pedido da Divisão de Reuniões e Publicações do Departamento de Assembleia Geral e Gestão de Conferências das Nações Unidas.

Essa figura simétrica conectada por quatro pontos a um círculo, representa a harmonia entre o ser humano e a sociedade, e com os braços abertos, simbolizando a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares.

Figura 14: Símbolo<sup>25</sup> da Acessibilidade



Acessibilidade arquitetônica: é eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. O exemplo mais comum de acessibilidade arquitetônica é a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outros.

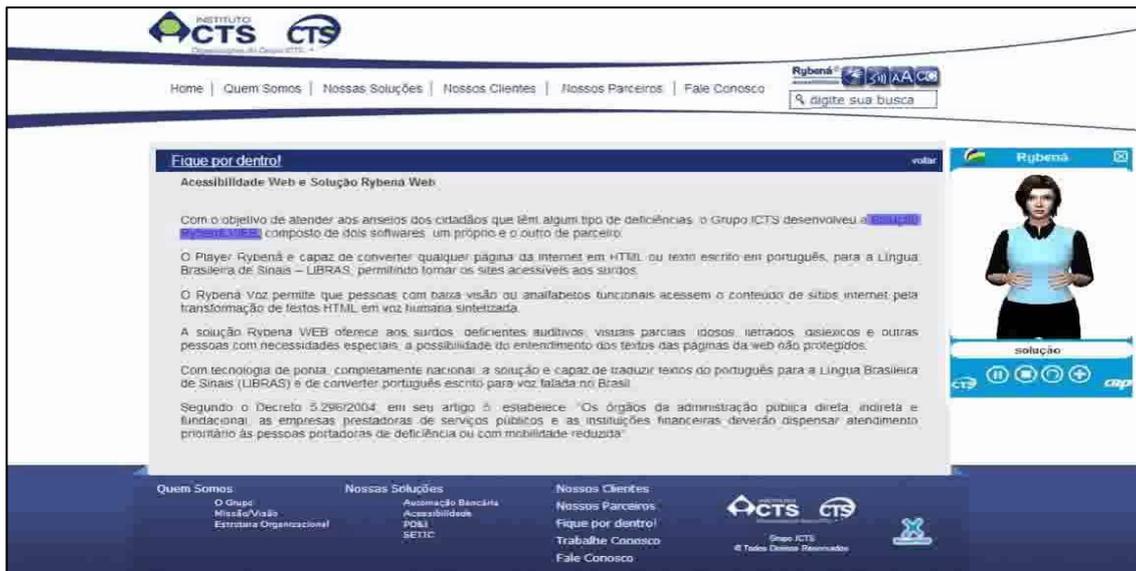
Acessibilidade comunicacional: é a acessibilidade que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila e outros incluídos com textos em braille, uso do computador portátil) e a acessibilidade web significa que as pessoas com deficiências podem usar a Web e refere-se à prática inclusiva de fazer websites. A respeito disso, a autora Melo (2008) destaca que:

Respeito a viabilizar que qualquer pessoa, usando qualquer tecnologia adequada à navegação web esteja apta a visitar qualquer site, obtenha a informação oferecida e interaja com o site. E para que isso seja possível, é necessário que os criadores de páginas e sistemas web, assim como seus mantenedores, estejam atentos às recomendações de acessibilidade do World Wide Web Consortium – W3C, mas também às diferentes características dos usuários desses sistemas, às tecnologias de acesso à informação e interação que utilizam e à influência do ambiente físico sobre a interação do usuário com o computador. (MELO, 2008, p.52).

<sup>25</sup> Símbolo de acessibilidade e acesso ao link:  
[http://www.jornalalemdoslimites.com/slider\\_manchetes/images/04.jpg](http://www.jornalalemdoslimites.com/slider_manchetes/images/04.jpg)

Um exemplo da comunicação acessível encontra-se na empresa Rybená Web que oferece aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, analfabetos funcionais, idosos, disléxicos, e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade do entendimento dos textos das páginas da web, de forma não tutelada, ou seja, sem ajuda de terceiros.

Figura 15: A imagem da empresa Rybená Web



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/0KkkHremFi4/maxresdefault.jpg>

A acessibilidade urbana está na sinalização tátil do piso, sinalização tátil de alerta, sinalização tátil direcional, mobilidade para cadeira de rodas, rampas, escadas, passarelas, corrimãos, estacionamentos, WCs, telefones públicos, semáforos, foco de pedestres, ônibus acessível e outros.

É muito interessante os dois termos: Acessibilidade Universal e Desenho Universal. Apresento um breve histórico, uma definição e um conceito conforme os autores:

Acessibilidade que precisa ser universal, ou seja, para todas as pessoas e não um “lugar especial” designado para pessoas com deficiência, como uma marca para determinados sujeitos que precisam deste espaço. (FERNANDES E LIPPO, 2013, p. 7).

Na década de 1960, na Suécia, reuniram-se representantes do Japão, Estados Unidos e Nações Europeias para discutir como reestruturar e recriar o velho conceito “Homem padrão”. Em 1963, a primeira conferência Internacional sobre Free Design na

cidade de Washigton, com objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com deficiências. Alguns anos depois, nos Estados Unidos, decidiu-se mudar para Universal Design, traduzida em português “Desenho Universal”, pois é igual a todos.

A partir de 1990, com uma preocupação sobre a visão da diversidade humana, desenvolve-se o estudo sobre o conceito de acessibilidade, fixando-se nas dimensões arquitetônicas, comunicacionais e outros.

O Brasil aceitou receber o Desenho Universal no início de 1980. Principiou-se a elaborar leis e regulamentações para as pessoas com deficiências, mas o processo na prática demorou muito. E, no ano de 1985, surge a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade orientada como edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos para a pessoa com deficiência.

Por muitos anos, não foi praticada a acessibilidade na sociedade, pois a adaptação foi bem difícil e também os recursos tecnológicos eram muito caros. Em 1994, a primeira revisão da norma técnica brasileira quando foram alterados alguns aspectos. Houve então o crescimento da regulamentação em todos os aspectos da acessibilidade e beneficiando também a gestante, o idoso, o obeso, etc.

A autora Gabrilli (2007) apresenta o conceito de Desenho Universal:

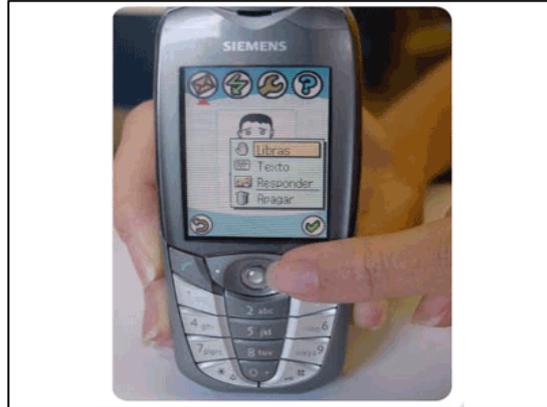
Desenvolveu-se entre os profissionais da área de arquitetura na Universidade da Carolina do Norte - EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para Pessoas com deficiência. (GABRILLI, 2007, P.6)

A pesquisadora cita alguns exemplos para melhor compreensão sobre o desenho universal e para que serve:

- Celular

Aproximadamente no ano 2010, em Brasília, a equipe de Rybená cria um projeto sobre um recurso de tecnologia assistiva que estaria preparado para funcionar de forma compatível com os principais navegadores, seja para computadores ou dispositivos móveis. Essa imagem de um celular específico para as pessoas surdas brasileiras.

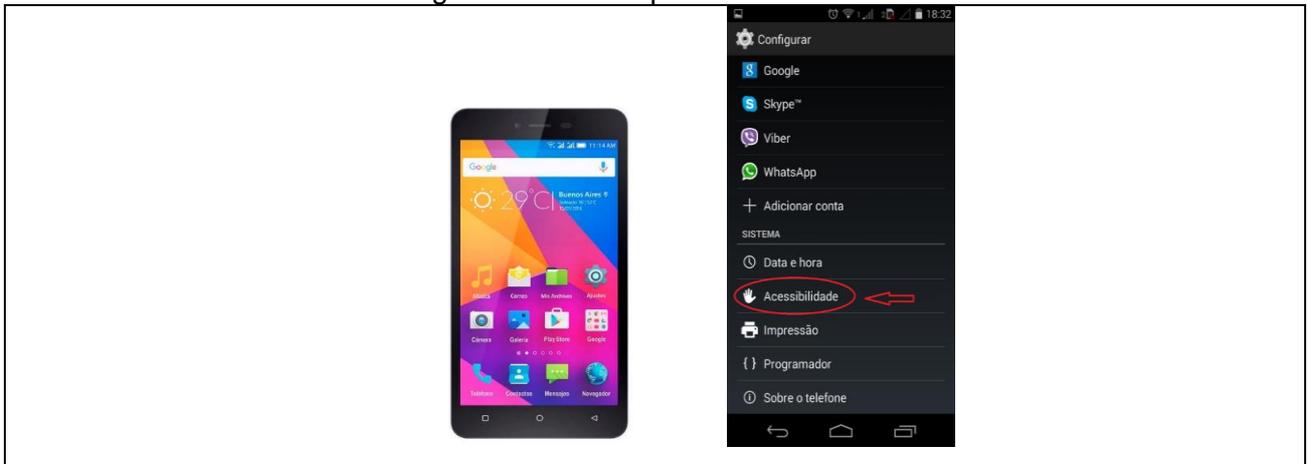
Figura 16: Celular específico para as pessoas surdas.



Fonte: [http://2.bp.blogspot.com/\\_YGge46Utduk/TOfAnkzxaYI/AAAAAAAAA4/aOhRrQmmlI0/s1600/torpedo-g.gif](http://2.bp.blogspot.com/_YGge46Utduk/TOfAnkzxaYI/AAAAAAAAA4/aOhRrQmmlI0/s1600/torpedo-g.gif)

Atualmente esse celular pode ser utilizado para qualquer pessoa, porque já tem a função acessibilidade. Exemplo converter texto em voz, falar senhas, tamanho de fonte, gesto de ampliação, videoconferência e outros, sendo assim um desenho universal.

Figura 17: Celular para acessibilidade



Fonte: [http://www.espiaoweb.com/wp/wp-content/uploads/2015/08/celular007\\_2.png](http://www.espiaoweb.com/wp/wp-content/uploads/2015/08/celular007_2.png)  
- Mesas

A Holanda transformou uma área pública lotada em um espaço urbano no cotidiano, onde pessoas pequenas, médias e altas podem sentar-se ou usar as mesas como se vê nas imagens abaixo:

Figura 18: Mesas acessíveis



Fonte: <http://freshome.com/2010/05/18/urban-furniture-gone-practical-pop-up/>

Não é preciso produtos separados específicos para as pessoas com deficiências, mas, um produto que pode ser utilizado por qualquer pessoa.

A pesquisa é muito interessante, pois faz refletir sobre o desenho universal da televisão para o surdo, pois quem possuía televisão mais antiga, não tinha acesso à legenda. Era necessário comprar um aparelho conversor para, assim, usufruir desta tecnologia. Alguns anos depois, uma nova versão de televisão já vinha com o conversor.

Porém, imaginemos que as pessoas surdas possam usar controle remoto e acionando a tecla zoom a janela de Libras abra-se no tamanho desejado (podendo ser opcional o tamanho da imagem. Exemplo a metade da tela da televisão).

Portanto, nos dois pilares de cidadania via sociabilidade, relacionada com a comunidade surda, cito como exemplo: a cidadania comunicativa (o direito à informação e à comunicação, usando como exemplo a televisão, as redes sociais, a intérprete de Libras e outros). Na cidadania corporativa (cidadania empresarial relacionada com o oferecimento da acessibilidade como os equipamentos, os recursos tecnológicos, o closed caption, os audiovisuais e outros para o surdo). E a acessibilidade e cidadania (a pessoa surda tem direito a acesso a acessibilidade).

## 4.1. Os recursos midiáticos para surdos e acessibilidade

### 4.1.1 Legenda (Closed Caption) na televisão

Em 1976, foram criadas as legendas cultas nos Estados Unidos que só chegaram ao programa ao vivo em 1982, na transmissão da Cerimônia do Oscar. A Closed caption é a sigla de CC, e é uma expressão em inglês que significa legenda oculta, um sistema de transmissão de legendas de filmes, programas de televisão ou vídeos online, com objetivo de auxiliar pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdas. A imagem a seguir contempla o recurso de closed caption na televisão, este utilizado no mundo todo.

Figura 19: um exemplo da imagem pela novela com a legenda.



Fonte: <http://hearinghealthmatters.org/hearinginternational/files/2016/02/cc4.jpg>

No ano 1990, tentou-se oferecer a legenda para uma grande emissora no Brasil, mas não deu certo. Só foi possível a partir de 1997, quando o Jornal Nacional, na Rede Globo começou com legenda na televisão.

No período de 1950 a 1996, não havia legenda na televisão, assim os sujeitos surdos assistiam a TV, mas sem acesso aos conteúdos transmitidos, tendo que pedir para que sua família e seus amigos explicassem o que estava sendo dito, o que culminava em breves resumos de longas falas, o que fazia com que houvesse grandes perdas de informações.

Em se tratando de desenvolvimento, em 1997, o *closed caption* foi inserido pela primeira vez na emissora Rede Globo, no Jornal Nacional. A comunidade surda brasileira estava ansiosa para ler as legendas na televisão, mas as primeiras palavras surgiram com muitos erros de ortografia o que dificultava ou até mesmo impossibilitava a compreensão do português. Mais tarde, a legenda foi ficando cada vez mais aprimorada e os diversos programas da televisão e emissoras começaram a oferecer o *closed caption*.

Quem possuía televisões mais antigas, não tinha o acesso à legenda, era necessário comprar um aparelho conversor, para assim, usufruir desta tecnologia. Alguns anos depois, uma nova versão de televisão já vinha com o conversor. Os surdos idosos perceberam as vantagens dessa nova geração com os avanços das tecnologias, pois as informações estão cada vez mais acessíveis e de forma rápida, o que possibilita um maior conhecimento, que antigamente os mesmos não possuíam.

A emissora Rede Globo de TV brasileira foi pioneira em implementar o *closed caption* importando essa tecnologia dos Estados Unidos. Tecnologia esta que auxiliou consideravelmente na acessibilidade da comunidade surda. Porém esses avanços só foram possíveis graças à mobilização da comunidade surda, que lutou por seus direitos, a exemplo da mobilização feita para a oficialização da LIBRAS no Brasil, que culminou na Lei de Libras 10.436 de 2002. Porém, mesmo com a legislação em vigor, ainda percebemos a falta de comunicação visual através da Libras, um entrave diário na vida das pessoas surdas que possuem como primeira língua a LIBRAS e o português como segunda língua. Precisamos de avanços que tornem as mídias acessíveis para a comunidade surda enquanto minoria linguística e cultural, cidadãos que se comunicam através da Libras, língua já oficializada em nosso país. Por outro lado, sabemos que o capitalismo vem para beneficiar a maioria, o que acaba por excluir os surdos. Sabemos também que para que haja avanços é importante a mobilização popular, bem como, interesse político, para que políticas públicas sejam criadas para este fim.

Comparando o ano de início do *closed caption* nos Estados Unidos em programas gravados (1971) e tempo real (1982) e o ano de início no Brasil em programas gravados (1997) e tempo real (2008), percebe-se que no Brasil as coisas aconteceram muito tardiamente, aqui se percebe a diferença entre um país de Primeiro Mundo e Terceiro Mundo.

É importante e ajuda nas informações para crianças surdas ler a legenda na televisão nos programas e o autor Oliver Sacker relata:

[...] os alunos têm de ir embora no fim do dia, voltar para lares onde os pais não sabem comunicar-se com eles, onde a televisão, sem legendas, é ininteligível, onde elas não podem observar informações básicas sobre o mundo. (SACKER, 2010, p. 56).

Um dia, fui à casa de um amigo surdo apaixonado por filmes e percebi que ele usava um fone de ouvido sem fio. Perguntei a ele para que serviam os fones, sendo que

ele era surdo e ele colocou-os em mim e experimentei como era assistir ao filme com os fones. Quando os atores se assustavam, ou sentiam medo, percebi que havia alterações de sons e pude sentir as vibrações dos “barulhos altos e estranhos”. Porém na tela, essas nuances não eram mostradas e assim pude entender que algo a mais existia além do que eu estava enxergando. Assim, através desta experiência descobri que havia sons e sentimentos que passavam despercebidos por eu não ter acesso aos sons. Porém, atualmente, percebemos um avanço nesse sentido através dos símbolos e unidades descritivas que informam quando há sons de música, trovão, pneus de carro, choro, etc., bem como a inserção de audiodescrição nos filmes. Neste sentido, podemos perceber que não havia uma adequação cultural para os surdos era algo que passava despercebido, pois esses detalhes estão prontos e já dados naturalmente aos demais telespectadores ouvintes.

Bastante interessantes alguns exemplos encontrados na desciclopédia<sup>26</sup> sobre o closed caption na televisão brasileira, pois ao não saber o que falar o close caption rapidamente, tenta omitir algumas informações e emoções dos telespectadores surdos, bem como, em alguns momentos pode haver acréscimos de informações e opiniões próprias do digitador. Aqui, há alguns exemplos do programa com o Galvão Bueno que **falou** o seguinte: “Bem amiiiiigos da Rrrrrrrrrrede Gloooobo” e **CC** redigiu: “Amigos da Rede Globo”, outra **fala**: “Gooooooooooooooooooooool do Braaaasil, Rrrronaldinhoooo” e **CC** redigiu: “Gol do Ronaldo”, outra **fala**: “Gol, da argeentinnna!!!!” e **CC** redigiu: “Vai tomar no cu, essa porra fazer gol de novo”. Aparentemente os responsáveis pela digitação do *closed caption* não se preocupam com os detalhes, fidelidade no repasse das falas e emoções no tom de voz do narrador durante os jogos.

O início do *closed caption* utilizado em programas gravados tendo produzido em 1998 o primeiro programa da televisão brasileira a fazer uso dessa tecnologia inovadora, o TELECURSO 2000 – Versão Legendada.

A Lei 10.098/2000, ou Lei da Acessibilidade, como é conhecida, é a responsável pela implementação da legenda oculta na programação das emissoras brasileiras, assim como de outras tecnologias de acessibilidade, como LIBRAS e audiodescrição. Desde junho de 2013, a Portaria Nº 310/2006, do Ministério das Comunicações, determinou que as emissoras de televisão deveriam cumprir doze

---

<sup>26</sup> A desciclopedia é um site de humor colaborativo, uma paródia da Wikipédia cujo objetivo é apresentar um ponto de vista satírico sobre todos os temas possíveis em formato wiki.

horas diárias de closed caption. Essa norma será gradativa até que se cumpra 24 horas diárias de programação legendada. (REVISTA DA SET, 2014, p. 70).

A lei diz que padroniza recursos como o *closed caption* e a legenda oculta para pessoas com deficiência auditiva. O artigo 19, desta Lei, diz que: “os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão planos de medidas técnicas com objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento”.

A portaria nº 310 de junho de 2006 do Ministério das Comunicações, que regulamenta a quantidade e qualidade obrigatórias para aplicação do recurso, prevê um aumento gradual da sua utilização até chegar a 24 horas da programação das emissoras em junho de 2017. Além disso, a portaria estabelece uma precisão ortográfica mínima de 98% e de máximo de 4 segundos. O objetivo da lei é tornar a programação da televisão aberta acessível a deficientes auditivos (ABERT, 2014).

De acordo com Afcaption<sup>27</sup> apresenta que os canais das redes de TV em que há *closed captions* são Rede Globo, SBT, Band, Record, Cultura, TV Senado, TV Câmara, Rede TV!, TV Brasil, TV Escola, TV Gazeta-AL, TV Jangadeiro, NordesTV, TV Cidade Verde, Rede Meio Norte, TV Cabo Branco, RBS TV Porto Alegre, RBS TV Florianópolis, RPC TV Curitiba, TV Correio da Paraíba. Mas ainda falta a legenda/closed caption no GNT, e na RBS TV nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Em junho de 2008, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Acessibilidade (ABERT), alterou um pouco as normas sobre a obrigação que é atrelada ao número de habitantes da cidade, mas o número de horas do recurso é atrelado à geradora cedente de programação.

---

<sup>27</sup> Site informativo sobre a produção de legendas ocultas e acesso ao link: <http://afcaption.com.br/novidades-closed-caption/o-que-e-closed-caption/>

Figura 20: Tabela da legenda oculta da ABERT.

TABELA 1 - Legenda Oculta- item 7.1		
tempo de programação com o recurso	horário compreendido entre (diário)	prazo máximo para implantação, até:
2 horas	1 h das 8h às 14h e 1 h das 20h às 2h	junho de 2008
4 horas	2 h das 8h às 14h e 2 h das 18h às 2h	junho de 2009
6 horas	3 h das 8h às 14h e 3 h das 18h às 2h	junho de 2010
8 horas	4 h das 8h às 14h e 4 h das 18h às 2h	junho de 2011
12 horas	6 h das 6h às 14h e 6 h das 18h às 2h	junho de 2012 – opção 1
112 hs SEMANAIS	da programação total, sendo máximo de 2hs diárias entre 2h e 6h(madrugada).	junho de 2012 – opção 2
16 horas	entre as 6h e 2h	abril de 2014
20 horas	da programação total	abril de 2015
24 horas	programação total	junho de 2017

TABELA 2 - Legenda Oculta- item 9.1 – para RTVs	
População da cidade superior a:	prazo máximo para adaptação de equipamentos, até:
1 milhão de habitantes	junho de 2008
500 mil habitantes	junho de 2010
200 mil habitantes	junho de 2012
100 mil habitantes	junho de 2014
Demais cidades	junho de 2016

Fonte: ABERT, 2008.

Percebe-se que essa tabela demonstra quantos habitantes numa cidade, por exemplo, a cidade de São Borja não tem legenda na TV, porque há quase 62 mil habitantes, portanto, segundo as normas, não é obrigatório nessa tabela. Então, tornou-se obrigatório recém a partir de mês de junho de 2016.

#### 4.1.2 Janela de LIBRAS

Alguns programas da TV apresentam na tela, ao lado, o tamanho do intérprete de Língua de Sinais, os surdos preferem mais a janela de Libras, porque relatam suas dificuldades de compreensão das notícias jornalísticas veiculadas nos meios de comunicação. Também algumas pessoas surdas não conseguem ler a legenda na televisão, porque não são alfabetizadas. Entretanto, não é incomum surdos brasileiros, telespectadores e usuários da Internet, apresentarem dificuldades na compreensão das informações apresentadas em texto, seja por terem o português escrito como sua segunda língua, seja por deficiência em seu processo de alfabetização.

A maioria das pessoas surdas prefere a janela de LIBRAS, pois o uso da LIBRAS traz um completo entendimento aos surdos dos conteúdos por se tratar da sua língua materna. Porém, as emissoras de televisão do Brasil pensam em inserir a legenda em seus programas como uma forma de acessibilidade padrão em seus programas. Muitas

não querem inserir a janela de Libras, por não estarem dispostas a arcar com os honorários da contratação dos profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. A importância da LIBRAS aos surdos é visível, pois usam a sua primeira língua para o acesso completo das informações e compreensão. Mas, infelizmente essa acessibilidade ainda não é uma realidade aqui no Brasil, mesmo com legislação vigente que institui a obrigatoriedade de inserção, nas peças publicitárias para veiculação em emissoras de televisão, da interpretação da mensagem em legenda e na LIBRAS, sob a regulamentação do Ministério das Comunicações, que aprovou, em 27 de junho de 2006, a Portaria nº 310, que normatiza objetivamente a legenda e a janela de intérprete de Libras conferindo às pessoas surdas o direito de acesso às informações e entretenimentos televisivos.

Fausto Neto (2006) apresenta que o sistema midiático e as tecnologias de informação e comunicação utilizadas para com os surdos ocupam um lugar central na vida social cotidiana das pessoas e sua cultura, visto que se tornaram fonte primordial de informação, instrução, entretenimento e trabalho.

A figura abaixo apresenta alguns exemplos das imagens da janela de Libras na televisão brasileira:

Figura 21: Imagem retirada da internet na TCE na TV.



Fonte: <http://www.tce.ms.gov.br/portal/admin/db/noticia/thumb/192773.jpg>

Figura 22: Imagem retirada da internet pelo BBC News nos Estados Unidos



Fonte: [http://www.thepoke.co.uk/wp-content/uploads/2011/08/bbc\\_signer2.jpg](http://www.thepoke.co.uk/wp-content/uploads/2011/08/bbc_signer2.jpg)

Terceiro exemplo da janela de Libras, os estudantes do curso de Jornalismo na Unipampa (Universidade Federal do Pampa) campus São Borja, aprendem organizar os audiovisuais pela acessibilidade no Programa Pampa News é um web jornal educativo semanal. Por exemplo, a janela de Libras (Keli Krause, professora de Libras da mesma instituição) no programa TV Pampa News. Segue a maior informação da franpage do facebook <https://www.facebook.com/PampaNewsUnipampa?fref=ts>.

Figura 23: Youtube na franpage do facebook do Programa TV – Pampa News.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=MRcn8dNRLpl>

Segundo Charaudeau (2006), a acessibilidade de informação se baseia na hipótese de que o grau de compreensão de um discurso está ligado à simplicidade, à clareza com a qual o discurso é construído. Todas as escolas de jornalismo e os manuais de redação insistem nesse aspecto da escritura jornalística, aconselhando evitar uma retórica considerada muito escolar ou universitária, explicações muito complexas e o uso de um vocabulário excessivamente técnico. Entretanto, essas noções causam problemas na medida em que dependem de critérios que variam em função de múltiplos parâmetros ligados ao capital social, econômico, cultural (BOURDIEU, 1997) dos sujeitos a quem as mídias pretendem dirigir-se. O que é, em si, uma linguagem simples ou empolgada, e para que tipo de público? O que é, em si, uma explicação clara ou obscura, e para quem? Além disso, a acessibilidade não pode ser concebida da mesma maneira para cada suporte midiático (televisão, imprensa, rádio). Na verdade, a acessibilidade depende do imaginário linguístico concebido pela instância de enunciação, o imaginário ideal sobre o modo de escrever, o imaginário atribuído ao receptor segundo seu status social.

Figura 24: O programa de TV Record



Fonte: <http://danianepereira.blogspot.com.br/2014/07/hoje-em-dia-da-rede-record-com-presenca.html>

Percebe-se que há diversas formas de janelas de Libras na televisão. Em uma análise preliminar, foi possível observar que não há padronização, nem respeito às diretrizes da norma da ABNT para a janela de LIBRAS na Internet, indicando a

necessidade de orientar sua produção. Há, portanto, campo de trabalho para investigar a apresentação das janelas de LIBRAS produzidas por emissoras de TV e produtores de conteúdo web para instituições de ensino e empresas, apontar falhas e sugerir melhorias.

As normas brasileiras ABNT NBR 15290 sobre a acessibilidade em comunicação na televisão apresentam as diretrizes para a janela de LIBRAS tais como: o estúdio, que é o local onde será gravada a imagem de intérprete de Libras; a janela com o intérprete da Libras; o recorte ou wipe, isto é, quando a imagem do intérprete de Libras estiver no recorte e os requisitos para a interpretação e visualização da Libras:

a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor; b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor; c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta; d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor.

Deve haver continuidade na imagem da janela também na produção de DVDs em LIBRAS. A ABNT NBR 9050 apresenta também a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, desde 2005 apresenta que o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva, a sinalização e a forma de comunicação para as pessoas surdas, além do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), que apresenta na seção Multimídia a adoção em LIBRAS – intérprete humano e intérprete avatar 3D – como alternativa ao áudio.

No Brasil, o decreto nº 5.296/2004 define que cabe ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual tais como: circuito de decodificação de legenda oculta; recurso para Programa Secundário de Áudio (SAP); entradas para fones de ouvido com ou sem fio; subtítuloção por meio de legenda oculta; a janela com intérprete de LIBRAS; e a descrição e narração em voz de cenas e imagens.

O Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 apresentou que as normas e leis da acessibilidade: cidadania para todos como tal acessibilidade de comunicação somente a parte da comunicação seguida:

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

...[] d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.

Pesquisando em link do facebook fora do país, descobri essa interessante imagem de jornalística polonesa em que a apresentadora sinalizada é a central e a janela pequena é a falada.

Figura 25: No facebook de PZG.



Fonte: [https://www.facebook.com/ZGPZG/?hc\\_ref=NEWSFEED&fref=nf](https://www.facebook.com/ZGPZG/?hc_ref=NEWSFEED&fref=nf)

No ano de 2016, na propaganda eleitoral de vereadores, prefeitos e vices de vários partidos na televisão, percebi algumas janelas de Libras horríveis, pois muito pequenas, com sinalização pouca qualidade visual e outros. Constatei que praticamente não houve mudanças apesar dos dez anos da normalização da acessibilidade de ABNT NBR 15290. Na pesquisa foi constatado que, na nova lei, a resolução não fica clara sobre a janela de LIBRAS. A regulamentação baseava-se na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Tal lei, no Art. 44, inciso 1º, dizia que era necessário, na programação eleitoral, janela com intérprete de Libras ou legenda oculta. Ou seja, um ou outro serviço. Entretanto, a

Resolução nº 23.457, de 15 de dezembro do ano passado, mudou este cenário. Um parágrafo do site de ShowcasePro<sup>28</sup> evidencia que: A partir das eleições de 2016, os três serviços de acessibilidade na TV digital (legenda oculta, janela de LIBRAS e audiodescrição) passam a ser obrigatórios, como é possível ver nos trechos da resolução mencionada, dispostos abaixo:

Resolução nº 23.457, Capítulo VI, Art. 32, inciso 4º: “Os debates transmitidos na televisão deverão utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição (Lei nº 13.146/2015, Arts. 67 e 72, inciso III).”

Resolução nº 23.457, Capítulo VII, Art. 36, inciso 4º: “A propaganda eleitoral transmitida na televisão deverá utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição (Lei nº 13.146/2015, Arts. 67 e 76, inciso III).”

A Resolução nº 23.457 pode ser lida, na íntegra, no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por meio do link: <http://goo.gl/ikACjn>. Para mais informações sobre normas, deveres e regulamentações das eleições de 2016, o TSE disponibilizou material digitalizado em seu site. Basta acessar [tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016](http://tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016).

Percebe-se que na propaganda eleitoral já existem muitas janelas com intérpretes de LIBRAS. Mas, este momento não é só política, por que outros programas de canais não apresentam? Por que já tem a lei? Por que não se pratica em realidade?

Em dezembro de 2016, a ABNT publicou a norma ABNT NBR 15610-3: Televisão digital terrestre - Acessibilidade - Parte 3: Língua de Sinais (LIBRAS), elaborada pela Comissão de Estudo Especial de Televisão Digital (ABNT/CEE-085). O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), compreendendo o sistema de codificação de LIBRAS na transmissão e o processo de decodificação na recepção, mostra novo modelo padrão nacional sobre os modelos atuais de janela de LIBRAS cujos requisitos básicos estão descritos abaixo:

- Deve ser gravado em estúdio com equipamento adequado.
- Contrastes nítidos entre: Plano de fundo e intérprete, Vestimentas, fundo e pele do intérprete.
- Recorte ou wipe: Altura mínima: ½ da tela; Largura: ¼ da tela e evitar que o recorte seja encoberto por tarja preta ou legenda.

---

<sup>28</sup> É o mercado de tecnologia e TV digital para os serviços (closed caption, audescricao e língua de sinais) e acesso ao link: [http://showcasepro.com.br/eleicoes\\_2016.html](http://showcasepro.com.br/eleicoes_2016.html)

- Premissas para o modelo: 1. Recorte (o espaço da janela deve ser preservado sem que haja qualquer interrupção ou encobrimento por parte de imagens ou legenda. 2. Posição da janela: deve ser posicionada à esquerda da tela e não deve ser sobreposta por símbolos ou outras imagens. 3. Plano de fundo: deverá ser nas cores azul ou verde em tonalidade compatível para a aplicação da técnica chroma Keyer. 4. Enquadramento do intérprete: parte superior: entre 10 a 15 centímetros acima da cabeça; parte inferior: 5 centímetros abaixo do umbigo; parte lateral: espaço máximo dos cotovelos no momento em que os dedos médios se tocam em frente ao peito.

Buscando informações para conhecer a opinião de outros surdos sobre suas percepções e experiências com o *closed caption* na televisão foram criadas algumas perguntas e lançadas para alguns amigos surdos participantes de um grupo no WhatsApp. Após as trocas e discussões foram organizadas as principais informações, registradas a seguir.

Surdo A: disse que o close caption é muito importante, pois auxilia no estudo do português e amplia seu conhecimento e vocabulário nesta língua, uma vez que é bilíngue.

Surdo B: Diz não conseguir acompanhar a legenda, tendo em vista sua velocidade, havendo assim perda de informação. Que nas televisões analógicas a escrita era realizada em três linhas e agora nas televisões digitais são apenas duas linhas, exigindo assim uma leitura mais rápida e dinâmica.

Surdo C: Diz que, como uma pessoa idosa, prefere a janela de LIBRAS, pois não consegue acompanhar a velocidade da legenda e nem enxergar a mesma com nitidez, mas principalmente pelo fato de o português ser sua segunda língua e a LIBRAS a primeira língua.

Surdo D: Disse perceber que a maioria das emissoras utilizam closed caption e que há a janela de Libras apenas no canal da TV Senado e em alguns programas religiosos.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, adotada em 13 de dezembro de 2006, é considerada o primeiro tratado internacional dos direitos humanos que vem tendo eficácia na alteração de condutas de Estados e sociedade destacando a importância no âmbito da acessibilidade, comunicação e a necessidade de garantia do direito ao acesso à informação e comunicação para as pessoas com deficiências auditivas e surdas.

O artigo 30 trata da “Participação na vida cultural, e em recreação, lazer e esporte” e destaca nos itens 1-b a função do Estado em garantir aos deficientes formatos acessíveis de programas audiovisuais e condições para que possam desenvolver seu potencial criativo, artístico e intelectual, em seu item 2. A garantia do uso de linguagens específicas e manifestação de culturas de deficientes auditivos segue-se no item 4:

1. Partes de Estados reconhecem o direito das pessoas com deficiência a participar na vida cultural, em base de igualdade com as demais pessoas, e deverão tomar todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:(...) b. Usufruir o acesso a programas de televisão, filmes, teatros e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e (...) 2. Os Estados Partes deverão tomar medidas apropriadas para permitir que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade. (...) 4. As pessoas com deficiência deverão fazer jus, em base de igualdade com as demais pessoas, a terem reconhecida e apoiada sua identidade cultural e linguística específica, inclusive as linguagens de sinais e a cultura dos deficientes auditivos. (...)

Sobre a acessibilidade na Inglaterra, o autor Angeluci (2012, p.16) relata que:

As emissoras são obrigadas a apresentar relatórios trimestrais sobre a veiculação de conteúdos acessíveis. Em geral, boa parte das emissoras cumprem e chegam a exceder a quota exigida de transmissões com legendas para surdos, áudio-descrição e ainda com interpretação na língua de sinais.

#### 4.1.3. Estudos sobre televisão e as iniciativas de transmissões televisivas para surdos

Uma televisão voltada para o mercado, com todo um contexto histórico, econômico e político dos donos e produtores abarca o processo de valorização, mediante a publicidade e o marketing dos produtos, tanto mercadológicos quanto simbólicos, e chega à sua aplicação, pela indústria cultural, a todas as camadas da sociedade, como é de seu interesse. O que se passa na televisão é determinado pelas pessoas que a possuem, pelos anunciantes que pagam a publicidade, pelo Estado que dá subvenções, e se soubéssemos, sobre uma emissora de televisão, apenas o nome do proprietário, a parcela dos diferentes anunciantes no orçamento e o montante das subvenções, não compreenderíamos grande coisa (BOURDIEU, 1997, p. 19-20).

Além de criar novas redes de distribuição transnacionais, o desenvolvimento da transmissão direta por satélite e outras tecnologias expandiram o mercado global dos produtos da mídia (THOMPSON, 2011).

A televisão surge no Brasil na década de 1950, sendo a rede Tupi a primeira emissora de televisão na América do Sul. Após seis anos da inauguração da televisão brasileira houve um grande crescimento de estações, de mais telespectadores, de mais receptores, maior volume de verbas publicitárias, portanto a criação de mais emissoras de televisão ampliando sua programação com musicais, novelas, humorísticas, noticiários, esportes e outros.

Pelos anos 1970 teve início uma presença maior do Estado no campo dos meios de comunicação (até então gerenciados pelo setor privado) quando da implantação de um sistema educativo de rádio e televisão, com as televisões educativas conhecidas como TV Pública.

A mobilização social para democratizar a comunicação no Brasil se deu com a criação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais. Até os dias de hoje, um sistema público de comunicação é necessário para a democracia, com uma televisão voltada para a sociedade, com programação que valorize o público não somente como consumidor, mas fundamentalmente como cidadão. Isto deveria ser contemplado dentro de políticas públicas, e os temas referentes à comunicação social serem debatidos na opinião pública com diferentes setores da sociedade.

Em relação aos primeiros anos de TV no Brasil, percebe-se que não houve uma lei geral e normas específicas até a Constituição Federal de 1988, no que se refere ao capítulo sobre a comunicação:

Art. 223. Compete ao poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e de imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. (BRASIL, 1988).

A implantação da TV Pública desde 2007 é uma aspiração histórica de segmentos da sociedade brasileira preocupados com a pluralidade e a democratização do acesso à informação. Foi criada a EBC – Empresa Brasil de Comunicação, mas a autora Lopes (pág. 13, 2015) relatou que:

A criação da EBC não significou reforma do setor para adequação da legislação às transformações sociais, culturais e tecnológicas pelas quais passou o país desde 1962, ano em que foi instituído o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), a principal lei que ainda rege a radiodifusão.

Torves (2007) apresenta que o conceito de televisão pública tem como pressupostos cinco eixos fundamentais: a democracia, a cidadania, a visibilidade dos atores sociais, a linguagem audiovisual e os gêneros e os discursos que esta televisão deve ter e experimentar. Assim, a radiodifusão pública aparece como um dos recursos para promover a diversidade informativa e a valorização de aspectos culturais locais,

regionais e nacionais de território que, historicamente, não têm sido contemplados pelos meios mercantis de comunicação (LOPES, 2015).

A maioria das pessoas considera que a TV Pública é uma televisão estatal, mas não é, porque deve ter independência financeira tanto do poder estatal, quanto da iniciativa privada. Lopes (2015) afirma que há falta de clareza na delimitação das fronteiras entre a comunicação de caráter público e estatal.

Carlos Nelson Coutinho (2008 *apud* LOPES, 2015, p. 23) entende os conceitos diferentes entre a TV pública e o estatal e afirma que:

Se o público não é sinônimo de Estado, já que a sociedade civil também tem uma indiscutível dimensão pública, também pouco é sinônimo de anti-Estado. Se faz necessário não ocultar do estatal a sua dimensão pública. Se a televisão pública é uma instituição do Estado ou do poder executivo federal, por conseguinte será uma instituição financiada e/ou mantida com dinheiro público ou do político, logo é pública.

Em relação à TV segmentada, pode-se dizer que a particularidade de atingir um número menor, porém mais específico, de receptores ao mesmo tempo, partindo de um único emissor, por exemplo, pequenas empresas que não possuem verba para investir em meios de comunicação tradicionais, podem agora expor sua marca para públicos específicos na internet. A teoria de Chris Anderson, mostrou como a Internet facilita a segmentação de públicos, com a potencialização da criação de nichos e micronichos. Graças a esse novo meio, pessoas com interesses e características em comum, mesmo que distantes geograficamente umas das outras, podem se agrupar e interagir em comunidades específicas.

Torves (2007) analisou o modelo de TV segmentada, sendo que há três tipos (universitária, comunitária e canais instituições). A TV Universitária tem como característica a segmentação e a regionalização por Universidades e Instituições de Ensino Superior, é proibida de comercializar a sua programação e não concorre com as tevês educativas, mas não se presta a ser teleaula. [...] Há projetos de desenvolvimento de programação no sentido de oferecer ao público noticiário, entretenimento, lazer e debates críticos sobre temas que interessam à sociedade e que não são privilegiados pelas emissoras comerciais, que seguem a lógica do mercado ou do poder político. Desde 1995, a primeira TV Universitária foi TV Campus (UFSM – Universidade Federal de Santa Maria), seis meses depois, foram criadas outras: TV UNISINOS (2000), Porto Alegre, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Caxias do Sul.

A Associação Brasileira da Televisão Universitária – ABTU foi fundada, em 30 de outubro de 2000 para congregar as Instituições de Ensino Superior (IES) que produzem televisão educativa e cultural. É uma entidade criada para apoiar as Universidades que desejam explorar as possibilidades da televisão.

Conforme Lopes (2015) O Brasil tem seiscentos e cinco canais transmitindo TV Universitária e mais cento e sete de Instituições de Ensino Superior produzindo Televisão no Brasil, Os gêneros mais utilizados (entrevista, debate, palestra, revista, jornalística, documentário e outros), poucos programas de entretenimento, pouco esporte, música, teatro e cinema universitários, canais de cidades menores funcionam como Canais Locais: programação generalista e pouca diversificada. Somente duas universidades do Rio Grande do Sul fazem parceria com a ABTU (TV Unisinos e TV Feevale). Associar-se à Associação Brasileira da Televisão Universitária é importante porque cresce em nosso país, tanto numericamente quanto em participação política e social, convocadas para frequentes parcerias com os setores governamentais, públicos e privados, ONGs e entidades representativas.

A TV comunitária é formada por entidades sem fins lucrativos e não governamentais. É um serviço privado, dotado de estatuto público, que pressupõe requisitos de pertinência cultural e produção local com uma programação que tenha os princípios de preservar horários de livre acesso da comunidade. Os Canais institucionais são os destinados às instituições de caráter público. São os canais dos legislativos que têm como missão se comunicar com a sociedade brasileira. (TORVES, 2007, p. 76).

Há um programa apresentado por surdos, chamado Curta LIBRAS<sup>29</sup> na TV campus UFSM que iniciou em 2016 na cidade de Santa Maria. Esse programa apresenta diversos assuntos como: gastronomia, vida fitness, arte, cultura e outros. A programação da TV Campus UFSM pode ser acompanhada pelo canal 15 da Net Santa Maria. A imagem abaixo é de gastronomia na Curta LIBRAS:

---

<sup>29</sup> *Curta Libras* traz um contexto de experiências particulares, possibilitando a não generalização das capacidades da pessoa surda e acesso ao link: <http://tvcampus.ufsm.br/programa/temporarios-sociais-educacao-ministerios>



Fonte: <http://tvcampus.ufsm.br/video/curta-libras-23-gastronomia-risoto>

Outro programa, “Notícia em Movimento” na TV UFPR<sup>30</sup> uma emissora de televisão da Universidade Federal do Paraná na cidade de Curitiba.



Fonte: <https://ufprtv.wordpress.com/tag/libras/>

<sup>30</sup> É a emissora de televisão da Universidade Federal do Paraná, com objetivo de divulgar conhecimento acadêmico, científico, cultural e de utilidade pública à comunidade, diversos temas como saúde, educação, pesquisas, cultura, música, literatura, profissões, cinema, mídia. Acesso ao link: <https://ufprtv.wordpress.com/tag/libras/>

Nesse sentido, com os dois programas das TVs universitárias, podemos refletir e discutir nas instituições de Ensino Superior sobre a programação variada produzida por esses meios de comunicação para divulgação. Assim, propor para ABTU a liberação de verbas para surdos e LIBRAS, pois é de grande importância o papel das TVs universitárias na divulgação, informações e conhecimentos para as demais universidades das regiões do Brasil.

Apresento a seguir a classificação de TV Brasileira:

	<b>Ano</b>	<b>Conceito</b>	<b>Princípios</b>
TV Aberta ou Pública		É um serviço oferecido gratuitamente à população pelas emissoras de televisão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- TV comercial</li> <li>- Canais educativos</li> <li>- Canais religiosos</li> <li>- Canais de notícias</li> <li>- Canais de agronegócios</li> <li>- Canais de governo</li> <li>- Emissoras locais</li> </ul>
TV por assinatura ou TV Paga ou TV fechada	1990		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Canais de variedades</li> <li>- Canais educativos</li> <li>- Canais de filmes e séries</li> <li>- Canais de músicas</li> <li>- Canais esportivos</li> <li>- Canais de notícias</li> </ul>
TV Segmentada	1995	Somente pode se ter acesso mediante o pagamento de assinatura mensal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- TV Universitária</li> <li>- TV Comunitária</li> <li>- Canais Institucionais</li> </ul>

Fonte: Lopes (2015), Torves (2007) e Menezes (2013).

O argumento de Lopes (2015), Torves (2007) e Menezes (2013) sobre orientações de diversas televisões e quem paga controla:

	<b>Financiamento: Quem paga controla?</b>	<b>Associação</b>
TV Aberta		
TV Pública	- Recursos Públicos - Recursos privados/comerciais - Misto ou diversos	<b>ABEPEC</b> – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais.
TV Universitária	Ao limite de valor pela verba financeira do governo.	<b>ABTU</b> – Associação Brasileira da Televisão Universitária.
TV Comunitária	- Apoio cultural - Proibição de propagandas comerciais	<b>ABBCOM</b> - Associação Brasileira de Canais Comunitários
TV Educativa		<b>ACERP</b> – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

Tabela 2: Quem paga controla na televisão  
Fonte: Lopes (2015), Torves (2007) e Menezes (2013).

Percebe-se que é de fundamental importância que a televisão brasileira, como ACERP incluindo a TV INES, a TV campus UFSM e a TV universitária propiciem que nós surdos possamos estudar temas com aperfeiçoamento e buscar informações de pesquisas nos programas de televisão aos quais temos acessibilidade. Sendo assim são de suma importância as contribuições e informações para a cidadania comunicativa surda em várias cidades do Brasil.

#### 4.1.4. Os programas de Surdos na televisão em outros países

Se pensarmos na ótica da TV Pública, que teria como pressuposto promover cidadania, inclusão e visibilidade dos diferentes atores sociais, os programas de surdos na televisão ganham a importância da semiótica imagética e a mediação semiótica entre a comunicação, especificamente para o público surdo, pois os telespectadores surdos visualizam a tela com as imagens. Peirce (2005) define um signo como aquilo que representa alguma coisa para alguém. É uma entidade que estabelece relação entre três dimensões: o seu representante, o seu objeto e o seu interpretante, isto é, os

componentes da tríade peirciana. O signo saussureano é uma estrutura bifacial que compreende por constituintes o significante e o significado.

Na língua de sinais e seu espaço visual, também existem referências à semiótica imagética, à importância da imagem enquanto signo. A definição de Santaella e Campello (2007) apresenta a seguinte explicação sobre a semiótica imagética:

[...] é um estudo novo, um novo campo visual no qual se insere a cultura surda, a imagem visual dos surdos, os olhares surdos, os recursos visuais e didáticos também. Esclarece que isto não é um gesto ou mímica, e sim signo [...] podem usar os braços, as mãos, o corpo, os dedos, os pés, as pernas em semiótica imagética (p. 106).

Há poucas informações de análise de material sobre os programas de surdos na televisão brasileira. Na pesquisa foram encontrados alguns materiais nos Estados Unidos, na Europa e na Oceania. Os diversos idiomas traduzidos para o português utilizando ativar google tradutor automático, fornece o resumo e apresenta uma cronologia da história de programa de surdos na televisão próprio de cada país.

Nos Estados Unidos, no ano 1950, mas o primeiro ator surdo apareceu na televisão, na década de 1970, sendo que a maioria dos papéis de surdos foi interpretada por atores de ouvintes, mas também houve crescimento de atores surdos na televisão.

Se houvesse uma idade de ouro da surdez na televisão, ele teria que ser a década de 1980. Durante essa década, você mal podia ligar a televisão sem ver um ator surdo desempenhando seu próprio papel.

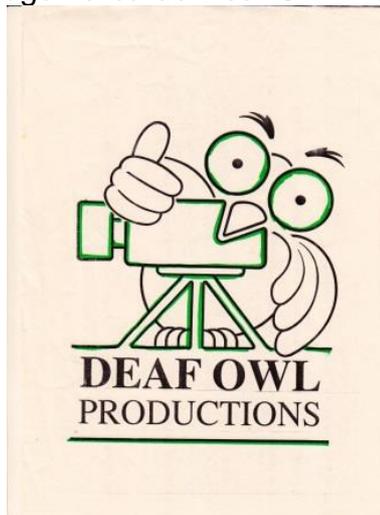
Houve inúmeras oportunidades para atores surdos na televisão na década de 1990. Durante essa década, a atriz surda Marlee Matlin provou que ela podia atuar na televisão.

Na Inglaterra há Nick Sturley, um escritor da história dos meios de comunicação para surdos que tem a logomarca da empresa Produções Corujos surdos e o inglês é de Deaf Owl Productions<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Deaf Owl Productions é uma empresa da televisão para surdos na Inglaterra.

Figura 26: A logomarca de Deaf Owl Productions



Fonte: <http://limpingchicken.com/2013/12/24/deaf-owl-sturley/><sup>32</sup>

No início dos anos noventa, foi fundada pelo Deaf Owl Productions, a primeira empresa de televisão para surdos na cidade de Gateshead, no Nordeste da Inglaterra, esta empresa foi única em todo o mundo.

Em março de 1992, cinco profissionais surdos formaram um curso de cinema e televisão profissional de dois anos no North East Media Training Centre (NEMTC) na mesma área. Os pequenos grupos de mídia para surdos começaram a organizar uma empresa para surdos na Inglaterra, com objetivo do projeto, gerido pela BDA, e propor parceria com a BBC (British Broadcasting Corporation) na televisão. Mas não foram aceitos, porque o grupo formado apenas de surdos não teve a credibilidade exigida pela direção da empresa que teve medo de que não trabalhariam de forma correta.

O grupo de Deaf Owl Productions apresentou dificuldade na administração e no dia 24 de dezembro de 1993, com apenas 21 meses de administração, fechou, pois gastou muito material em termos de tecnologia e recursos como os custos de despesas de funcionamento da empresa, as despesas gerais, alta Minicom e fax contas, imposto de renda e da empresa, os salários (eles eram escassos), pagando por intérpretes de BSL e a grande recessão de 1993 teve um sério impacto sobre eles.

---

<sup>32</sup> Este link não funciona, pois o Nick Sturley criou um livro sobre a história de meios de comunicação na Inglaterra. Quando pesquisei nessa parte da história funcionou normal e mais três imagens abaixo também.

Figura 27: Deaf Owl Productions



Fonte: <http://limpingchicken.com/2013/12/24/deaf-owl-sturley/>

Na foto, o grupo de surdos na ocasião em que organizaram uma série para surdos, produzido por Tyne Tees Television<sup>33</sup> para o Channel Four<sup>34</sup>, estava sendo descontinuado, porque queria algo novo, por isso tiveram tempo para trabalharem juntos no desenvolvimento de uma nova série.

Com a ajuda de uma doação, compraram uma câmera analógica Betacam<sup>35</sup> por \$ 30.000, já que não dispunham de tecnologia digital. Tudo envolveu um processo longo e lento. Tiveram que gravar em uma fita Betacam, em seguida, transferir as imagens em fitas VHS com o timecode<sup>36</sup> visível na parte superior da imagem. Tiveram uma fatia do orçamento de SINAL ON e foram encarregados de produzir os itens de programa de curta duração para dois de seus quatro segmentos da série, tais como poesia, histórias, humor e perfis em Língua Britânica de Sinais – BSL.

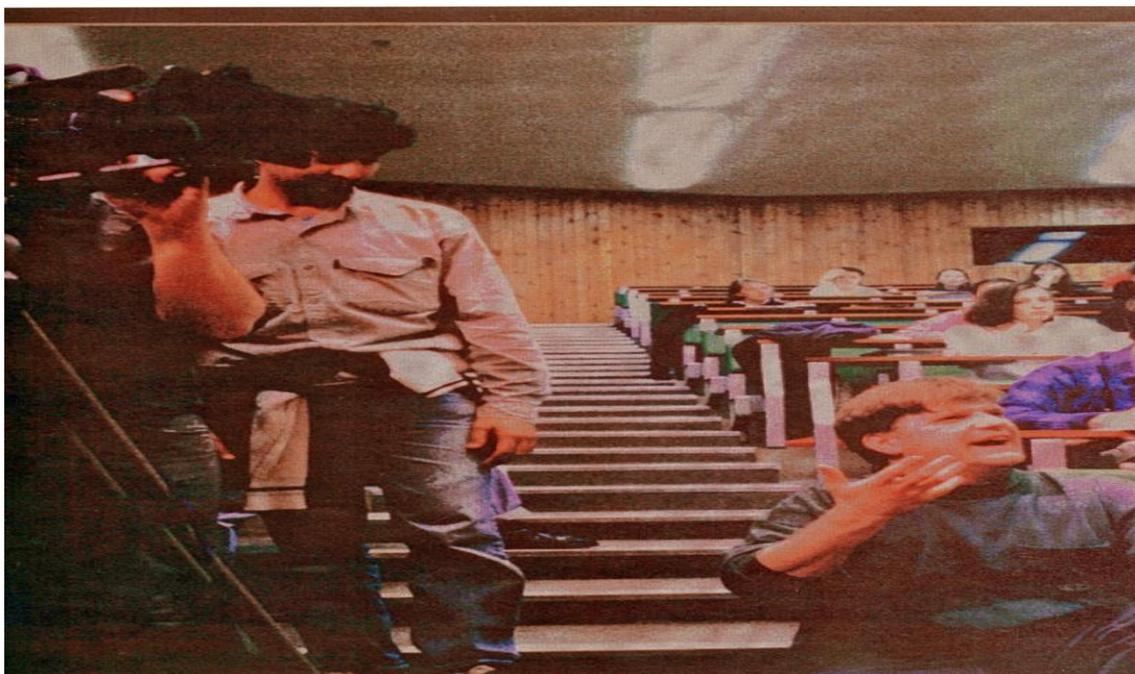
<sup>33</sup> Tyne Tees Television é uma franquia de televisão no Nordeste da Inglaterra.

<sup>34</sup> Channel Four é uma rede de televisão britânica para o serviço público e canal de televisão aberta.

<sup>35</sup> Betacam é uma família de formatos de videoteipes profissionais de meia polegada (1/2") criada pela Sony.

<sup>36</sup> Timecode é um cronômetro do funcionamento dos sistemas de vídeos.

Figura 28: A equipe de Deaf Owl Productions.



Fonte: <http://limpingchicken.com/2013/12/24/deaf-owl-sturley/>

Essa empresa Deaf Owl Productions ganhou um prêmio RTS Nordeste, como o melhor programa da série em 1993, produzido por John Wilson.

Tiveram de recorrer a convites Minicom<sup>37</sup>, faxes, visitas e anunciados pois havia necessidade de gritar e o alcance da voz na BBC e Channel 4 páginas de teletexto, respectivamente. Não tinham tecnologia como a internet, e-mail ou SMS. Os celulares eram grandes, volumosos com longas antenas e tiveram que contar com os membros da tripulação de audiência para fazer chamadas com nome durante as filmagens.

Também tiveram uma equipe de filmagem com um intérprete BSL, que também era o diretor, porque a comunicação é facilitada com outras pessoas nas diversas empresas. Também a equipe de filmagem sempre consistiu em três: o homem de câmera, o assistente de câmera e a gravação de som. Hoje, são apenas duas ou três pessoas que partilham o papel de direção, câmera, som (mesmo intérprete de BSL assumia esse papel de Surdos do diretor), pesquisador/apresentador e eles podiam fazer o trabalho em um dia.

---

<sup>37</sup> Minicom é um programa de controle de modem baseado em texto para o sistema operacional "Unix".

Então o diretor da série disse que não confiava em um surdo de câmera e sugeriu que deviam usar a própria câmera, não só porque era melhor e mais fácil trabalhar com uma câmera de surdos, mas também para salvar dinheiro já que tiveram que pagar a equipe de filmagem audiência do orçamento atribuído e já estavam lutando financeiramente.

Então, em setembro de 1992, foi dada a oportunidade de produzir cinco programas de um minuto para serem exibidos nos intervalos comerciais durante a Semana de Conscientização Surdos do BDA até outubro.

Apesar de cansativo, todos se envolveram de forma fantástica nos três dias filmando em todo o Nordeste, perfilando quatro pessoas surdas, que mostraram os seus talentos escondidos. O pequeno grupo trabalhou muito. O quinto e último segmento foi um autoperfil dos Surdos Coruja. Esses programas foram um enorme sucesso na região do Tyne Tees com mais de 1.800 pessoas ligando para o número especial que foi exibido no final de cada programa para pedir mais informações sobre BSL e conscientização dos Surdos.

O diretor da série ficou encantado quando viu os filmes que provaram que um câmera surdo pode fazer o trabalho de forma tão eficaz quanto um câmera ouvinte. A partir daí, começaram a confiar mais na capacidade dos surdos. Joe Collins foi convidado sendo o primeiro surdo a realizar e contar a história da radiodifusão na área de televisão para surdos. O Channel Four resolveu ajudar e fazer várias reuniões com eles, mas não resolveram nada.

Uma decisão difícil e dolorosa foi feita por Deaf Owl Productions na administração. Pouco antes do Natal, todos seguiram caminhos separados, fechando a empresa na véspera de Natal. No entanto, Deaf Owl Productions foi o pai de todos. Com certeza, orgulho de todas as cinco pessoas que dirigiam a empresa.

Na Austrália, em 1992, crianças surdas de Melbourne participaram da TV Oficina criada por um grupo de Petrie Street, Frankston<sup>38</sup>. Foi a primeira organização TV surdo na Austrália. Em 1993, Deaf TV Network (DTN) lançou o primeiro surdo em transmissão de programas de TV na Austrália. Foi transmitido a partir do estúdio de TV Acesso Norte, no

---

<sup>38</sup> Franktson é uma cidade no Sul de Australia.

Canal 31. Jolimont Praça Clube (clube surdo em Jolimont) tornou-se o primeiro patrocinador pago para anunciar a sua atividade em uma pausa no programa.

O projeto nacional Deaf TV foi criado em 1998 por um homem surdo, Tony Clews em Sydney e foi executado por uma subcomissão da Associação Australiana de Surdos. Durante suas viagens ao exterior, Tony ficou impressionado com a disponibilidade e qualidade dos programas nacionais de televisão para as pessoas surdas no Reino Unido e na Europa. Isso o inspirou a trabalhar no sentido de estabelecer programas de TV semelhantes para surdos australianos. O projeto foi formalmente estabelecido como um subcomitê de Surdos Austrália em sua Assembléia Geral Ordinária, em 1999.

O objetivo NDTV<sup>39</sup> é ter um programa surdo regular na TV em rede nacional na Austrália, com Auslan (Australian Sign Language), legendas e dublagens para torná-lo acessível para todos.

Em 2002, Surdo TV de Melbourne (DTV) tornou-se a terceira organização surda para transmitir na Austrália, quando seu primeiro programa SURDO TV foi exibido no canal 31 em Melbourne e Geelong. De abril de 2002 a janeiro de 2011, DTV apresenta toda série SURDA TV.

A língua de sinais existe na Austrália, mas ainda não há um programa de TV importante na Auslan<sup>40</sup> para surdos australianos, suas famílias e amigos, e outras pessoas interessadas.

Deaf TV produção Austrália. Há pelo menos 16 mil surdos australianos cuja língua principal é Auslan. Essas pessoas têm familiares e amigos que também usam Auslan, aumentando assim o número de pessoas que usam essa língua. Australianos surdos não se veem como deficientes. Em vez disso, eles se identificam como membros de um grupo minoritário cultural e linguística conhecida como a comunidade de surdos australianos.

Para acessar as informações, leem jornais e revistas, ouvem rádio e TV, que são em grande parte em Inglês. Porém Inglês é uma segunda língua para muitas pessoas surdas, uma linguagem inacessível ou de difícil compreensão. A forma mais equitativa para informar totalmente surdos, em um nível igual ao ouvir as pessoas, é apresentar informações visualmente em Auslan na TV.

---

<sup>39</sup> NDTV é a sigla de National Deaf TV, traduzida em português: "Televisão Nacional de Surdos".

<sup>40</sup> Auslan (Australian Sign Language) traduzida em português: "Língua de Sinais Australianas".

Informação transmitida em Auslan vai capacitar as pessoas surdas, fomentar o desenvolvimento da identidade e da autoestima dos jovens, bem como aumentar a conscientização da comunidade surda, a sua língua e cultura na comunidade em geral. Os pais e famílias de crianças surdas de toda a Austrália também iriam encontrar aí um recurso valioso.

Além disso, a Austrália tem uma das populações mais diversificadas do mundo. Programas de televisão produzidos na Austrália devem refletir isso, a fim de informar, educar e entreter, incluindo programas feitos por pessoas surdas.

Países como a Dinamarca, Alemanha, África do Sul, Suécia, Reino Unido e EUA têm programas de TV feitos para pessoas surdas por pessoas surdas. Outros países incluem a língua de sinais como parte de seus noticiários. Por que não a Austrália?

Os programas de surdos na TV surdos serão produzidos em estilo, em Auslan. Esses programas incluem: Entrevistas, Notícias semanais, Educação, Segmentos infantil, Cozinha, Minissérie dramática, Fóruns, Entretenimento, Viagem, Segmentos de programa internacional surdo na TV, Assinatura Canção, Histórias de pessoas surdas em culturas indígenas, Trechos de eventos surdos de todo o mundo trabalho NDTV a data.

As propostas apresentadas para o SBS<sup>41</sup> e ABC foram rejeitados. Ambas as emissoras alegaram que o custo de produção de um programa surdo de TV era demasiado elevado. SBS TV transmite 57% de seus programas em outros idiomas além do Inglês, mas não Auslan. SBS Radio é transmitido em 68 línguas, mas as pessoas surdas não podem acessar rádio.

Da mesma forma, a Carta do ABC afirma que seus "programas de radiodifusão contribuem para um sentimento de identidade nacional e de informar e entreter, e refletem a diversidade cultural da comunidade australiana".

Como pode a comunidade surda ganhar um sentido de identidade nacional e ser informada quando nenhum dos programas de TV ABC são mostrados na Auslan para refletir este aspecto da diversidade cultural da Austrália?

---

<sup>41</sup> SBS (Special Broadcasting Service), em português, seria traduzido como "Serviço Especial de Radiodifusão". É um programa de linguagem múltipla disponível através da SBS TV, rádio e internet, que garante que todos os australianos possam compartilhar as experiências dos outros e participar da vida pública. A qualidade dos nossos programas e a multiplicidade de nossos pontos de vista provém da liberdade que temos de recorrer ao melhor de todas as culturas para a nossa programação. Segue o link: <http://www.sbs.com.au/aboutus/our-story>

Além disso, Corporate Plano 2001-2004 Visão da ABC: "... enriquecer a vida de todos os australianos, oferecendo uma maior escolha de programas que informam, educam e divertem". A realidade é que a comunidade surda não tem escolha. A NDTV vai continuar a incitar a criação de um programa de TV em Auslan para surdos australianos. O apoio de pessoas e empresas seria muito apreciado.

No final de 2005, o subcomitê de NDTV foi oferecida uma oportunidade ao TVS, o recém-restabelecido Canal 31. Algumas pessoas se juntaram à equipe, enchendo número de até oito anos e começaram a produzir "Poste de sinalização", um programa de meia hora na revista Auslan.

Agora em sua segunda série, o premiado show é um movimento proativo pela comissão demonstrando as possibilidades informativas e de entretenimento da programação Surdos. Veja a página de Posta os sinais para mais informações.

Na Irlanda, HandsOn é o programa produzido por uma equipe mista (surdos e ouvintes), e há nove apresentadores surdos que trabalham no apresentando o programa através Língua Irlandesa de Sinais (ISL), a primeira língua da comunidade surda na Irlanda. O programa também tem como subtítulo em Inglês voice-over.

O programa vai ao ar duas vezes por mês, em RTÉ One<sup>42</sup>, emissora nacional de serviço público da Irlanda. O programa vai ao ar todos os sábados às 12:30 com uma repetição aos domingos às 10:30. Também pode-se sintonizar Hands On na RTÉ Player. Verifique as suas listagens de TV para quaisquer alterações. Hands On exibido pela primeira vez em RTÉ em 1996 e, atualmente, produzindo a décima segunda série do programa.

---

<sup>42</sup> RTÉ One é o canal de televisão principal da Raidio Teilifís Éireann (RTÉ) e é o mais popular da Irlanda.

Figura 29: O programa " Hands On".



Fonte: <http://www.rte.ie/tv/handson/>

Figura 30: Tempo de previsão do Hands On.



Fonte: <http://irishdeafyouth.com/wp-content/uploads/2011/07/Sarah-Jane-Maloney-ISL-Forecast-2.jpg>

Encontram-se mais informações nos sites com resumo da história do programa de surdos na televisão da Irlanda. Segue o link do site: <http://www.rte.ie/tv/handson/about.html> e [http://en.wikipedia.org/wiki/Hands\\_On\\_\(TV\\_series\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Hands_On_(TV_series)).

A SignLanTV.org é transmitida em vários países. É muito interessante, pois o trabalho de televisão apoiadora e intérpretes, apresentadores, dirigentes do programa de surdos de nove países (Eslovênia, Finlândia, Suécia, Estônia, República Checa, Eslováquia, Espanha, Alemanha e Reino Unido) são filiados dessa empresa.

A primeira tela da China: ZhouYe interpreting Gongtong Guanzhu for CCTV (China Central TV), a segunda tela direita da Irlanda: apresentadora surda Caroline Worthington explicando sinais de tempo para a RTÉ Tempo com a assinatura de voz sobre apresentadora; a terceira tela de Polônia: Apresentador surdo sinalizando no Studio e quarta tela de Tcheca Republicada: o apresentador surdo sinalizando no gravando vídeo.

Figura 31: Os programas de surdos nos diferentes países:



Fonte: <http://tv.signlangtv.org/>

Percebe-se que o Brasil não tem filial dessa empresa. Seria interessante saber mais informações de como funciona. Será que os brasileiros surdos não sabem ou não fazem muitos documentos com parceria ou outros? Como curiosidade, como conseguem fazer filial e também, fica registrado o interesse em pesquisar mais informações sobre a empresa SignLangTV.org.

Sobre essa empresa Signlangtv.org não há história e para a pouca informação, seguir o link do site: <http://tv.signlangtv.org/>.

#### 4.1.5. Os programas e propagandas para surdos no Brasil

O programa de Surdos na televisão chama-se Jornal Visual<sup>43</sup> foi criado em outubro de 1995, é o único telejornal exibido em LIBRAS no estado de Minas Gerais. Com duração média de oito minutos, sem intervalos comerciais, a transmissão é feita de segunda a sexta-feira, sempre às 7h50min, com reapresentações às 12h50min. E aos sábados, 12h25min.

A pesquisa da cronologia da história de programa Jornal visual apresenta pouca informação na Wikipédia. Apenas que um jornal brasileiro da TV Brasil na emissora de televisão original “TV Brasil”, é voltado para deficientes auditivos e surdos. É exibido em LIBRAS, o diretor é Willian Leite e a apresentadora e intérprete Claudia Jacob.

O programa teve início em 15 de novembro de 1993. Exibia informações, notícias, entrevistas, bastidores e destaques sobre assuntos em LIBRAS. Saiu do ar em 25 de dezembro de 1998. Reestreou em 5 de maio de 2003 e saiu do ar em 14 de janeiro de 2004. Voltou em 2006 e está no ar até hoje.

Percebe-se que muitas pessoas surdas não assistem a este programa, porque não têm canal de televisão, usando antena simples, somente quem tem SKY tem acesso para assistir o Jornal Visual do Estado de Minas Gerais e também parceria com a TV INES pela WebTV.

Figura 32: A imagem do Jornal Visual



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/2Yf3Q2jXk4o/hqdefault.jpg>

<sup>43</sup> O programa Jornal Visual apresenta pouca informação e a seguir o link da Wikipédia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal\\_Visual](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_Visual).

A seguir as imagens da evolução do telejornal nos anos 1993, 2008, 2009 e 2014 (última imagem do Studio de TV com maior informação no link: <http://tvbrasil.ebc.com.br/visual/outrasfotos>).

Figura 33: Programa "TV Brasil- EBC".



Fonte: <http://tvbrasil.ebc.com.br/jornalvisual/episodio/jornal-visual-21052013>

A primeira propaganda comercial para surdos no Brasil foi criada pela empresa Havaianas em 2006, apresenta que uma garota falada sobre chinelo marca Havaianas e a janela de intérprete deu olhada em cima da garota, o que se torna engraçado.

Figura 34: Youtube sobre a propaganda "empresa Havaianas".



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=EKFfeAKE8cUY>

A empresa Havaianas é responsável da propaganda dos chinelos havaianas, mas o anúncio expressa palavra Surdo-mudo, isto é, palavra incorreta.

A mídia fala do mundo para vendê-lo ou para agilizá-lo em termos circulatorios – sua verdadeira agenda é a do liberalismo comercial. Sua moral utilitarista, com o mercado como vetor de mudanças (portanto, um moral liberal de comerciantes, anglo-saxônica em velho acento liberal sobre o individualismo e mercado), não contempla a utilidade social, pelo contrário, é privatista e redutora da sensibilidade quanto ao coletivo. Uma das matrizes semiótica-literárias dessa atitude é o romantismo popular, cujo *ethos* sustenta a personalidade eternamente insatisfeita, propensa a consumir toda e qualquer promessa (narrativas escapistas, artefatos narcísicos, etc.) de consolo ou preparação do tédio individual (SODRÉ, 2009, p. 64).

A propaganda de televisão comercial da empresa VIVO, ano 2010 apresenta um casal, e mostra como é possível se comunicar através de "torpedos" mesmo quando uma pessoa é fisicamente limitada. O encontro de um jovem surdo com sua namorada numa sorveteria é marcado por SMS. Para garantir a realidade da situação.

Figura 35: Youtube sobre empresa Vivo



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3HzHv97mCHA>.

O Banco do Brasil ofereceu uma propaganda sobre Feliz 2012 e uma parte mostra em Libras.

Figura 36: Youtube da empresa Banco do Brasil.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=BUxyREWqzQ4>.

Em 2014, a Caixa exibe um comercial sobre o financiamento de nova casa. Com o objetivo de reforçar o conceito "Só quem é mais que um banco", o vídeo trata de um diferencial de relacionamento da CAIXA com seus clientes surdos.

Figura 37: Youtube da empresa Banco Caixa Federal Econômica.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=zwnHxaBxhu0>.

Em 2010, a empresa Asseptyc ofereceu uma propaganda sobre alguns momentos, falar é um problema, e as línguas de sinais podem cumprir uma ótima alternativa de comunicação entre ouvintes: eis a solução criativa encontrada neste anúncio do Asseptyc, enxaguatório bucal do Laboratório Madrevita. A propaganda é encenada por Nilton

Câmara, bastante conhecido intérprete e palestrante cearense, que há mais de dez anos atua ao lado das comunidades surdas.

Figura 38: Youtube da empresa Asseptyc.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bAqNLg3sSXC>

Em 2011, a empresa Vick apresenta que o amor não se demonstra pela fala, demonstra-se pelas mãos. Simple e singelo, o anúncio da VickVapurub com atriz surda mostra os cuidados de uma mãe, para além de palavras ditas. “Eu descobri através das minhas mãos a maneira de demonstrar todo o meu amor”.

Figura 39: Youtube da empresa VICK.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=tbRt4aSisJs>.

Em abril de 2011, a anunciante Volkswagen, Tiguan, o primeiro carro do Brasil com parkassist e câmera integrada: “um jeito revolucionário de estacionar”, diz o anúncio. O esforço do motorista? Quase nenhum, já que o carro “identifica a vaga através de sensores laterais e o computador faz a manobra”. As mãos ficam praticamente livres, desocupadas. Talvez ocupadas, a depender do condutor. Uma peça bastante criativa, que brinca com a presença do intérprete de Libras na propaganda audiovisual.

Figura 40: Youtube da empresa Volkswagen



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=5aHUInDLgm0>

Segundo a pesquisa, em 1985, tivemos a primeira norma técnica brasileira em relação à acessibilidade. Com isso muitos avanços tivemos em relação as tecnologias, principalmente nos meios de comunicação. Para a comunidade surda, houve muitos avanços, como exemplos: O celular, legenda (closed Caption), janela de Libras, intérprete de Libras, Web, Facebook. Um breve histórico de alguns países que contemplam programas na televisão direcionados aos surdos, nos faz perceber que aos poucos a inclusão vai acontecendo. No Brasil, várias empresas nas propagandas se preocupam no aspecto da acessibilidade, mas ainda é um desafio para o cidadão surdo, principalmente na comunicação.

## 5. A TELEVISÃO PARA SURDOS: ANÁLISE COMPARTIVA BRASIL-ARGENTINA

Apresentamos, neste capítulo, uma análise comparativa dos dois casos pesquisados de produção televisiva para surdos.

Uma das nossas inquietações é como é produzido um discurso midiático inclusivo e que contempla diversidade de experiências de comunicação, no caso, que seja representativo para a comunidade surda. Parte-se da ideia de que ainda há preconceito ou inferioridade da sociedade ou a situação de carência ou subordinação da política para as pessoas surdas.

A homogeneização cultural também perpassa pela mídia que fortalece ainda mais a exclusão, justamente pela uniformização que acaba com a variedade de ideias e a criatividade individual. Segundo Splenger, apud Barbero (2003, p.68), a morte da cultura se caracteriza através da democracia e da técnica. A democracia moderna tende a uniformizar as informações, como no caso do jornal em que cada qual pense só o que lhe fazem pensar; e a técnica que dissolve, fragmenta e atomiza as ciências liquidando a capacidade de orientar a história. (MOTTA, 2005, p. 4).

Farias (2004, p.3, apud Motta, 2005) traz que a conscientização dos operadores da comunicação sobre o ideal inclusivo, em muito já faria a diferença para promover um rejuvenescimento da cultura, mesmo levando-se em conta o peso da desigualdade e a dependência do mercado. Acredita que a mídia afeta a opinião e percepção pública da realidade social por sua habilidade de criar estereótipos.

Para indagar nas especificidades de cada uma das TVs, foi realizada visita à TV INES, cuja sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, assim como ao canal Paka Paka, cuja sede é na cidade de Buenos Aires, sendo que era o canal que produzia o programa EnSeñas para Aprender.

Apresentarei, a seguir, algumas características de cada um dos canais, como produzem os programas, o ponto de vista dos entrevistadores e produtores de cada uma das TVs. Fecharei cada caso analisando a produção visual da língua de sinais, do ponto de vista da acessibilidade.

### 5.1. A TV INES no Brasil

A TV INES foi primeiro canal de WebTV para surdos e foi lançado no Brasil em 2013, é uma parceria entre a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto

(Acerp)<sup>44</sup> e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Existe como proposta única de canal com conteúdo audiovisual bilíngue, com legendas e locução em português, acessível ao público surdo e ouvinte - o que a torna única no propósito de integrar os públicos surdo e ouvinte dentro da mesma programação. Também existem parcerias com a TV Escola, Ministério de Saúde (FIOCRUZ), a TV do governo Federal (NBR), Justiça Federal, Ministério Público Federal (MPF), canal Saúde e Tribunal Superior Eleitoral.

É um canal de televisão bilíngue, sendo seu desafio a produção de narrativas audiovisuais que conjuguem Libras e Língua Portuguesa, integrando públicos. Sua equipe de profissionais é composta por surdos e ouvintes, incluindo tradutores/intérpretes.

Conforme é apresentado no seu portal, a TV INES oferece uma grade de programação diversa com foco na comunicação educativa, sejam eles conteúdos de informação, cultura, entretenimento, esporte, documentários, desenhos animados, tecnologia, aulas de Libras, revistas eletrônicas, filmes com legendas descritivas e um talk show em Libras. Este conteúdo é apresentado na web 24 horas por dia (em streaming e vídeo ondemand) e em aplicativos para celulares, tablets e televisões conectadas à internet. Tais aplicativos foram desenvolvidos pela Acerp, que podem ser baixados gratuitamente.

Desde a sua estreia, a TV INES foi conquistando grande público. Conforme consta no portal, em maio de 2014, ganhou o Troféu do Júri no Prêmio Oi Tela Viva Móvel – principal premiação para inovação em conteúdo móvel no Brasil. Em agosto de 2014, participaram do Prêmio SET na categoria Projeto de Mobilidade para Conteúdo Audiovisual, em dezembro de 2015 - Prêmio Direitos Humanos na categoria Inclusão da Pessoa com Deficiência e em julho de 2017 - Certificação do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social para o programa "A Vida em Libras".

Em 24 de abril de 2014, data de seu primeiro aniversário, a TV INES presenteou a comunidade surda com um novo e mais acessível portal de internet, que foi desenvolvido

---

<sup>44</sup> Segundo anuncia seu portal, a empresa, Roquette-Pinto trabalha pela melhoria da educação no Brasil, com objetivo de comunicar para educar pela tecnologia a fim de produzir conteúdos de qualidade e acessíveis a todos. Os três projetos de Roquette-Pinto Comunicação Educativa são TV Escola, TV INES, Hora do ENEM. Esse portal diz que “acredita que educação é para todos. Por isso, temos o compromisso de tornar programas audiovisuais (gravados e ao vivo) totalmente acessíveis, seja por meio de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e legenda aberta (ou oculta) para surdos ou por meio de projetos com audiodescrição para cegos”

pela Acerp com a colaboração de profissionais surdos e ouvintes, sendo seu slogan: TV INES – Acessível Sempre.

O desafio diário de produzir um canal de televisão bilíngue e construir narrativas audiovisuais que conjuguem Libras e Língua Portuguesa, integrando públicos, é enfrentado por uma equipe de profissionais de televisão surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais do INES.

Na web 24 horas por dia (em streaming e vídeo ondemand) e em aplicativos para celulares, tablets e televisões conectadas à internet, a TV INES oferece uma grade de programação eclética com foco na comunicação educativa: informação, cultura, entretenimento, esporte, documentários, desenhos animados, tecnologia, aulas de Libras, revistas eletrônicas, filmes com legendas descritivas e um talk show em Língua brasileira de sinais.

A Acerp<sup>45</sup> desenvolveu aplicativos que podem ser baixados gratuitamente para aparelhos com sistema Android e iOS – e está em fase de desenvolvimento do app para o sistema Windows Phone. Quem tem uma Samsung Smart TV (também chamada de TV conectada) pode acessar a tela Smart Hub, baixar o aplicativo da TV INES e ter acesso ao serviço de vídeos sob demanda (VoD).

Desde a sua estreia, a TV INES conquista de maneira crescente e constante grande audiência nas diferentes plataformas e, em maio de 2014, ganhou o Troféu do Júri no Prêmio Oi Tela Viva Móvel – principal premiação para inovação em conteúdo móvel no Brasil. Em agosto de 2014, participaram do Prêmio SET na categoria Projeto de Mobilidade para Conteúdo Audiovisual. Em dezembro de 2015 - Prêmio Direitos Humanos na categoria Inclusão da Pessoa com Deficiência e em julho de 2017 - Certificação do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social para o programa "A Vida em Libras".

Em 24 de abril de 2014, data de seu primeiro aniversário, a TV INES presenteou a comunidade surda com um novo e mais acessível portal de internet. Além de assistir a todos os vídeos produzidos e exibidos pelo canal, o usuário pode também enviar seus vídeos colaborativos, comentar as publicações, avaliar os programas e interagir com a TV INES nas redes sociais, sem precisar sair do portal.

---

<sup>45</sup> Em cima da parte do texto copiado no portal de TV Ines seguido link: <http://tvines.com.br/>.

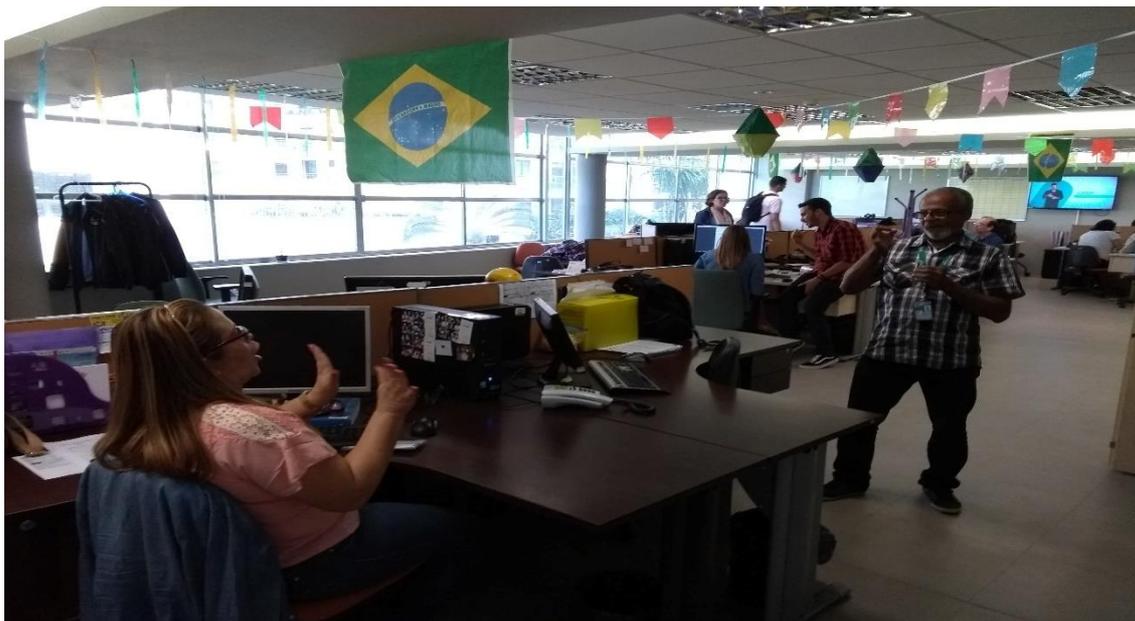
Desenvolvido pela ACERP com a colaboração de profissionais surdos e ouvintes, o novo portal da TV INES se inscreve na filosofia da comunidade surda: “nada sobre nós, sem nós” e justifica, na prática, o slogan: TV INES – Acessível Sempre.

Conforme consta no portal, possui uma programação diversificada com filmes, notícias, esportes, cultura, tecnologia, desenhos animados, produções adaptadas para surdos e produções próprias com os apresentadores surdos. Na Web Tv da Ines TV existem muitos programas diferentes tais como: **Educação** (A história das coisas, A vida em Libras, Aula de Libras, Ligando em saúde e Manuário), **Entretimento** (Café com Pimenta, Momento ambiental, O que me faz bem, Salto para o futuro e Tecnologia em Libras), **Especial** (Acervo INES, Centro de Apoio aos Surdos, Colaborativos e Variedades), **Filmes e documentários** (Cinemão, Gera Mundos e Um dia), **Humor** (A louca olimpíada, Comédia da vida Surda e Piadas em Libras), **Infantil** (As chaves de Mardum, Baú de Titio, Contaçon de história, O diário de Bel e Dr. Ânimo) e **Jornalismo** (Boletim, Boletim Olimpíada, Boletim Paralímpicos, Brasil Eleitor, Interesse Público, Jogos Indígenas, Panorama Visual, Primeira Mão, Saber Mais, Super Ação, Via Legal e Legal).

A equipe de TV INES conta com média de 58 profissionais dentro da produção, incluindo sete apresentadores surdos e sete intérpretes de Libras.

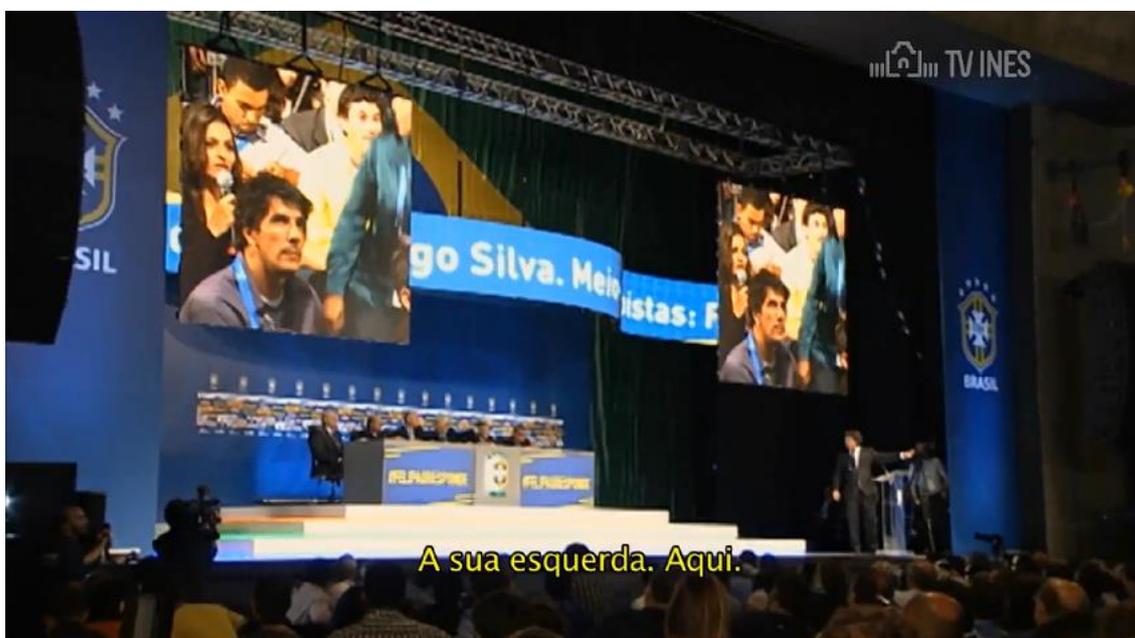


Fonte: Krause, 2018.

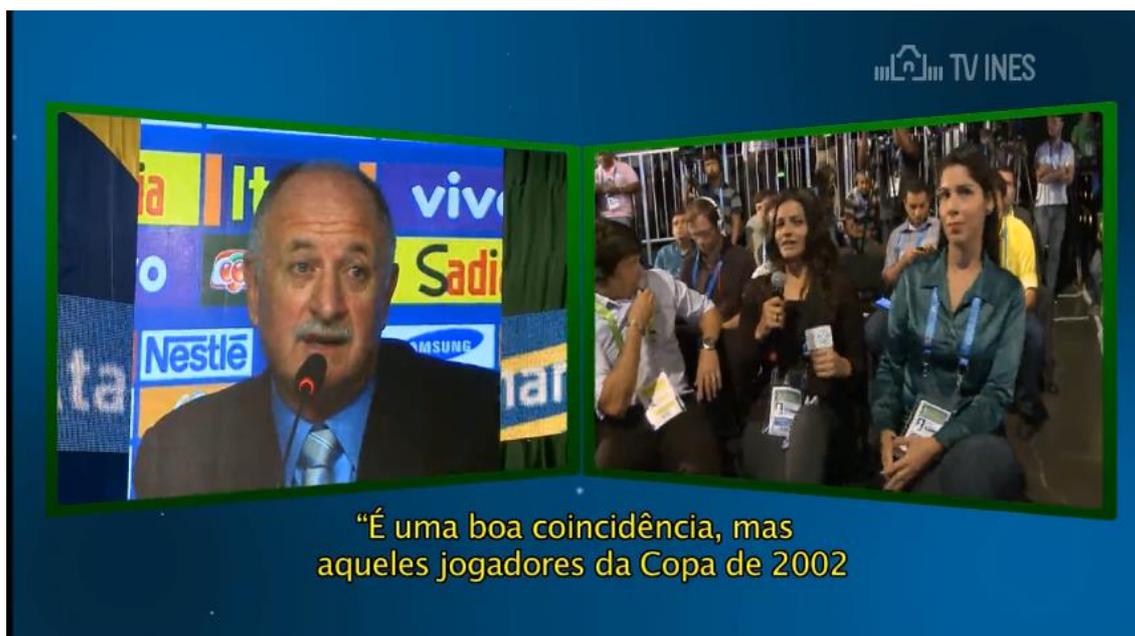


Fonte: Krause, 2018.

Os programas diferentes da TV INES trouxeram as imprensas nacionais e internacionais para a comunidade surda e ouvinte pode assistir WebTV INES. Em 2014, aconteceu a Copa do Mundo, foi a primeira visibilidade internacional da TV INES, a primeira repórter surda Clarissa Guerreta fez uma pergunta para o técnico Felipão, todo o mundo ficou admirado e a imagem abaixo registra esse momento:



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=4046>.

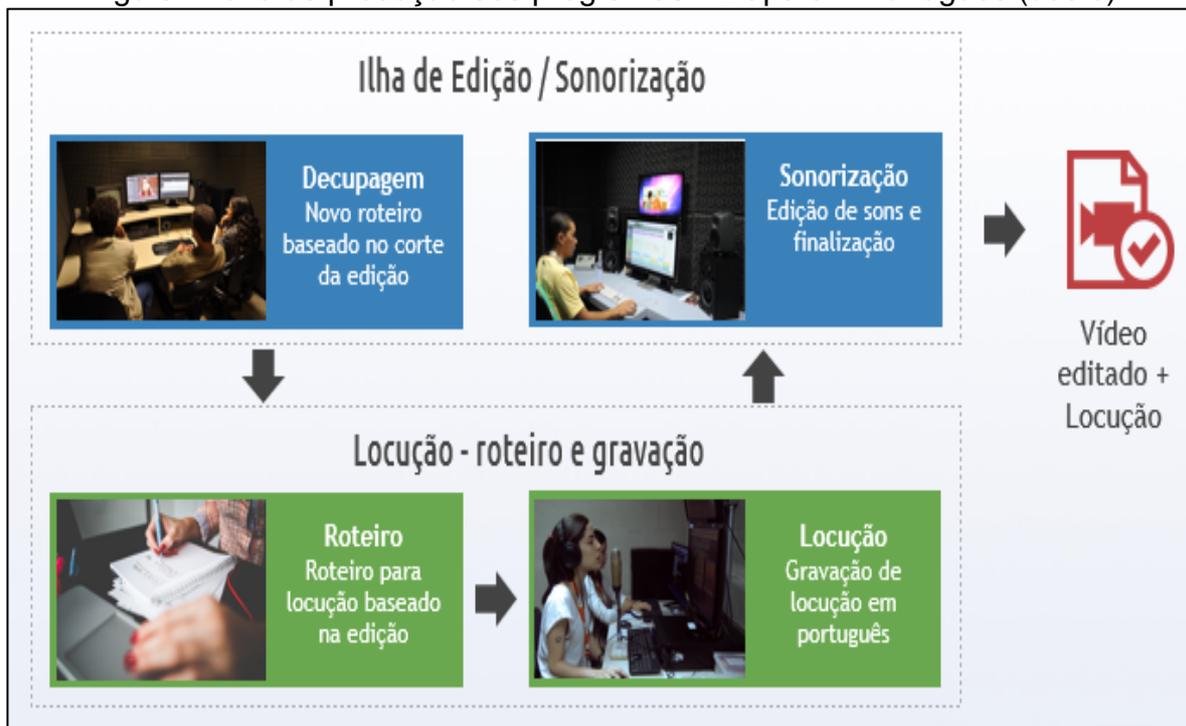


Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=4046>

A seguir, exponho uma lista dos itens que compõem a produção dos programas:

- 1 – Criação do roteiro em português;
- 2 – Ensaio do texto para LIBRAS
- 3 – Estudo dos sinais, dúvidas e traduções;
- 4 – Criação do vídeo TP em LIBRAS;
- 5 – Gravação do programa em LIBRAS;
- 6 – Criação de áudio guia para referência de edição;
- 7 – Programa bruto;
- 8 – Edição/decupagem;
- 9 - Novo roteiro baseado no corte da edição;
- 10 – Criação do roteiro de locução;
- 11 – Introdução da locução;
- 12 – Edição de sons e finalização;
- 13 – Produção da legenda;
- 14 – Edição final, queimar legenda no vídeo;
- 15 – Programa finalizado.

Figura: Fluxo de produção dos programas - Etapa em Português (áudio)



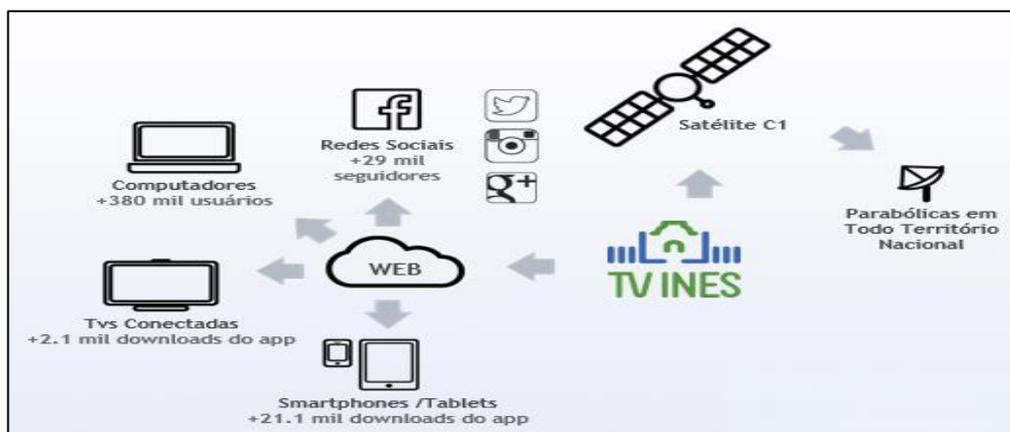
Fonte: Essa imagem retirada pelo PPT da TV INES.

Fluxo de produção dos programas - Etapa em português (legenda)



Fonte: Essa imagem retirada pelo PPT da TV INES.

### Fluxo de distribuição do conteúdo em multiplataforma



Fonte: Essa imagem retirada pelo PPT da TV INES.

Os programas diferentes da TV INES enviam às imprensas nacionais e internacionais reportagens para que a comunidade surda e ouvinte possa assistir WebTV INES na multiplataforma em cima da figura.

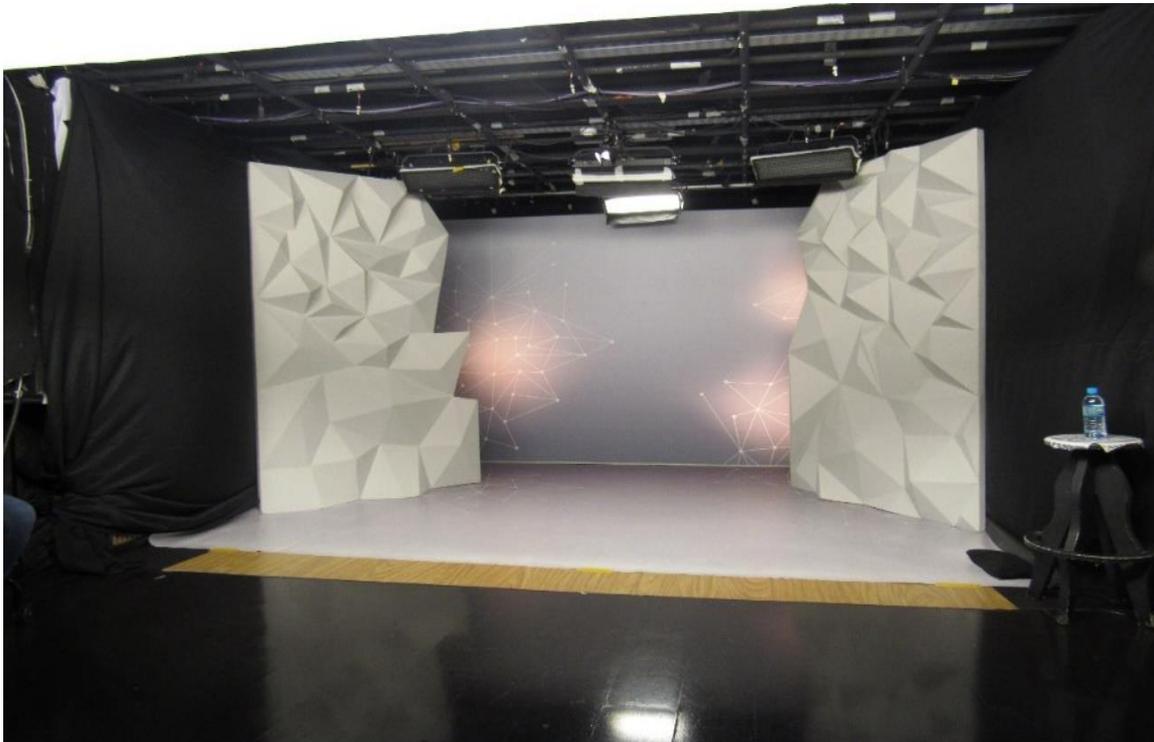
A relevância desses programas da TV INES apresenta que mais de 2,1 milhões de visitas ao portal, mais de 21 mil downloads dos aplicativos para smartphone, mais de 29 mil seguidores no facebook, mais de 2,2 milhões de visualizações VOD, mais de 12,1 milhões de minutos de streaming.

### Programa Primeira Mão no audiovisual



Fonte: Krause, 2018.

### Studio de gravação do programa Primeira Mão



Fonte: Krause, 2018.



Fonte: Krause, 2018.

O apresentador surdo Aulio Nóbrega<sup>46</sup> preparando-se para gravar o programa Primeira Mão no Studio.



Fonte: Krause, 2018.

Teleprompter - Texto como glossa



Fonte: A imagem retirada pelo PPT sobre o Jornal Primeira Mão da TV INES.

<sup>46</sup> Aulio Nóbrega é o apresentador da WebTV INES nos programas Primeira Mão, Cinemão, Saber Mais e Piadas em Libras. Possui graduação em Pedagogia Bilingue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (2015). Atua na adaptação de conteúdos audiovisuais para Surdos. Prática de recursos metodológicos como a GLOSA para gravação de noticiários acessíveis. Possui referencial teórico em Stop motion e Storyboard.

Essa figura de Teleprompter mostra texto em LIBRAS, esta forma adaptada do texto em português para Libras. Primeiro passo, a equipe ouvinte e surda da TV INES faz uma reunião para discutir e trocar o texto como glossa, após acontece a preparação da gravação.

Os dois apresentadores surdos Aulio Nobrega e Clarissa Guerreta do outro programa “Boletins Primeira Mão” seguem as imagens abaixo:



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=17985>



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=18204>

Realizei entrevista com os apresentadores surdos Aulio Nobrega e Clarissa Guerreta na gravação do vídeo, traduzindo os sinalizantes para a escrita de português seguinte os questionários abaixo:

### **1 – Como iniciou e qual a importância do trabalho?**

**Aulio:** A TV INES é importante para a sociedade surda, pois INES faz proposta para parceria desse assunto para Roquete Pinto, com objetivo de apresentadores surdos, por exemplo as notícias para a sociedade ouvinte, queremos igualdade, por isso nós trabalhamos o desenvolvimento do surdo.

**Clarissa:** Como começou, ele (Aulio) ingressou o ano de 2013 na TV INES, eu entrei para trabalhar no ano de 2014. É importante, porque conseguimos transmitir as informações cotidianas, não somente notícias, mas aula de Libras, esporte, conto e outros diferentes, pois os surdos adquirem seus conhecimentos na sociedade. O telespectador surdo assistindo na televisão, não tem exemplo e olha o grupo de surdos, ligação identidade surda, hoje eu percebi que os surdos já avançaram muito do que anos atrás, porque o surdo olha exemplo chef surdo, piloto surdo, modelo surdo e tem outros profissionais hoje, o grupo de pesquisa descobre os profissionais surdos até eu não esperava. Pouco tempo atrás, os venezuelos surdos vieram fazer entrevista com os surdos brasileiros sobre profissionais, é importante mostrar para a sociedade.

**Aulio:** Esse momento, o grupo dos ouvintes perguntam que tem alguns profissionais surdos, aproveitam descobrir e mostram os surdos capazes, porque passado os surdos incapazes, exemplo limpeza, trabalho simples e outros, até exemplo eu como apresentador e outros modelos diferentes, são igualdades ao ouvinte, mas não só ouvinte e modelo igual surdo.

### **2 – Como você se sente em trabalhar neste programa?**

**Aulio:** Aqui na TV INES quando comecei eram poucos programas eu queria mais mais, já está bem mais desenvolvido e sempre aumentando. Por exemplo Chef, conto de histórias infantis, isto é, quero muito esses programas, eu sonho, porque percebi que já tem os programas adultos. Quero estimular as crianças surdas, conseguimos ter um programa recente, falta alguns programas, porque é muito novo, cinco anos da TV INES.

**Clarissa:** [...] como eu senti em trabalhar “bilíngue” [...] seis apresentadores surdos, mas somente quatro da TV INES própria e outros dois emprestados da INES (Ida

e volta), trocamos bem junto com os intérpretes de LIBRAS, é importante, se não há presença intérprete não conseguimos trabalhar, porque a equipe da produção da TV INES não conhece sobre surdo e a LIBRAS. Todos trocam juntos, qualquer palestra tem a presença intérprete de LIBRAS, é igual ponte do grupo de Libras e do grupo de português, trocam, se derrubam, fali, também é importante nós surdos focarmos as palavras técnicas em português, por exemplo já sabem texto, porque já leem antes do jornal, depende da tradução as palavras, por exemplo palavra suicídio, junto troca, porque tem característica, portanto contexto em português é complicado, metáfora e entre outros. Outro exemplo palavra presidente Trump empresta sinal próprio norte-americano, “norte” é confusão, precisamos trocar e esclarecer no contexto correto.

### **3 - Quais as dificuldades na organização/ filmagem/ vídeos?**

**Aulio:** Depende, para mim, é difícil naturalmente como ser humano, fui desenvolvendo a oportunidade, é difícil explicar isso, porque costumado, enfrentar desafios, tento mudar sinal e frase e preciso estudo contínuo no cérebro todos os dias. Eu me formei pedagogia, mas formação continua, pesquisando buscando informações, sempre desenvolvimento, se é difícil, pois eu parei. Não posso e preciso continuar minha formação.

**Clarissa:** Nosso grupo não apresenta dificuldade nada, desafio aceitação, difícil desistir na hora, também intérprete de Libras sinalizou difícil, não quero saber mais difícil, tenta conseguir, soletração difícil, vai conseguir, eu dou positivo para eles lutam a desenvolver nessa equipe é importante unida. É problema alguns funcionários da gravação, por exemplo, o tamanho da tela, mostra para eles, olham errado, nós não temos problema.

**Aulio:** Depende comunicação com os funcionários precisam conhecer nós surdos e nós surdos conhecer as pessoas ouvintes nos espaços diversos. Porque é difícil. É protagonismo surdo, este exemplo para as crianças surdas capazes e estimuladas, é diferente ouvinte o que difícil, por quê? Só pesquisa dificuldade e precisa mudar e mostrar seu desafio.

**Clarissa:** Às vezes, perguntei para palestrantes ouvintes pesquisam focalizar com os surdos e perguntei para eles por que pesquisa para ouvinte, nós surdos pesquisamos focalizar para os surdos. Empatia para mim, meu filho ouvinte, eles falam difícil, parar não

tem dificuldade meu filho não desenvolveu e é CODA, eles pesquisam com surdos, minha pesquisa ligação comunidade surda.

#### **4 - Você percebe que a TV INES ajuda a comunidade surda nas informações atuais?**

**Aulio:** Hoje é de grande importância a TV INES, porque passado não havia quem ajudava, é problema família não se comunica bem, poucos grupos de famílias que sabem LIBRAS e esses se desenvolvem mais. Mas maior grupo não. Mais tarde, conseguimos instalar TV INES oportunidade, influencia a difusão em Libras para a comunidade surda aumentando, hoje avança é maior, mas a escola precisa ensinar, estimular e ligar com a TV INES. Também outras instituições aproveitam ligar e os professores melhorar as estratégias, por exemplo, professor ouvinte pega jornal como estratégia para os alunos, esse igual falta o surdo, por isso precisa ligar com a TV INES e também espalhar para outros surdos ter interesse, porque já tem diversas tecnologias como facebook da TV INES.

**Clarissa:** Então, a internet da tecnologia ajuda nós surdos, a gravação da língua de sinais pode ser guardada como registro, passado não havia e se perdia muitas coisas. Exemplo, dois anos passados, fui para Congresso de Tradução e Interpretação em Florianópolis, vi os pesquisadores e percebi eles apresentam que sua escola pega um exemplo TV INES para as crianças surdas, fiquei emocionada e feliz, porque nossa “missão”. Fui conversar com eles como as crianças surdas de Florianópolis pesquisam sobre a TV INES, mostram para eles que a criança sonha ser apresentadora, entrevista e outros. Estes mostram os aspectos positivos. Uma criança surda falou que é mentira apresentadora surda, ela é ouvinte... mentira, mentira, mentira.... Sou surda... pode sim! Pode, pode, pode! Eu fiquei feliz com isso. Porque eu olhei na internet que as pessoas fazem pesquisa como artigos sobre TV INES, não comparação, como possível de dar as dicas para o grupo de surdos e assim ajudam bastante.

**Aulio:** Essa importância de artigo com objetivo do desenvolvimento dos pesquisadores.

**Clarissa:** Que engraçado! É ajuda para sociedade a TV INES pois apresenta diferentes paradigmas como linguística, tradução, educação, mídia, entre outros, muito desenvolvimento de pesquisadores avançados.

#### **5 – Com certeza, a comunidade surda busca o canal nos dispositivos TV INES para ter informações. Como são relacionado os assuntos?**

**Aulio:** Tema falta de avaliações da TV INES, quero saber se o público surdo pode sugerir e avaliar, mas quando tento desenvolver, ninguém responde, ocorrem faltas no processo da avaliação. Para mim, em nosso programa Primeira Mão, eu preciso fazer minha avaliação própria, também trocas com os colegas que avaliam se preciso mudar alguma coisa. Esse programa Primeira Mão já avisou para o público que pode sugerir e me mandar em nossos contatos, mas outros assuntos não combinam, precisa focalizar na avaliação do programa da TV INES de forma qualificada. Os grupos de surdos precisam olhar o desenvolvimento, se está bom ou ruim, também sugestões da TV INES e da UFRJ, mas preciso todas as respostas para TV INES, para que assim possamos melhorar. Erros podem acontecer, a TV INES faliu? não! Se faltam oportunidades, melhor, trocamos para consertar, acredito que melhor.

**Clarissa:** Principalmente os limites de verba. Não conseguimos mais fazer outros programas, por isso, o limite de tempo, e nós respeitamos as normas, algumas pessoas sugerem e querem mais programas, mas lá instituto sabemos destas regras da empresa, também depende ética e outros. Receber a verba ao prazo de um ano, tomara verba cada ano. MEC envia verba financeira para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), depois direito para Roquete Pinto (ACERP).

**Aulio:** complementa: O INES recebe verba financeira do MEC, depois direto para Acerp, mas outros programas da TV escola são separados, recebem outra verba do MEC. O INES tem limites de programas, nós, dois programas todos os dias, direito, perguntam se há avaliação? nenhuma, por isso nós fazemos avaliação própria.

**Clarissa:** Exemplo, nosso programa Panorama Visual somente 50 episódios com limite de 12 minutos. Outros programas da TV diferente, 30 ou 60 episódios, portanto, verbas financeiras do MEC.

**Aulio:** Nosso programa, antes de limite, em hoje mudou jornalismo libera todos os dias.

**6 – Na mídia, há muita carência de legendas, a janela de intérpretes (com imagem reduzida), com isso certamente os surdos buscam a TV INES?**

**Aulio:** O público surdo tem interesse e busca na TV INES oportunidades, este portal de mídia dentro da TV INES já é 100% bilíngue, porque as pessoas representam com a imagem maior, nossos intérpretes de Libras estão em uma janela maior, tem a legenda e também a tradução, essa é diferença da TV Escola, acessibilidade, essa TV

INES é bilíngue, e própria para os surdos, não é acessibilidade. Essa acessibilidade da TV Escola somente legenda e a janela de Libras menor.

**Clarissa:** Depende. Eu falo que acessibilidade não é LIBRAS, pois é língua própria. Próxima votação sobre a janela de Libras menor ou maior, tem estas legislações, acho que focaliza a janela de Libras maior, pois se menor, as pessoas não olham bem, também a televisão antiga, tinha a janela de Libras na metade, parabéns! A legenda amarela, porque os surdos-cegos e baixos olhos olhavam e se atrapalhavam com o fundo de plano, cor de roupa e outros. Tem o livro manual de audiovisual, este pesquisador, não lembro nome.

**Aulio:** Lá, Brasília tem livro manual sobre a orientação de closed caption, por exemplo, menor ou maior, e também a orientação de intérprete com a janela de Libras.

**Clarissa:** Conhece o intérprete Vinicius Nascimento da USP sua pesquisa sobre a tradução de audiovisual no Abrates aqui Rio de Janeiro vai ter um congresso sobre isso agora no final de semana.

### **7 – Como você vê a acessibilidade de comunicação para os surdos? (mídia, órgãos públicos e sociedade geral)?**

**Clarissa:** Exemplo, agora eu estou no aeroporto no ano de 2018, a tela mostra avatar em Libras, meu Deus do céu! o que é isso? Meu olhar de acessibilidade se melhor ou pior, nós precisamos lutar dos movimentos, por exemplo, falta da legenda na televisão, cinema em dublagem (eu e meu filho fomos juntos, mas eu não paguei, porque não ouvi e só meu filho, homem me deixou não pagar nada, mas só filho, eu só sentei olhar), também fomos ao estacionamento do shopping, cancela tem falada, eu deixei e não pensei nisso, perguntei para meu filho que fala “Bom dia”, me respondeu que não, pediu descontar ao cinema, falei que sério! Refleti, se eu acomodei e preciso lutar, acredito que o aumento, não é 100%, mas já tem a lei em passos a passos e demora.

**Aulio:** complementa: tem acessibilidade em alguns lugares na sociedade, mas falta organização. O banco Caixa, já aconteceu comigo que tem problema cartão e o documento, como eu liguei? Entrei resolver problema sobre CPF não é meu, outra pessoa entrou minha parcela, depois entrei em contato com o administrador e cliquei testar acessível comunicativa no celular, mas ele não aceitou, como preciso comunicar sobre problema sério esse documento. Imagina como lá banco Caixa em São Paulo tem acessível em Libras pronto, mas aqui não há. A falta de divulgação sobre a orientação de

banco nas várias cidades, como é responsável o governo e já tem lei, mas falta de prática, é um problema isso.

**Clarissa:** Exemplo o site tem ícone “Acessibilidade”, eu cliquei e abriu a janela de Libras como Avatar, nada, nada, nada! Só mostra bonita e marca solidariedade, porque é baratíssimo.

**Aulio:** Problema isso, é barato, intérprete humano é caro, por isso essa falta de organização de intérprete.

**Clarissa:** Obviamente, a fiscalização pesquisa descobrir os processos em todos.

**Aulio:** Acredito que falta de acessibilidade alguns órgãos públicos, portanto a minoria. No futuro, vai mudar e o desafio, porque essa TV INES influencia outros sobre a acessibilidade.

**Clarissa:** Nós duas precisamos agradecer aos surdos velhos, agora nós lutamos estimular outras crianças surdas para seu desenvolvimento melhorar, até eu morrerei hehehe.

Os programas diversos da TV INES organizam a equipe diferente na semana, por exemplo, um programa Manuário somente quinta e sexta-feira mesmo escritório da TV INES, exemplo mesma coisa do programa Primeira Mão, mas outro lugar do Studio de gravação diferente.

Figura 42: Vídeo de Café com Pimenta<sup>47</sup> na TV Ines.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/caferichardcarter-320x180.jpg>

<sup>47</sup> O professor Nelson Pimenta do Brasil (nasceu em Brasília em 1963), foi o primeiro ator surdo a se profissionalizar no Brasil, estudou no NTD (National Theat reof the Deaf) de Nova Iorque, é pesquisador de Língua de Sinais, graduado em Letras-LIBRAS pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC e em Cinema pela UNESA – Universidade Estácio de Sá e Mestre em Estudos da Tradução na UFSC. O primeiro apresentador do programa chama Café com Pimenta na TV INES em Rio de Janeiro.

Esta tela representa o Café com Pimenta, percebe-se que a imagem está poluída, pois não se consegue ver a língua de sinais, porque a imagem da pessoa sinalizando está muito distante da tela, e há muitas coisas, objetos no Studio, que poluem o ambiente.

#### Programa Café com Pimenta na TV INES atualmente



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=18326>

Atualmente, a imagem está melhor, porque o plano de fundo preto e disfarçado está mais perto dos sinalizantes e visualmente melhor. Por isso a evolução da TV INES experimentou, organizou e avaliou cada vez melhor e tudo muito recente, pois a mesma está com apenas cinco anos da WebTV INES.

Na língua de sinais, assim como verificado na ASL (Siple, 1978), as relações gramaticais são especificadas através da manipulação dos sinais no espaço. As sentenças ocorrem dentro de um espaço definido na frente do corpo, consistindo de uma área limitada pelo topo da cabeça e estendendo-se até os quadris. O final de uma sentença na Língua Brasileira de Sinais é indicado por uma pausa. A figura ilustra o espaço de realização dos sinais na língua de sinais, conforme Langevin&Ferreira Brito (1988:01).

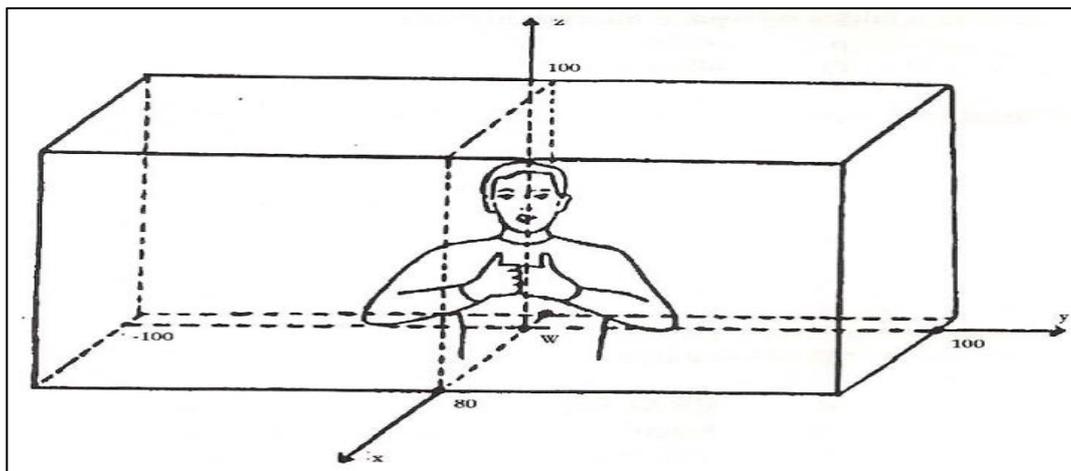


Figura 43: As duas janelas da tela de Café com Pimenta na TV Ines



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=8917>

Figura 44: Panorama Visual na TV Ines.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=8907>

A primeira apresentadora surda Clarissa Guerreta<sup>48</sup> do programa Panorama Visual na TV INES.

Figura 45: Café com Pimenta na TV Ines



Fonte: [http://tvines.com.br/?page\\_id=1383](http://tvines.com.br/?page_id=1383)

As duas janelas da tela, ao lado esquerdo o intérprete de Libras e ao lado direito o entrevistado Carlos Skliar. É bom o tamanho grande da janela de intérprete de LIBRAS, pois os usuários surdos podem visualizar melhor.

---

<sup>48</sup> *Clarrisa Guerreta* é a apresentadora da TV INES nos programas Super Ação, Panorama Visual e Primeira Mão. Ela nasceu no ano de 1978, em Aracaju-SE, na cidade de Atalaia. Ela tinha 2 anos de idade quando ficou surda, pois contraiu meningite e vivência com a comunidade ouvinte. No ano de 1999, foi conhecer a festa de CBDS no Rio de Janeiro, começou a conhecer a comunidade surda, aprender Libras e se apaixonou por Libras. Assumiu a identidade surda desde 2006, era instrutora de Libras na Apada (RJ), após professora e coordenadora de Libras na APILRJ–Associação de Profissionais Intérpretes de Libras do Rio de Janeiro e também ministrou aulas em empresas e tutoria na UFRJ (CEDERJ). Sua formação é graduação em Letras/Libras pela UFSC– Universidade Federal de Santa Catarina, passou para o Curso de Pós-Graduação de “LIBRAS: ensino, tradução e interpretação” da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, professora efetiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Figura 46: Jornal Visual na TV Ines.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=9628>

Esta tela Visual é o primeiro telejornal diário criado para levar informação à comunidade de Surdos, estimada em cinco milhões de brasileiros. Reportagens sobre a inclusão do Surdo, assuntos de seu universo; notícias principais do Brasil e do Mundo traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais. Assim, além de cumprir o papel de informar, o programa é hoje uma referência para a comunidade de Surdos.

Percebe-se que nessa tela do programa Jornal visual, a imagem da pessoa sinalizando está muito distante da tela, não é uma boa imagem, pois o fundo atrás com muitas cores atrapalha a visão. Este programa utiliza o plano geral (PG), plano médio (PM) e o plano americano (PA) que não deram muito certo, pois a língua de sinais está muito distante da tela.

**Segundo** Wohlgemuth (2005) apresenta que o conceito de enquadramento, de plano e de montagem na linguagem cinematográfica segue:

**Enquadramento:** Refere-se onde e como posicionar a câmera durante as gravações. Determinar o enquadramento significa pensar sobre qual área vai aparecer na cena e qual o ponto de vista mais indicado para que a ação seja registrada.

O enquadramento pode reforçar sentimentos e intenções da cena. Por exemplo: a câmera em posição elevada (voltada para baixo) pode ser usada para enfatizar a inferioridade de um personagem enquanto que a câmera baixa (voltada para cima) pode mostrar o contrário.

Plano: O plano cinematográfico diz respeito à proporção que os personagens (objetos ou pessoas) são enquadrados. O tipo de plano escolhido pode influenciar os espectadores e/ou ressaltar emoções do vídeo.

Montagem: É o resultado da sequência de diferentes planos. Partes do início e do final de cada rodado são eliminadas, sendo determinada a sua duração definitiva, atendendo a critérios de ritmo e fluência.

O estudo do ponto de vista com objetivo dos níveis de linguagem visual na produção audiovisual visa principalmente os enquadramentos básicos, tais como: planos e ângulo; plano geral (PG), plano de conjunto (PC), plano médio (PM), plano americano (PA), Meio primeiro plano (MPP), primeiro plano (PP), primeiríssimo plano (PPP) e plano de detalhe (PD), em relação ao lado do ângulo, são quatro posições fundamentais, são frontais,  $\frac{3}{4}$ , perfil e de nuca. Na qual fica certo no programa de surdos na televisão e no cinema.

Acredita-se que o ponto de vista para surdos pode usar o meio primeiro plano (PPP) e primeiro plano (PP) em relação ao lado do ângulo, duas posições são frontais e  $\frac{3}{4}$ , estes planos e ângulos propiciam visualizar melhor a comunicação visual para o telejornal. Mas tenho o intuito de pesquisar o aperfeiçoamento no futuro sobre a montagem, como apresentam as imagens e as narrativas discursivas nas línguas de sinais.

Escolhi quatro imagens diferentes do programa no portal de TV INES em relação ao plano e ao ângulo abaixo:

Figura 47: As duas janelas do jornal Visual na TV INES.



Fonte: [http://tvines.ines.gov.br/?page\\_id=136](http://tvines.ines.gov.br/?page_id=136)

Sugiro que as duas janelas da tela, uma de intérprete, distante no plano americano e ao lado direito da imagem, embaixo e pequena a legenda, para não atrapalhar. Quando vi a intérprete e a perda da imagem direita, depois volta ver para sinalizar.

Figura 48: As duas janelas do Brasil Eleitor na TV Ines.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=7765>

Esta imagem da tela do programa Brasil Eleitor é muito boa, pois em frente está a intérprete e ao lado a imagem, na esquerda e embaixo a legenda.

Figura 49: Programa Super Ação na TV Ines.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=6055>

Esta tela do programa Super Ação é muito boa, a regra certa da imagem, portanto o espaço de realização dos sinais na língua de sinais no meio primeiro plano (MPP).

Figura 50: Programa Interesse Público na TV Ines.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=7171>

As duas janelas da tela, a intérprete é distante no plano americano e ao lado esquerdo da imagem pequena embaixo da legenda, não são bons. Quando vi a intérprete e a perda da imagem direita, depois volta ver para sinalizar.

Marcela Bertoletti, da produção executiva da TV INES, nos relatou que tem possibilidade de ter um canal aberto, ou seja, emissora própria. Já foram feitas propostas e enviadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas há dificuldade nas questões financeiras. Sonhamos que um dia venha se tornar realidade para conseguirmos ampliar ainda mais nossos projetos em libras para levar à comunidade surda integrando-a cada vez mais à sociedade.



Fonte: Krause, 2018.

Fiquei muito feliz pela visita, receptividade e todas as informações colhidas. Também com grande alegria fui presenteada com uma coletânea de trabalhos produzidos na TV INES.



Fonte: Krause, 2018.

## 5.2. O Programa EnSeñas para Aprender na Argentina

Realizei uma viagem a Buenos Aires para fazer uma pesquisa exploratória. Realizei entrevistas com pessoas surdas argentinas de instituições diversas, onde sinalizam a LSA (Lengua de Senãs Argentina) e traduzi da língua de sinais para escrita em português.

O Paka Paka é um canal de televisão pública argentina, começou em setembro de 2010, sendo o primeiro canal educativo e público, criado pelo Ministério da Educação em Buenos Aires, na Argentina e da América Latina direcionado a crianças de 2 a 12 anos, com objetivo proporcionar-lhes acesso a conteúdo de qualidade cultural e educacional que contribua para seu desenvolvimento global. O canal incluiu firmware, documentários, desenhos animados.

Figura 51: A logomarca do canal Paka Paka.



Fonte: <http://www.diarioc.com.ar/media/img/11/05/04/pakapaka.jpg>

O site institucional relata que *“PAKAPAKA concibe a los chicos como ciudadanos, sujetos de derechos, constructores y pensadores de su realidad, con saberes y modos de ver el mundo que enriquecen la vida en común”*, traduzida para o português *“compreende as crianças como cidadãos com direitos, construtores e pensadores da sua realidade, com conhecimento e maneiras de ver o mundo que enriquecem a vida juntos”*. Refletindo sobre esse assunto, mais de vinte programas para crianças ouvintes na televisão pública e só um programa para as crianças surdas. A eliminação desse programa aconteceu em 2014, nesse sentido, há de se questionar por que essas crianças surdas não têm direitos como cidadãos? Os surdos brasileiros são cidadãos, mas não existe o programa próprio

de televisão. Portanto, ainda há preconceito ou inferioridade da sociedade ou a situação de carência ou subordinação da política para as pessoas surdas.

O Programa Enseñas para Aprender apresenta que a língua de sinais fornece a capacidade de compartilhar ideias, gostos e atividades através de uma linguagem cujas características tornam-no uma fonte inesgotável de recursos expressivos. Insígnias é o primeiro programa de televisão projetado para meninas e meninos surdos e ouvintes, com objetivo de mostrar atividades diferentes, como, por exemplo, cores, animais, esportes, dias de semana, clima, cidades e outros. A apresentadora Gabriela Bianco é uma pessoa famosa como artista, atriz, escritora e pedagoga em Buenos Aires.

Figura 52: Apresentadora Gabriela Bianco do programa Enseñas para Aprender.



Fonte: [https://www.youtube.com/channel/UC\\_SsCAG8KXwOOSAeiSgWpLw](https://www.youtube.com/channel/UC_SsCAG8KXwOOSAeiSgWpLw)

Figura 53: Dia de trabalho no canal Paka Paka.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=2oSbaGR1z-w>

Realizei uma entrevista com essa artista Gabriela Bianco e escrevi o resumo da história de sua vida.

Seu pai e sua mãe são surdos. Ela cresceu com a língua de sinais. Conversava com seus pais, olhava e aprendeu naturalmente a língua de sinais. Ainda pequena na escola de ouvintes, falava oralmente e cresceu bilíngue. Cresceu na escola até o Ensino

Médio. Pensou estudar teatro, foi praticar teatro, movimento com ouvintes. Os ouvintes aprendem a língua de sinais, mas não se expressam com o corpo. É muito estranho, os surdos expressam com as mãos, mas também com o corpo, os surdos expressam de forma natural como expressões corporais e gestuais. Ela se sentia confusa, então foi estudar teatro, anotou as técnicas do teatro para usar a língua de sinais e ensinar junto com a forma de expressão no corpo. Pessoas que estudam a língua de sinais a chamam para pedir ajuda. Ela acompanha e explica sobre surdos e as formas. Os ouvintes olham e anotam no caderno. Ela acompanha o trabalho. Então decidiu estudar em língua de sinais, pouco a pouco cresceu um grupo de pessoas ouvintes tais como: profissionais oralizados, psicólogos e outros. Ela é convidada para ensinar a língua de sinais, dentro da Associação de Artes e Sinais – ADAS (Asociación de Artes y Señas), onde os ouvintes e surdos são integrados às artes e língua de sinais. Assim foi crescendo e desenvolvendo teatro, artes, língua de sinais e televisão.

A importância do programa Enseñas para Aprender no canal Paka Paka se dá através de uma imagem direta na LSA e atrás uma pessoa com fala, assim as crianças surdas e ouvintes podem assistir ao programa juntas, havendo integração, sendo este, segundo Gabriela Bianco, o único programa da América Latina.

Ela se sentiu muito bem trabalhando dentro dessa instituição e achou lindo, porque pela primeira vez a televisão sente que é importante. Ela surpreendeu-se que em outros estados olham no programa dela. Seguindo com o trabalho de apresentação de teatro, viu que aprenderam a forma aqui na América Latina, por isso fundou a Associação de Artes e Sinais – ADAS, trabalhando poucos programas desenvolvidos em língua de sinais para ensinar bem, não misturar com idioma espanhol. As crianças pequenas contam que antes não conheciam a língua de sinais, tradução. Alguns atores surdos praticam expressões e a televisão, ainda, nada. Foi uma luta de dois anos com apresentação de projetos para o programa Paka Paka que não foram aceitos. Então, foi elaborado novo projeto do programa Enseñas para Aprender. Apresentou-se novamente até aprovar e com quatro anos de trabalho, mais de 60 a 300 episódios e se pode ver pela internet.

O público reage bem em relação ao canal Paka Paka e o programa Enseñas para Aprender. Ela sente-se geralmente feliz com o resultado porque foi a primeira escola. As crianças surdas e os pais deles aprenderam e desenvolveram. Os adultos surdos têm poucos interesses, só crianças surdas, mas também os adultos ouvintes têm interesses

para aprender e conhecer sobre a surdez, cada um diferente, mas geralmente felizes, pediram mais programas, mas depois de apenas quatro anos terminou o programa na televisão.

Há mais ou menos dez funcionários no programa Enseñas para Aprender, a Gabriela e mais um colega são escritores, diretor, filmador, diretor geral, diretor de TV, ajudante, iluminador, vestuarista, maquiador, um surdo acompanhado com a apresentadora para falar se está bem, e um ouvinte que ajuda falar se ela está fazendo bem, intérprete de LSA e surdo olha para ela. Paka Paka paga controla esse programa Enseñas para Aprender que nosso grupo escrevemos e apresentamos os projetos. Eles chamam a equipe para desenvolver e dar os vídeos ao canal Paka Paka, trabalham dessa forma independente. Não continua o programa, porque não tem dinheiro e nem interesse, em um ou dois anos vão preparar outro projeto para fazer outro programa com outra equipe.

A parte mais de difícil desse programa de televisão, segundo a Gabriela porque ele falado e a ela usou a LSA, ela está em frente da câmera e o rapaz que fala fica atrás da câmera, porque é um diálogo falado, portanto a cultura ouvinte e ela usa a LSA como pessoa surda, sem intérprete de LSA, ela concentrou a língua de sinais, mas não ouviu para evita misturar por LSA. O filmador, iluminador e outros são ouvintes, eles não pensam como surdos, então eles não sabem se filmar bem a LSA, tinha dúvidas se terminam bem o vídeo.

Figura 54: A equipe do programa Enseñas para Aprender.



Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/-LhFX9a\\_QVAw/UmKntEve1dl/AAAAAAAAABCA/czIV-vq01As/s1600/IMG\\_2841.JPG](http://3.bp.blogspot.com/-LhFX9a_QVAw/UmKntEve1dl/AAAAAAAAABCA/czIV-vq01As/s1600/IMG_2841.JPG)

O que Gabriela Bianco acha que televisão pública/aberta é importante? Por quê? Ela respondeu que a minoria de surdos e outros grupos necessitam que se apoie a TV pública, pois as redes de televisão privada analisa a quantidade percentual de surdos, que afirmam ser de somente dois por cento, e então optam por não adotar a LSA, em razão da falta de apelo comercial. Já a TV pública entende que tem de atender esse grupo minoritário, garantindo o direito à comunicação acessível.

Relata a entrevista que existem as normas no campo da mídia e dos meios de comunicação para a comunidade surda argentina, havendo maior acessibilidade do que há dez anos atrás. Cita, por exemplo, que em alguns horários da programação há intérpretes de LSA, especialmente em alguns noticiários. Nota que a televisão pública e a privada só apresentam janelas pequenas de LSA, o que dificulta a comunicação, mas algumas possuem legendas (CC – Closed caption). Refere, ainda, que a maioria dos intérpretes não é profissional. Diz que anos atrás, existia legislação acerca da comunicação de número 66 teve muita importância, pois dizia que as pessoas comunicação acessível aos surdos, garantindo a presença da LSA em várias ocasiões por dia, legendas e intérpretes de LSA. Com o desaparecimento de tais previsões legais, a

situação tornou-se precária para a comunidade surda, com apenas alguns canais optando por manter essa comunicação acessível.

Referiu que uma das maiores dificuldades da política para a mídia em relação à comunidade surda argentina, é a inexistência de representantes eleitos surdos, ou mesmo grupos de interesses político para surdos, o que prejudica a comunicação e a compreensão dos surdos e sua cultura pelos representantes políticos, o que prejudica inclusive a produção legislativa.

Gabriela Bianco menciona que deseja quer mudanças na comunidade surda argentina, em especial no tocante à educação. Ela afirma que anos atrás a educação era muito oralizada, adotando há pouco a LSA, mas de modo geral essa alteração é pouco profunda, pois não altera o projeto didático, que deveria desenvolver pessoas bilíngues, não privilegiando apenas a comunicação oralizada ou a LSA. Por fim, referiu que as pessoas surdas devem possuir maiores oportunidade de frequentar curso superiores, e que gostaria de uma maior conjunção de interesses entre a comunidade surda.

### 5.3. Uma análise da produção do discurso midiático em ambos os programas

Oportuno expor, no momento, uma análise comparativa sobre a produção do discurso midiático em ambos os programas já mencionados no curso do trabalho: EnSenãs para Aprender e TV INES, abrangendo as seguintes informações:

**EnSenãs para Aprender** é um programa de televisão pública da Argentina que foi ao ar em meados de 2010 a 2014, pesquisado no youtube como parte da análise da produção de discurso midiático. A apresentadora era Gabriela Bianco, que é ouvinte, fluente em LSA (Língua de Sinais Argentina), em razão de ser CODA<sup>49</sup>. Infelizmente, esse programa não é apresentado por profissional surdo, que possui como sua primeira língua a LSA, sendo a equipe ouvinte composta por dez funcionários da produção da televisão.

O programa de televisão pública tem como objetivo expandir para seus espectadores, grupo composto de crianças surdas e ouvintes argentinas, a possibilidade de busca por informação e a apropriação de conhecimento e informações sobre o mundo.

---

<sup>49</sup> CODA (Children of deaf adults) traduzido em português “filho ouvinte de pais surdos”. Na década de 80, fundou uma organização internacional de CODA, sediada nos Estados Unidos. Muitos usuários nativos das línguas de sinais dedicam-se ao trabalho como tradutores e intérpretes.

Cita-se como exemplo o vídeo “Férias de meu país<sup>50</sup>”, que explica e mostra uma história argentina, pela qual a criança ouvinte pode, ao assistir a programação, aprender fundamentos da LSA.

Percebe-se que o nível da linguagem da LSA no programa infantil com conteúdo educativo, é produzido especialmente para as crianças surdas, tendo-se em mente em sua elaboração que é de suma importância, bem como benéfico ao desenvolvimento da criança que se estimule sua criatividade e imaginação, permitindo o desenvolvimento do raciocínio, complementando o processo de ensino-aprendizagem intelectual e incentivando a construção da cidadania.

Nota-se, também, que a imagem do programa adapta-se perfeitamente à norma de enquadramento, que define como posicionar a câmera durante as gravações e também a análise da imagem fixa, de modo a facilitar a compreensão pelo público surdo. Nesse sentido, segue a escala proposta por Villefane (2000), da qual apresentamos uma versão simplificada da escala de iconicidade conforme o quadro abaixo:

Grau	Nível de realidade	Critério	Exemplos
1	Imagem natural	Restabelece todas as propriedades do objeto. Identidade	Qualquer percepção “natural” da realidade
2	Modelo tridimensional à escala	Restabelece todas as propriedades do objeto. Identificação mas não identidade	Estatuária naturalista. “Kits”
3	Imagens estereoscópicas	Restabelecem as formas e dimensões dos objetos emissores de radiações presentes no espaço	Hologramas
4	Fotografia colorida	O grau de definição da imagem está equiparado ao poder de resolução de um olho médio	Fotografia de Reportagem
5	Fotografia a preto e branco	O grau de definição da imagem está equiparado ao poder de resolução de um olho médio	Fotografia de Reportagem

<sup>50</sup> Um vídeo sobre Férias de meu país” e segue link: <http://www.pakapaka.gob.ar/videos/50535>.

6	Pintura realista	Restabelece razoavelmente as relações espaciais num espaço bidimensional	<i>Las Meninas</i> de Velasquez
7	Representação figurativa não realista	Ainda se produz identificação, mas as relações espaciais estão alteradas	<i>Guernica</i> de Picasso Caricaturas
8	Pictogramas	Todas as características sensíveis, excepto a forma estão alteradas	Silhuetas
9	Esquemas motivados	Abstração de todas as características sensíveis. Apenas se restabelecem as relações orgânicas.	Organigramas. Planos
10	Sinais arbitrários	Não representam características sensíveis. As relações de dependência entre os elementos não seguem nenhum critério “natural”	Sinais de trânsito
11	Representação não figurativa	Fazem abstração de todas as qualidades sensíveis e relacionais	Uma obra de Miró

Quadro 12: Introdução de teoria da imagem.  
Fonte: VILLAFANE, 2000

Esse quadro relaciona combinação com a análise da imagem utilizada pelos programas de surdos na TV, o uso de grau (1, 2, 3, 4, 8 e 9), por exemplo, quem assistiu ao telejornal pode ter uma ideia, quando se trata das novas aplicações da computação gráfica, 3D e holografia no uso de grau 3, por isso a imagem ajuda, e os telespectadores surdos gostam e entendem a cena. Então, esse exemplo do EnSeñas para Aprender apresenta muitas figuras e cenas legais pois são parecidas com desenhos animados.

Já a **TV INES** é uma transmissão de sinais televisivos por meio da internet, que pode ser sob a forma de vídeo ou sob demanda, ou ainda por streaming em tempo real.

Esse programa é apresentado por sete profissionais surdos e sete profissionais ouvintes como intérpretes de LIBRAS. A programação da TV INES apresenta todo seu conteúdo bilingue, com legendas e locução em português para que a grade possa integrar surdos e ouvintes. De acordo com Maggioni (2015), a imagem televisiva põe em interação as duas pontas do eixo, a do ver e a do mostrar. Essa imagem televisiva vem densa de estratégias de captação da atenção do outro.

Apresenta-se, em sequência, o dispositivo televisivo de enunciação em LIBRAS, que consiste em um conceito chave para compreender o processo de midiaticização da sociedade. A “diversidade das operações e mecanismos que entram em jogo no seu televisionamento (...) e os distintos dispositivos com os quais o televisionamento direto aparece articulado em cada ocasião: em outros termos, seu caráter de hiperdispositivo” (CARLÓN, 2004, p.80). O dispositivo de enunciação propõe discursos para os receptores que empreendem, à sua maneira, valores, atributos e vínculos num dado contexto cultural e social. A atividade de produção de sentido não pode ser descolada desse contexto sócio-cultural, pois ele codetermina os sentidos.

Segundo Peruzzolo (2014), o espaço social no qual se move a comunicação é o dos sentidos, feito dos sentimentos, afetos, paixões, convivência, alianças, modos de querer, etc., os efeitos de sentido de enunciação são efeitos das modalidades de dizer que organizam os sentidos de subjetividade e objetividade.

Trata-se de examinar os efeitos de sentido que são constituídos pela enunciação televisiva, de modo que a análise busca identificar e descrever as relações e recursos de estratégias de produção deles, para a afirmação de valores de vida sociocultural, e midiaticizá-los enquanto bens simbólicos de consumo, em diferentes níveis sociais (PERUZZOLO: 08, 2014).

Em nível da linguagem, a opção do programa pela LIBRAS é a forma comunicativa optada para o público surdo, e que atua de forma idêntica aos programas convencionais da televisão brasileira. Como a programação televisiva tradicional, o programa traz temas importantes de diversas áreas, como economia, política, meio ambiente, educação, cultura e saúde, conforme na imagem abaixo:



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=18412>

A imagem trazida apoia a enunciação teleinformativa sobre a estrutura do eixo do olhar e a relação de fala relacionada com a LIBRAS para os âncoras e telespectadores surdos nos programas de TV. Na produção de sentidos, o enunciado pode possuir diferentes interpretações dependendo da leitura da pessoa que está assistindo. Não há sentido se não for mostrada uma cena.

É preciso ver, entender e interpretar o sentido, sendo, portanto, importante que se mostrem as imagens com os âncoras, pois os telespectadores surdos visualizam e entendem essa cena apresenta figurativa.

Percebe-se, também, que a estratégia figurativa nessa situação está na posição do apresentador surdo, que se encontra em pé. Anteriormente, quase todos os apresentadores surdos e ouvintes como intérprete de LIBRAS ficavam em pé, até que a empresa [SignLangTV.org](http://SignLangTV.org), de forma pioneira, utiliza-se uma bancada de telejornal (MAGGIONI, 2015), em seus elementos básicos e estrutura icônica de apresentação.

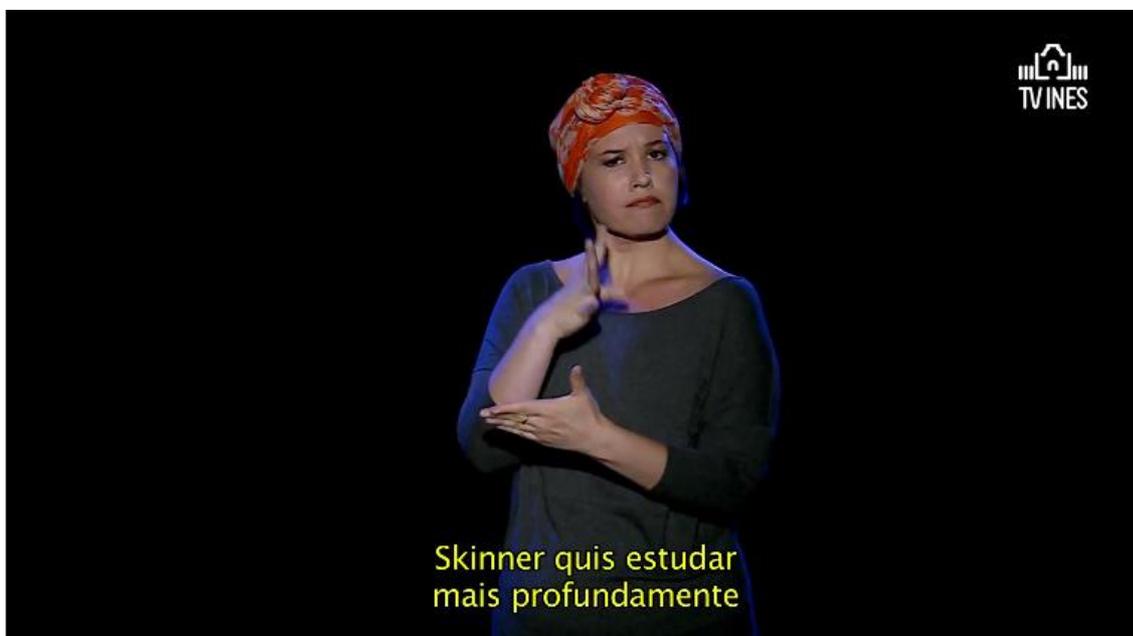
Na TV INES, a estratégia de organização de programa é diferente, como demonstra no programa Café com Pimenta<sup>51</sup>, em que se pratica a forma sentada e diálogo com pessoa especial, como na imagem abaixo:



Fonte: [http://tvines.ines.gov.br/?page\\_id=1387](http://tvines.ines.gov.br/?page_id=1387)

<sup>51</sup> Apresentado pelo professor e pesquisador Nelson Pimenta, que tem experiência no mundo artístico, o programa convida personalidades interessantes para um bate-papo regado a café, humor, conteúdo e temas relevantes.

A TV INES demonstra diversos programas, como por exemplo o programa Manuário<sup>52</sup>, em que se apresentam curiosidades, cultura e história sobre a vida de filósofos, pensadores e personalidades marcantes nacional e internacional. Como exemplo abaixo do Burrhus Frederic Skinner:



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/?p=16528>

De acordo com VILLAFANE (2000), três fatores são essenciais em uma imagem: 1 - a seleção de uma realidade; 2 - a utilização de um repertório de elementos plásticos específicos; e 3 - a ordenação desses elementos de maneira sintática, de modo a produzir uma forma de significação icônica.

Esses fatores, no entanto, dependem de dois processos gerais: da percepção e da representação. A TV INES concorda com o quadro pois relaciona combinação com a análise da imagem utilizada pelos programas de surdos de TV, o uso de grau (1, 2, 3, 4, 8 e 9).

Por meio de análise dos programas, possuem característica do papel de cada sujeito na variedade, com tipo de discurso, pois envolve a mesma temática nas mídias em ambos os programas exigem uma reflexão da vida social. Por exemplo, EnSenãs para

---

<sup>52</sup> É um programa que apresenta novos itens lexicais em Libras. É um dicionário acadêmico bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Português. A pesquisa é desenvolvida pela equipe do DESU- Departamento de Ensino Superior do INES/ Instituto Nacional de Educação de Surdos. A cada episódio são apresentadas curiosidades, cultura e história sobre a vida de filósofos, pensadores e personalidades marcantes. O programa auxilia estudantes surdos, ouvintes e intérpretes, na leitura e aprendizado dos sinais de cada personagem.

Aprender seu discurso midiático sobre as coisas próprias da Argentina e TV INES seu discurso midiático sobre variedades nacionais e internacionais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve por finalidade descrever, identificar e analisar a inserção social do surdo e a implementação da política para a comunidade surda brasileira e argentina no debate dos âmbitos sociais, políticos e culturais, com foco no campo midiático e a necessidade de ampliar sua capacidade de comunicar amplamente suas atividades e conquistas. Abordaram-se dois casos de produção televisiva para surdos em ambos os países.

Metodologicamente, foram realizados estudos de casos de programas EnSenãs para Aprender (Argentina) e TV INES (Brasil). Os procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados foram a entrevista e a análise documental e bibliográfica.

O quadro teórico da pesquisa foi composto por estudos de autores com trabalhos vinculados às temáticas dos movimentos sociais surdos em ambos países, sob a teoria de Mellucci e de Touraine de o sujeito surdo ser cidadão, há também ligação com o autor Honneth, da definição de acessibilidade e desenho universal sob a teoria de vários autores, de políticas públicas por Souza, Evans e Skcopol, entre outros. Também destaco as teorias sob a construção do sujeito surdo ser cidadão, como os movimentos sociais e as lutas pelo reconhecimento de direitos humanos de caráter político, cultural e social no cenário contemporâneo. É importante mostrar a história da fenomenologia social surdo pelas lutas na Argentina e no Brasil, para entender a influência das línguas como a italiana e a francesa.

Avalia-se que a análise documental e bibliográfica em síntese de quadro apresenta uma comparação sobre as políticas direcionadas à comunidade surda argentina e brasileira na ótica dos direitos humanos. Apresento também nessa pesquisa, primordialmente na visão histórica sociocultural e política, uma comparação da Argentina e do Brasil no cenário da América Latina.

Apresentamos uma comparação da Argentina e do Brasil em relação à cidadania surda. Imaginava-se aspectos semelhantes dos cidadãos surdos nos dois países, mas, no desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que nos documentos legais dos direitos civis, políticos e sociais que asseguram as garantias das pessoas surdas e com deficiências auditivas, existiam muitas diferenças de política cultural e nas perspectivas dos direitos humanos e culturais acessíveis.

É imprescindível mostrar e entender o movimento surdo em sua importância de organizar politicamente os interesses da comunidade em ambos os países, e essa relação com suas reivindicações nos campos articulados às políticas públicas.

No tocante à cidadania comunicativa surda, percebe-se que essa não é praticada na realidade nos espaços sociais como a acessibilidade comunicativa. Na área da mídia, por exemplo, o Brasil criou seu primeiro canal de televisão em 1950, ou seja, após sessenta oito anos dessa ocasião ainda não existe um programa próprio de televisão para surdos, sendo que somente em 2014 que iniciou a WebTV INES na cidade do Rio de Janeiro.

Nas emissoras de televisão dificilmente encontra-se a janela de Libras, sendo mais usada em propagandas de utilidade pública e eleitorais. A legislação vigente diz do uso em programas eleitorais, partidários e pronunciamentos oficiais do governo, campanhas e alertas preventivos devem fazer uso da janela de Libras. Mas também não há normas técnicas específicas para o uso da janela de Libras, sendo a mais usada a forma de *Closed Caption* nas programações televisivas.

As políticas públicas na teoria trazem pontos positivos, mas na prática elas necessitam aperfeiçoamentos. Analisando, percebemos que a educação e as políticas públicas no Brasil são mais avançadas num comparativo com a Argentina, entretanto, a comunidade surda, precisa continuar lutando para que as políticas públicas contemplem a acessibilidade, conforme a real necessidade das pessoas, assim, praticando uma legislação justa, cada vez melhor na sociedade inclusiva.

A pesquisa nos mostra que os dois casos explorados, sendo em programas de televisão para público surdo tanto no Brasil quanto na Argentina, percebemos a existência e valorização da LIBRAS e LSA, como instrumentos acessíveis para a inclusão social e no desenvolvimento da cultura inclusiva.

Infelizmente, as políticas públicas da Argentina têm ignorado o programa infantil como EnSeñas para Aprender para as crianças surdas. Uma prova disso é que há mais de vinte programas infantis para ouvintes na Argentina e somente um programa para surdos, sendo que esse findou no ano de 2014.

Essa pesquisa torna-se relevante, pois é essencial conhecer e contribuir com as informações detalhadas de países em desenvolvimento que contemplem a comunidade surda nos aspectos positivos da política pública como a melhoria de condições sociais

nos vizinhos países da América Latina. Hoje a grande evolução das tecnologias e a profusão dos meios de comunicação e de sofisticados modos de transmissão de imagens sonoras e visuais, beneficiam muito as pessoas surdas, trazendo informações e aprendizagens para essa população.

A televisão, um dos meios de comunicações presente no cotidiano dos seus telespectadores, deixa uma carência quanto a não acessibilidade em seus canais. A luta dos surdos continua. Muito se conquistou, mas muitas reivindicações ainda podem melhorar a vida da pessoa surda.

É um sonho e um desafio poder assistir a um canal de televisão bilíngue que simultaneamente use a Libras e Língua Portuguesa, integrando públicos. Por isso a TV INES é composta por uma equipe de profissionais de televisão com surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais, oferecendo uma programação diversificada. Espera-se que essa programação consiga um espaço na rede de televisão para maior abrangência das pessoas que dela necessitam.

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFIAS

ABERT (2008). **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Acessibilidade**. Acesso em 28 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.abert.org.br/web/>.

ABERT (2008). **Recursos de Acessibilidade**. Acesso em 27 de agosto de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/cartilhaacessibilidade.pdf>.

ABNT NBR 15290 sobre **a acessibilidade em comunicação na televisão**. Acesso em 28 de agosto de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/NBR15290.pdf>.

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Acesso em 28 de maio de 2016. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)

ABOUT HEALTH. **Deaf History - Deaf People – Television Fiftiesto Modern Times**. Acesso em 28 de setembro de 2016, em: <http://deafness.about.com/cs/history/a/television.htm>.

ABTU. **Associação Brasileira da Televisão Universitária**. Acesso em 02 de fevereiro de 2017, em: <http://www.abtu.org.br/WebSite/>.

ADAJUS. **Programa Nacional de Asistencia a las Personas con Discapacidad en sus Relaciones con la Administración de Justicia**. Disponível em: <http://www.jus.gob.ar/media/836248/Sistematizacion%20de%20Normativa%20sobre%20Discapacidad.pdf>

AGILS. **Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais**. Disponível em: <http://agils.org.br/>

ALBA, Carilissa Dall'; SARTURI, Cláudia de Arruda. **Letras/LIBRAS: Curso Superior Inédito da América Latina**. REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA, Edição N° 14/Setembro de 2014 – ISSN 1982-6842. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%C3%82%C2%BA%20Artigo%20para%20Revista%2014%20de%20autoria%20de%20CARILISSA%20DALL%27ALBA%20e%20%20CL%3%83%C2%81UDIA%20SARTURI.pdf>

ANGELUCI, Alan C. Belo. **TV Digital, Acessibilidade e políticas públicas na América Latina**. Revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação–Intercom, 2012. Disponível em:  
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AavUxbYwoEQJ:www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/bibliocom/article/download/1431/1390+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

ASAM. **Asociacion de Sordosmudos de Ayuda Mutua**. Acesso em 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.asamutual.org.ar/>.

BARTH, Fredrick. **Metodologias comparativas na análise de dados antropológicos**. In: BARTH, F.; LASK, T. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENGALALEGAL. **População com Deficiência: Os Censos e seus Critérios no Brasil**. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/censos>.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. **Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Acesso em 30 de agosto de 2016, em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.098 - **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. MEC. **Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para**

**instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.** Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Institui o Dia Nacional dos Surdos.** Brasília, 2008.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil.** Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2015.

CAMPELLO, A. R. **Pedagogia visual na Educação dos Surdos-Mudos.** Tese (Doutorada) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, programa de Pós-Graduação de Educação: Florianópolis, 2008.

CARLÓN, Mario. **Sobre lo televisivo: dispositivos, discursos y sujetos.** Buenos Aires: La Crujia, 2004.

CAS. **Confederacion Argentina de Sordos.** Acesso em 15 de fevereiro de 2017, em: <http://cas.org.ar/>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discursos das Mídias.** São Paulo, SP: Editora Contexto, 2006.

CLAUDIO, Janaina Pereira. **A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook.** Tese de Doutorado. PPG em Comunicação, Unisinos, 2016.

CULTURA SORDA. **Día Nacional de las Personas Sordas Argentinas: 19 de septiembre.** Disponível em: <http://www.cultura-sorda.org/dia-nacional-de-las-personas-sordas-argentinas-19-de-septiembre/>

DEAF AUSTRALIA INC. **National deaf television.** Acesso em 28 de setembro de 2016, em: <http://www.deafau.org.au/advocacy/ndtv.php>.

DEAF TV. Acesso em 28 de maio de 2016, em: <http://www.deaftv.com/>

DEAF TV. **Deaf television in Australia**. Acesso em 28 de setembro de 2016, em: <http://www.deaftv.org.au/page6.php>.

DEFICIENTE. **Lei de cotas**. Disponível em: [http://www.deficienteonline.com.br/lei-8213-91-lei-de-cotas-para-deficientes-e-pessoas-com-deficiencia\\_\\_\\_77.html](http://www.deficienteonline.com.br/lei-8213-91-lei-de-cotas-para-deficientes-e-pessoas-com-deficiencia___77.html).

DETRAN-RS. **Código de Transito Brasileiro**. Disponível em: [http://www.detran.rs.gov.br/upload/1415896983\\_2014080514100506\\_06\\_14\\_portaria\\_294\\_2014\\_\\_\\_portaria\\_interpretes\\_de\\_libras\\_\\_153844\\_13\\_.pdf](http://www.detran.rs.gov.br/upload/1415896983_2014080514100506_06_14_portaria_294_2014___portaria_interpretes_de_libras__153844_13_.pdf)

DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo – SP. Editora Atlas, 2012.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p.107-157, Apr. 1993.

e-MAG. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Acesso em 30 de setembro de 2016, em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>.

FAUSTO NETO, A. **Mediatização, prática social: prática de sentido**. in: encontro anual da associação nacional dos programas de pós-graduação em comunicação (compós). Bauru, Brasil: COMPÓS, 2006.

FAXINA, Elson. **Do mercado à cidadania: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira**. 2012. 312f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Programa de PósGraduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012. p. 09 22, 93 160.

FERNANDES, Idília. LIPPO, Humberto. **Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p.281-291,jul./dez.2013.

FOLETTTO, Rafael. **Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa**. Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui, v. 1, p. 277-292, 2016; Meio de divulgação: Vários. Homepage: <http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2576>; Série: 131; ISSN/ISBN: 13901079.

FUNDASOR. **Fundacion de Padres y Familiares de Personas Sordas para su Integracion**. Acesso em 15 de fevereiro de 2017, Disponível em: <http://www.fundasor.org.ar/>

GABRILLI, Mara. **Desenho Universal: um conceito para todos**. Disponível em: [http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal\\_web-1.pdf](http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf)

GOV.AR. **La Provincia de Buenos Aires adhiere por Ley 13.927/09 a la Ley Nacional de Tránsito**. Disponível em: [http://www.vialidad.gba.gov.ar/datos/educacion\\_vial/publicaciones/ley%2024449.pdf](http://www.vialidad.gba.gov.ar/datos/educacion_vial/publicaciones/ley%2024449.pdf)

H3. Acesso em 28 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.h3world.tv/>.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 1997.

HANDS ON. Acesso em 30 de setembro de 2016, em: <http://www.rte.ie/tv/handson/about.html>.

[http://www.vialidad.gba.gov.ar/datos/educacion\\_vial/publicaciones/ley%2024449.pdf](http://www.vialidad.gba.gov.ar/datos/educacion_vial/publicaciones/ley%2024449.pdf)

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: editora 34, reimpressão 2017.

INCLUSÃO JÁ. **A surdez e a inclusão escolar**. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/2011/06/02/a-surdez-a-inclusao-escolar/>

INCLUSIVE. **MEC: Números revelam avanço da política de educação inclusiva no Brasil**. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/19591>

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Censo del Bicentenario. Serie C. Población con dificultad o limitación permanente. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2014. Disponível em:

[https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/PDLP\\_10\\_14.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/PDLP_10_14.pdf)

INES. **Legislações para surdos**. Disponível em:

[http://www.ines.gov.br/uploads/legislacoes/Ines\\_Legislacao.pdf](http://www.ines.gov.br/uploads/legislacoes/Ines_Legislacao.pdf)

JUSBRAZIL. **Reservas de Vagas em Concursos Públicos**. Disponível em: <<https://juliobernardino.jusbrasil.com.br/noticias/172965332/porcentagem-de-vagas-concurso-publico-deficiente-vagas-no-total-ofertado-ou-por-cargo>>.

LAVALLE, Adrian Gurza, CARLOS, Euzeneia, DOWBOR, Monika, SZWAKO, José. **Movimentos Sociais, Institucionalização e Domínios de Agência**. Versão em

andamento apresentada no III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas -III PDPP (UFES), Vitória, maio, 2017.

LOPES, Ivonete da Silva. **TV Brasil e a Construção da Rede Nacional de Televisão Pública**. Jundai-SP. Paco Editorial: 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MAGGIONI, Fabiano. **Estrutura básica da representação visual nas construções discursivas da apresentação do telejornal**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2015.

MALDONADO, A. E. **Produtos midiáticos, estratégias e recepção – a perspectiva transmetodológica**. Ciberlegenda, 2002. V.9.

MARTINEZ, Rocínio Anabel; DRUTTA, Maria Rosa; LEMMO, Pablo. **Historização e análise de disputas ideológicas sobre o reconhecimento legal da Língua de Sinais Argentina**. IN: ZAMBRANO, Romana Castro, PEDROSA, Cleide E. F. Comunidades surdas em América Latina: língua, cultura, educación, identidade = Comunidades surdas na América Latina: língua, cultura, educação e identidade. Florianópolis: Editora Bookess, 2017.

MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade e Design Universal**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

MELLUCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petropolis, RJ: Vozes, 2001.

MENEZES, Jota. **Televisão, Poder e Cidadania: a implantação da TV pública no Brasil**. São Paulo - SP. Editora Chiado, 2013.

MOTTA, Ronise Fredini. **Sociedade Inclusiva: O Acesso do Surdo à TV**. Pós-Graduação em nível de mestrado em Comunicação Midiática, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações – FAAC da Universidade Estadual Paulista – Unesp - Bauru- SP. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/171787533/Sociedade-Inclusiva-O-Acesso-do-Surdo-a-TV-pdf>>. Acesso em: 24/03/2018.

NDEC. **La población con discapacidad en Argentina**. Disponível em: [https://www.indec.gov.ar/micro\\_sitios/webcenso/aquise cuenta/aqui14.pdf](https://www.indec.gov.ar/micro_sitios/webcenso/aquise cuenta/aqui14.pdf)

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Tecnologia da Informação e da Comunicação**. Editora Pearson, 2007.

PAKA PAKA. **Enseñas para Aprender**. Acesso em 15 de fevereiro de 2017, em: <http://www.pakapaka.gob.ar/series/50521>.

PAIXÃO, Eduardo Henrique Lima. **Repertório de Ação do Movimento Surdo no Brasil: Campanha pela oficialização da língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 2. reimpr. da 3. ed. de 2000. v. 46. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos).

PENTEADO, Claudio Camargo e FORTUNATO, Ivan. **Mídia e Políticas públicas: Possíveis campos exploratórios**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0129.pdf> Acesso em: 12/06/2017.

PERLIN, Gládis. Identidades surdas, in Skliar, C. (org). **A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PERLIN, Gládis; VILHAVA, Schirley. **Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa**. INES.I Revista Forum I Rio de Janeiro N° 33 I jan-jun2016. Disponível em: <[www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453](http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453)>. Acesso em: 27/05/2018.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Encenação dos sentidos em teleinformação**. Centro Internacional de Semióticas e Comunicação – CIESCO. III Colóquio Semiótica das Mídias. ISSN2317-9147, 2014.

QUADROS, Ronice Muler. **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações**. Caderno Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, maio-ago. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicap.br>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

QUADROS, Ronice Muller. **Estudos Surdos III**. Petropolis-RJ: Arara Azul, 2008. IN: Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. Mara Lúcia Masutti e Silvana Aguiar dos Santos.

QUEIROZ, M. A. (2005) “**FAQ -Perguntas Frequentes sobre Acessibilidade na Web**”. Disponível em: <http://www.acessibilidadelegal.com/40-faq.php>.

**Revista da SET**. Acesso em 29 de maio de 2016. Disponível em: [http://www.set.org.br/artigos/ed143/143\\_revistadaset\\_70.pdf](http://www.set.org.br/artigos/ed143/143_revistadaset_70.pdf).

SABANAI, N. L. A. **Evolução da Comunicação entre e com Surdos no Brasil**. Helb, Ano 1, vol. 1, 2007. Disponível em: < [http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=92:a-evolu-da-comunica-entre-e-com-surdos-no-brasil&catid=1022:ano-1-no-01-12007&Itemid=12](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=92:a-evolu-da-comunica-entre-e-com-surdos-no-brasil&catid=1022:ano-1-no-01-12007&Itemid=12). Acessado em: 19/04/2018.

SACKER, Oliver. **Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIGNLANGTV. Acesso em 28 de setembro de 2016. Disponível em: <http://signlangtv.org/www/slex-behind-the-scenes.php> e <http://signlangtv.org/www/slts-rte-news.php>.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SKLIAR, Carlos. **Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças**. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005b.

SKOPCOL, Theda. **El Estado regressa al primer plano: Estratégias de análisis en la investigación actual**. (tradução de Fabián Chueca) In: Evans, P.; Ruesschmeyer, D. E Skocpol, T. (org.) *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

SCHUBERT, Silvana Elisa de Moraes. **Entre a surdez e a língua: outros sujeitos...novas relações: intérpretes e surdos desvelando sentidos e significados**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> >

SURDO. **O Censo 2000: a população da surda**. Disponível em: <http://www.surdo.com.br/surdos-brasil.html>

TAVARES FILHO, J. P., MAZZONI, A. A. RODRIGUEZ, A .M. e ALVES, J. B. M. (2002) "**Aspectos ergonômicos da interação com caixas automáticos bancários de usuários com necessidades especiais características de idosos**". In: Congresso Ibero-latinoamericano de Informática Educativa Especial, 3. Anais em CD, Fortaleza - Brasil, 2002.

THE LIMPING CHICKEN. *Nick Sturley remembers the closure of Deaf Owl, the first all-Deaf television production company, 20 years later*. Acesso em 30 de maio de 2016, em: <http://limpingchicken.com/2013/12/24/deaf-owl-sturley/>

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. **Experiências Educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**. Cadernos de Educação (UFPel), v.1, p.107-131.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 12 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOURAINE, Alain. **Os movimentos sociais**. 1ª edição, 1977, reimpressões, 1978.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública**. Porto Alegre-RS. Editora Evangraf, 2007.

TV INES. **Acessível sempre**. Acesso em 30 de maio de 2016, em: <http://tvines.com.br/>

VEINBERG, Lic. Silvana C. **Argentina: Inicios y desarrollo de la educación del sordo**. Disponível em: <<http://escritorioeducacionespecial.educ.ar/datos/recursos/pdf/argentina-inicios-y-desarrollo-de-la-educacion-de-los-sordos.pdf>>

VILLAFANE, Justo. **Introducción a la teoría de la imagen**. Madrid. Ediciones Pirámide. 2000.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2004.

WOHLGEMUTH, Júlio. **Vídeo Educativo Uma Pedagogia Audiovisual**. Editora Senac, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2ª ed. – Porto Alegre: Bookmann, 2001.

SZWAKO, José. DOWBOR, **Monika**. **Movimentos Sociais: verbete**. In: Dicionário de Ciência Política. 2017 (no prelo).